

SUBPROJETO I
DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA DE ANÁLISE DE
MERCADO DE TRABALHO MUNICIPAL E QUALIFICAÇÃO
SOCIAL PARA APOIO À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE
EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Pesquisa / Estudo
(Análise dos Dados)

ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DAS
ATIVIDADES ECONÔMICAS E SEUS IMPACTOS
SOBRE AS CATEGORIAS OCUPACIONAIS

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – Nº. 003/2007 e Termos Aditivos

2012

DiESES
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



Ministério do
Trabalho e Emprego



Presidenta da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Daudt Brizola

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Carlo Roberto Simi

Diretor do Departamento de Qualificação - DEQ

Ana Paula da Silva

Coordenadora-Geral de Qualificação - CGQUA

Anderson Alexandre dos Santos

Coordenadora-Geral de Certificação e Orientação Profissional - CGCOP

Mariângela Barbosa Rodrigues

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 3317-6264
Fax: (61) 3317-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

Direção Sindical Executiva

Zenaide Honório – Presidenta

APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Pedro Celso Rosa – Secretário

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Alberto Soares da Silva - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Ana Tércia Sanches - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Sousa - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

José Carlos Souza - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

João Vicente Silva Cayres - Diretor Executivo

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Luis Carlos de Oliveira - Diretor Executivo

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Mara Luzia Feltes - Diretora Executiva

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira - Diretora Executiva

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Diretor Executivo

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Roberto Alves da Silva - Diretor Executivo

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

José Silvestre Prado de Oliveira - Coordenador de Relações Sindicais

Clemente Ganz Lúcio – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Aurora, 957 - 1º andar – Centro – São Paulo – SP – CEP 012009-001

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: institucional@diesse.org.br / <http://www.diesse.org.br>

Ficha Técnica**Equipe Executora**

DIEESE

Coordenação do Projeto

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional pelo Projeto
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa Financeira de Projetos
Paulo Jager – Coordenador Subprojeto I
Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador Subprojeto III
Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador Subprojeto IV

Apoio

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Consultores

Consultoria Educacional Peabiru Consultores Associados
Plexus Coordenação e Moderação de Eventos Ltda
Survey Consultoria e Marketing Ltda
Terceiro Pregão Consultoria Ltda
EF Consultoria e Desenvolvimento de Sistemas Ltda
Maf Consultoria e Assessoria Ltda
Rubens Naves, Santos Junior Advogados

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

SUMÁRIO

1. A ECONOMIA FLUMINENSE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA (1930-2000).....	8
1.1 A economia fluminense entre 1930 e 1980.....	8
1.2 O Rio de Janeiro no final do século XX: anos 1980 e 1990	19
1.2.1 Os anos 1980.....	19
1.2.2 Anos 1990	23
2. A ECONOMIA FLUMINENSE NA DÉCADA DE 2000: CARACTERIZAÇÃO, TRAJETÓRIA E DINÂMICA SETORIAL.....	31
2.1 Dinâmica demográfica na década de 2000.....	31
2.1.1 Características da distribuição territorial da população fluminense.....	31
2.1.2 Características de gênero, de idade, de escolaridade e de fluxos migracionais do Estado do Rio de Janeiro.....	37
2.2 Dinâmica econômica fluminense na década de 2000.....	44
2.2.1 Agropecuária	48
2.2.2 Indústria.....	49
2.2.3 Serviços	56
2.2.4 Regiões de Governo	60
2.2.5 Comércio exterior.....	69
2.2.6 Investimentos	75
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
GLOSSÁRIO	86
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS.....	95
ANEXO I – NOTAS METODOLÓGICAS	96
ANEXO II – TABELAS	98
ANEXO III - GRÁFICOS.....	106

LISTA DE SIGLAS

BR	Brasil
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CO	Centro-Oeste
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FOB	Do inglês Free On Board (sem custos de impostos e fretes)
ERJ	Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MRJ	Município do Rio de Janeiro
NE	Nordeste
NO	Norte
PD	População Desocupada
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	Pesquisa Industrial Anual
PIA	População em Idade Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (IBGE)
PO	População Ocupada
PT	População Total
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais (MTE)
RM	Região Metropolitana (inclusive a Capital)
RM*	Região Metropolitana (exclusive a Capital)
RNM	Região Não Metropolitana
S	Sul
SE	Sudeste
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SEDEIS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços
VA	Valor Adicionado
VTI	Valor da Transformação Industrial

APRESENTAÇÃO

O presente relatório configura-se no “*Estudo sobre as principais tendências das atividades econômicas e seus impactos sobre as categorias ocupacionais*”, produto previsto no Projeto de Desenvolvimento de Instrumentos de Apoio à Gestão de Políticas Públicas para a Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho (Convênio MTE/SPPE/CODEFAT n.º 003/2007 e Termos Aditivos), Subprojeto I - Desenvolvimento de metodologia de análise de mercado de trabalho municipal e qualificação social para apoio à gestão de políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Ele apresenta uma descrição da estrutura e dinâmica da economia fluminense durante os anos 2000. Para tanto, utiliza-se os principais agregados econômicos e populacionais, objetivando analisar como se estruturou e evoluiu a atividade econômica no estado do Rio de Janeiro.

A primeira seção trata da dinâmica dos setores econômicos do estado no período 1930-1970, marcado por forte crescimento econômico e perda de participação relativa do estado em comparação ao país (“esvaziamento”); dos impactos do baixo crescimento macroeconômico brasileiro sobre a economia estadual na década de 1980; e do início do período de recuperação econômica do estado em 1990, cuja base principal é a expansão da atividade petrolífera da Bacia de Campos, na Região Norte Fluminense.

A segunda seção apresenta a dinâmica demográfica e econômica fluminense na década de 2000, com ênfase sobre o crescimento populacional das diversas regiões de governo do Estado e sobre a trajetória do valor adicionado dos principais setores de atividade econômica. Com relação a esse último aspecto, nota-se uma concentração da atividade industrial fluminense nas regiões Norte, das Baixadas Litorâneas e do Médio Paraíba e dos serviços na Região Metropolitana. Esses movimentos, combinados à análise dos investimentos recentemente anunciados no estado, permitem caracterizar o momento atual experimentado pela economia fluminense, além de trazer elementos que auxiliam a reflexão sobre a situação atual do mercado de trabalho local.

Por fim, na última seção, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

1. A ECONOMIA FLUMINENSE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA (1930-2000)

1.1 A economia fluminense entre 1930 e 1980

A dinâmica econômica fluminense entre 1930 e 1980 foi fortemente marcada pelo que se convencionou chamar de “esvaziamento econômico fluminense”, processo expresso na redução da importância relativa da região na produção/renda nacional. No período em questão, a taxa de participação fluminense caiu de 21,0% para 13,0% (Tabela 1).

Observando as participações por grande setor, verifica-se trajetória similar. Todos os setores tiveram suas taxas consideravelmente reduzidas, com especial destaque para a “indústria” e a “agropecuária”. Enquanto a participação da produção primária fluminense foi reduzida de 6,0% para 2,0%, o percentual da indústria caiu de 27,0% para 12,0% e o dos serviços de 28,0% para 18,0%.

TABELA 1
Participação no PIB brasileiro, segundo setores
Estado do Rio de Janeiro 1939-1980 (em %)

Setores	1939	1949	1959	1970	1980
Agropecuária	6,0	6,0	5,0	2,0	2,0
Indústria	27,0	19,0	15,0	15,0	12,0
Serviços	28,0	27,0	24,0	21,0	18,0
Total	21,0	20,0	18,0	16,0	13,0

Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil
Elaboração: DIEESE

Maiores detalhes sobre o “esvaziamento” serão oferecidos adiante, mas no momento cabe assinalar que esse processo não representou retrocesso ou “encolhimento” real do nível da atividade econômica ou da produção fluminense, tendo em vista que a economia regional continuou (semelhantemente ao conjunto nacional) se expandindo e diversificando sua estrutura produtiva.

A continuidade da dinâmica econômica fluminense, no período em questão, pode ser confirmada pelo incremento demográfico sofrido pela região fluminense. Ou seja, não obstante apresentar taxas de crescimento econômico inferiores à média do país, o

Rio de Janeiro continuou apresentando crescimento demográfico acima da média nacional.

Segundo os Censos Demográficos do IBGE¹, entre 1940 e 1980, a população fluminense saltou de 3,6 milhões para 11,3 de milhões habitantes, com crescimento anual médio da ordem de 2,89%, pouco superior à taxa nacional (2,73%). Em função desse crescimento, a participação regional na população brasileira passou de 8,8% para 9,3% no intervalo assinalado (Anexo II, Tabela A1).

Outro ponto de destaque é o padrão de localização da população fluminense. No exíguo território fluminense, chama atenção a acentuada concentração de pessoas no recorte referente à atual Região Metropolitana do Rio de Janeiro, bem como o alto grau de urbanização da população estadual². Em relação à “metropolização”, destaca-se que o percentual de habitantes que residiam neste espaço subiu de 61,8% para 77,7% entre 1950 e 1980 (Anexo II, Tabela A1). Já no que se refere à urbanização, o percentual de pessoas que residiam em áreas classificadas como urbanas, passou de 70% para 92%, entre 1950 e 1980 (Anexo II, Tabela A2).

Cabe mencionar que o aumento relativo da população metropolitana foi acompanhado de perdas de participação experimentadas pelas regiões estaduais Norte, Noroeste e Serrana. No tocante à alta urbanização, a explicação certamente paira sobre a fragilidade estrutural das atividades primárias na região. A derrocada agrícola aliada à presença de importantes segmentos produtivos e de serviços diversos conduziu, de maneira contínua, um grande número de pessoas para atividades tipicamente urbanas.

Ainda no que se refere à análise da dinâmica dos setores econômicos, enfatiza-se que o chamado “esvaziamento” teve forte conteúdo estatístico, à medida que a economia fluminense continuou se expandindo e se diversificando ao longo da industrialização nacional, ainda que em ritmo menor que a média do país.

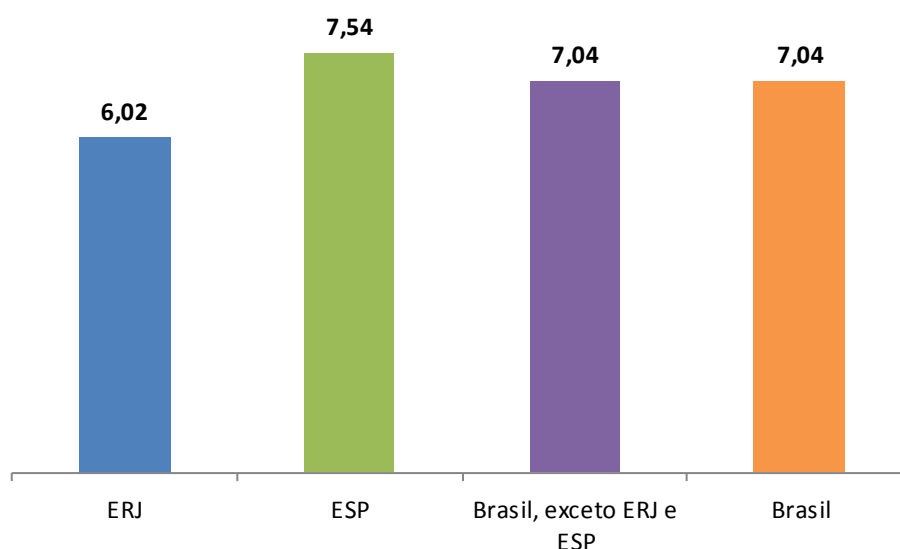
Entre 1939 e 1980, o crescimento médio do PIB fluminense (6% a.a.) ficou pouco abaixo do nacional (7% a.a.). Vale destacar que, não obstante as dificuldades enfrentadas por alguns ramos e setores que se desarticularam (indústria têxtil, alimentos,

¹ Censos demográficos do Brasil (IBGE, vários anos).

² A região fluminense possui cerca de 43,8 mil km², equivalente a 0,5% do território brasileiro.

agropecuária, etc.), o Rio de Janeiro (especialmente falando da cidade) manteve-se como forte polo atrativo de pessoas e recursos e, a despeito de suas perdas de participação, ainda seria o “centro do projeto nacional”, sendo os anos situados entre 1920 e 1960 considerados “dourados” (Gráfico 1).

GRÁFICO 1
Taxa de crescimento médio anual do PIB regional
Estado do Rio de Janeiro, Estado de São Paulo e Brasil 1939-1980 (% a.a.)



Fonte: IPEA. Ipeadata
Elaboração: DIEESE

No período 1939-80, a taxa de crescimento da agropecuária fluminense foi de 2,2% ao ano, metade da taxa nacional. No que se refere à indústria, a expansão fluminense (6,9% a.a.) foi significativa, ainda que bem distante da média do país (9,1% a.a.), da paulista (9,8% a.a.) e da porção territorial Brasil *exclusive* São Paulo e Rio de Janeiro (9,4% a.a.). A renda terciária, por seu turno, expandiu-se ao ritmo médio de 5,8% anuais, abaixo, portanto, do percentual paulista (7% a.a.) e nacional (6,8% a.a.) (Tabela 2).

TABELA 2
Taxa de crescimento médio anual do PIB setorial
Estado do Rio de Janeiro, Estado de São Paulo e Brasil 1939-1980 (em %)

Região	Agropecuária	Indústria	Serviços
ERJ	2,2	6,9	5,8
ESP	3,0	9,8	7,0
BR ⁽¹⁾	4,8	9,4	7,2
BR	4,4	9,1	6,8

Fonte: IPEA. Ipeadata

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclui os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo

E quais foram os “determinantes” desse processo de “esvaziamento” da economia fluminense? Nas análises de Cano (1998a e 1998b), Dain (1993) e Silva (2004), os seguintes fatores se apresentam como principais:

- A industrialização brasileira e a integração dos mercados nacionais resultaram em aumento da produção em “novos” setores e espaços econômicos, culminando em certa “desconcentração estatística” da produção de regiões e alguns setores pioneiros, muitos dos quais fluminenses.
- A forte concentração da produção em São Paulo atuou na desarticulação de importantes setores da economia fluminense, especialmente falando da indústria de transformação.
- Alguns setores da indústria fluminense se tornaram tecnologicamente defasados ou obsoletos com o passar dos anos. Aditivamente, o Rio de Janeiro não conseguiu internalizar setores que despontavam com as sucessivas mudanças no padrão de consumo da população brasileira.
- Os setores tipicamente urbanos foram fortemente impactados com a transferência da capital federal para Brasília (1960) e a fusão entre os antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Por outro lado, a fragilidade da agropecuária regional impediu o adensamento de lugares urbanos pelo território fluminense, estruturados a partir da atividade primária.

Analisando mais atentamente a dinâmica de cada grande setor é possível traçar um quadro mais nítido sobre esse processo.

No intervalo, a produção primária fluminense era composta basicamente pelas culturas de bananas, café, laranja, arroz, cana-de-açúcar, milho e hortaliças. No que se refere à criação animal, destacavam-se a bovinocultura de leite e avicultura.

Considerando a área cultivada, destaca-se que entre 1960 e 1980, as culturas de cana e de banana eram as de maior importância para a agricultura regional. Em relação à participação regional na produção brasileira (área cultivada), destaca-se a perda de importância relativa da produção de banana (19,8% para 6,8%), de laranja (19,1% para 0,2%) e de café (1,7% para 0,6%). Das principais culturas fluminenses, somente a de cana-de-açúcar aumentou seu percentual, de 5,1% para 7,4% (SILVA, 2004).

Por sua vez, a pecuária fluminense era basicamente composta por rebanhos bovinos destinados à produção de leite. A importância dessa atividade para a produção primária regional aumentou de 39,5% para 59,6%, no período 1960-80, enquanto sua importância relativa na correlata nacional manteve-se praticamente estável (de 1,1% para 0,9%) (SILVA, op. cit.).

Neste período, a expansão da área em produção subiu 7,3% no Rio de Janeiro, ao passo que a expansão em território nacional foi de 53,1%. De modo geral, a área plantada da agricultura fluminense foi reduzida em 33,3% (todas as suas principais culturas, exceto cana-de-açúcar, sofreram reduções) enquanto a nacional foi expandida em 22,6%. A área referente à pecuária cresceu cerca de 61% no Rio e 91% no país. A área destinada à produção de hortaliças cresceu 119% no Rio e 239% no Brasil e a destinada à produção avícola cresceu 283% e 1.911%, respectivamente (Tabela 3).

Outro indicador que aponta o arrefecimento mais acentuado da atividade agrícola estadual no pós 1960 é a participação setorial na População Economicamente Ativa estadual. Entre 1940 e 1980, a participação das atividades primárias na PEA fluminense caiu de 28,2% para 4,7%, ao passo que no país esse percentual foi reduzido de 70,2% para 29% (IBGE *apud* SILVA, 2004).

TABELA 3
Variação da área produzida (ha) por cultura
Estado do Rio de Janeiro e Brasil 1960-1980 (em %)

Culturas	ERJ	Brasil
Agricultura	-33,3	22,6
Banana	-32,6	97,6
Café	-78,4	-38,5
Laranja	-93,9	452,3
Arroz	-59,3	27,3
Cana-de-açúcar	16,8	-19,3
Pecuária	60,8	90,7
Bovinos	61,8	97,2
Hortifloricultura	118,4	236,8
Avicultura	283,6	1.911,6
Total	7,3	53,1

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário
Elaboração: DIEESE

Vale registrar que desde as décadas iniciais do século XX, São Paulo já havia assumido o posto de principal economia industrial do país. Contudo, não obstante apresentar sinais evidentes de *retrocesso industrial relativo*, o Rio de Janeiro manteve-se como importante polo manufatureiro, detendo a liderança nacional em alguns segmentos importantes da indústria. Como já assinalado, a trajetória da indústria fluminense neste intervalo foi de diversificação e crescimento, embora apresentando ritmo expansivo, em média, inferior ao paulista.

Pode-se observar que, desde a década de 1930, a economia brasileira começou a passar por importantes transformações resultantes do início da industrialização. Destaca-se que a região fluminense foi beneficiária desse movimento, via implantação de importantes unidades industriais, algumas de grande relevo para a matriz produtiva brasileira.

Semelhante ao conjunto da indústria nacional, a indústria fluminense apresentou forte expansão ao longo do período 1930-80. Vale lembrar que entre 1939 e 1980, o produto industrial da região cresceu 6,9% a.a., média, contudo, que apesar de acentuada se manteve abaixo da registrada pelo país (9,1% a.a.) e por São Paulo (9,8% a.a.). Assim, o percentual de crescimento fluminense é mostra de que os diversos

investimentos realizados na indústria regional proporcionaram-lhe notável expansão no período em análise (Tabela 4).

TABELA 4
Taxa de crescimento médio anual do PIB industrial
Estado do Rio de Janeiro, Estado de São Paulo e Brasil 1939-1980 (em %)

Região	Taxa de crescimento
ERJ	6,9
ESP	9,8
BR ⁽¹⁾	9,4
BR	9,1

Fonte: IPEA. Ipeadata

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exclui os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo

É importante destacar traços do movimento industrializador em território fluminense. Inicialmente, chama-se atenção para a acentuação da importância relativa da indústria de base e de bens intermediários na produção fluminense. A experiência de São Paulo, por outro lado, mostrou-se diferente, tendo em vista que sua indústria conseguiu incorporar importantes segmentos ligados aos chamados setores ‘de ponta’, produtores de bens de consumo final.

É nesse ponto que Sulamis Dain (1990) destaca uma das fragilidades da economia fluminense. A autora afirma que enquanto alguns dos mais importantes setores da indústria fluminense se tornaram relativamente ‘ultrapassados’ nas sucessivas etapas do progresso tecnológico, sua principal concorrente conseguiu incrementar seus ganhos e possibilidades de expansão ao abarcar unidades pertencentes aos setores tecnologicamente mais dinâmicos. Assim, São Paulo pôde criar vários complexos industriais articulados (metal-mecânica, automobilística, eletrônica, etc.), cujos efeitos de encadeamentos “para frente” e “para trás” eram amplos, possibilitando que essa economia expandisse seu mercado para além de seus limites físicos.

Observando a composição interna da estrutura industrial fluminense, destaca-se a reduzida participação (0,5%) das atividades relacionadas à extração mineral no Valor da Transformação Industrial - VTI estadual, cabendo, portanto, à indústria de transformação a quase totalidade do VTI regional.

Na indústria de transformação, os gêneros que obtiveram maiores ganhos de importância relativa foram: Mecânica (1,5% para 8,4%), Material elétrico e de Comunicação (0,7% para 5%), Material de Transportes (2,9% para 9,8%), Química (7,4% para 13,7%) e Gráfica (2,3% para 7%). Por outro lado, as maiores perdas relativas foram registradas em: Têxtil (11,2% para 4,8%), Alimentação (13,1% para 7,2%) e Fumo (7,6% para 0,1%) (Tabela 5).

TABELA 5
Participação das classes da indústria no VTI
Estado do Rio de Janeiro 1949-1980 (em %)

Classes	1949	1959	1970	1975	1980
Extrativa Mineral	0,4	0,7	0,6	0,4	0,5
Transformação	99,6	99,3	99,4	99,6	99,5
Minerais não-metálicos	8,4	6,9	4,7	5,1	5,3
Metalurgia	11,7	22,2	12,9	14,7	13,3
Mecânica	1,5	2,5	6,4	7,2	8,4
M. eletr. e de comunicações	0,7	3,2	4,1	4,5	5,0
M. transporte	2,9	3,9	6,0	6,0	9,8
Madeira	3,4	1,0	0,7	0,6	0,4
Mobiliário	1,2	1,9	2,0	1,7	1,2
Papel e papelão	1,8	2,8	2,0	1,9	2,3
Borracha	0,9	1,1	0,7	0,7	0,6
Couros, peles e similares	2,9	0,9	x	0,6	0,4
Química	7,4	5,2	14,6	13,6	13,7
Produtos farmacêuticos	3,2	6,4	6,5	5,5	4,4
Perfumaria, sabões e velas	0,3	2,7	2,2	1,5	1,3
P. matérias plásticas	x	2,2	2,0	2,8	3,0
Têxtil	11,2	9,4	6,9	4,7	4,8
Vestuário e calçados	6,5	3,7	3,3	3,6	5,5
Produtos alimentares	13,1	11,5	9,7	8,1	7,2
Bebidas	2,2	4,1	3,1	2,9	1,4
Fumo	7,6	1,3	x	1,6	0,1
Editorial e gráfica	2,3	5,2	6,9	8,9	7,0
Diversas	2,1	1,3	1,9	2,3	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Industrial

Elaboração: DIEESE

Obs.: Resultados não disponíveis por sigilo estatístico

Observando as participações da indústria estadual por categorias de uso, vê-se que cresceu a importância relativa do grupo formado pelas indústrias (predominantemente) produtoras de bens de capital e consumo durável (Grupo 3), cuja

participação saltou de 7,1% para 26,1%, entre 1949 e 1980³. Como visto, os ramos desse grupo que apresentaram maiores ganhos de participação no VTI fluminense foram Mecânica, Materiais Elétricos e de Comunicações e Material de Transportes. Ressalta-se que esse movimento teve sentido similar ao sofrido pelas estruturas industriais paulista e do conjunto das demais regiões do país.

Cabe assinalar, ademais, que tanto as indústrias produtoras de bens de consumo não-durável (Grupo 1), como as de bens intermediários (Grupo 2), perderam importância relativa no VTI estadual. (Tabela 2.9) No que diz respeito ao grupo 1, a perda de participação foi resultante, principalmente, do desempenho de alguns setores considerados tradicionais na estrutura produtiva local (Têxtil, Alimentação e Fumo). No grupo 2, a redução relativa foi consequência do desempenho de alguns setores, especialmente de Madeira e Matérias Plásticas, só não tendo sido mais acentuada graças à indústria Química, que aumentou sua participação relativa de 7,4% para 13,7% (Tabela 6).

TABELA 6
Participação no VTI estadual por grupo de uso
Estado do Rio de Janeiro 1949-1980 (em %)

Grupos	1949	1970	1980
Grupo 1	47,4	40,7	32,8
Grupo 2	45,1	37,6	39,0
Grupo 3	7,1	18,5	26,1

Fonte: IBGE. Censo Industrial
Elaboração: DIEESE

Destaque-se as participações relativas da indústria fluminense (e de seus diversos gêneros) no VTI nacional. Entre 1939 e 1980, a participação relativa do Rio de Janeiro na produção industrial brasileira (transformação e extrativa mineral) declinou de 27,9% para 9,7%, um indicativo de que os diversos projetos implantados ao longo

³ O Grupo 1 é composto pelas indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis (Têxtil, Vestuário, Alimentação, Farmácia, Fumo, Perfumaria, Gráfica, Mobiliário e Bebidas). O Grupo 2 é formado pelas indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários (Não metálicos, química, Metalurgia, Papel e Papelão, Borracha, Couros e Madeira). O grupo 3 engloba as indústrias predominantemente produtoras de bens de capital ou consumo durável (Mecânica, Material Elétrico e Diversos).

destas décadas, em seu território, não foram capazes de alterar o “esvaziamento relativo”. “Abrindo” a indústria, ficam nítidas as trajetórias de cada classe: a participação da indústria extrativa mineral, no respectivo VTI nacional, apresentou forte queda, sendo reduzida de 15,5% para 1,4% no período. A participação da indústria de transformação caminhou em mesmo sentido: em 1980 sua participação era de 10,0%, contra os 28,0% registrados em 1939 (Tabela 7).

TABELA 7
Participação no VTI brasileiro por classes de atividade
Estado do Rio de Janeiro 1939-1980 (em %)

Classes	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Extrativa Mineral	15,5	4,6	5,3	3,3	2,2	1,4
Transformação	28,2	20,6	17,6	15,7	13,5	10,1
Minerais não-metálicos	32,8	38,7	18,6	12,6	11,1	9,4
Metalurgia	19,8	25,9	33,4	17,5	15,8	11,6
Mecânica	16,6	14,2	12,9	14,4	9,5	8,3
M. eletr. e de comunicações	x	8,6	14,1	12,0	10,7	7,3
M. transporte	x	26,6	9,0	11,9	12,8	13,4
Madeira	17,6	16,9	5,3	4,2	2,6	1,4
Mobiliário	x	11,5	15,7	15,1	11,5	6,8
Papel e papelão	20,4	17,0	16,6	12,6	10,4	8,5
Borracha	34,5	10,1	6,8	6,0	4,5	5,0
Couros, peles e similares	13,1	15,0	15,1	x	14,7	8,1
Química	40,4	28,7	10,8	23,0	15,2	9,5
Produtos farmacêuticos	x	23,6	45,6	30,4	29,1	27,6
Perfumaria, sabões e velas	x	33,0	34,0	22,8	17,0	14,2
P. matérias plásticas	x	x	45,6	16,5	16,8	13,4
Têxtil	19,1	25,2	13,9	11,7	10,3	7,7
Vestuário e calçados	28,3	31,6	18,3	15,3	12,8	11,7
Produtos alimentares	24,9	20,3	12,4	11,3	9,7	6,3
Bebidas	33,0	28,7	24,9	21,2	21,7	10,5
Fumo	33,0	21,1	17,5	22,6	20,5	17,6
Editorial e gráfica	41,3	40,7	30,8	29,6	32,8	28,0
Diversas	32,6	26,7	13,0	14,5	16,0	10,8
Total	27,9	20,3	17,3	15,3	13,2	9,7

Fonte: IBGE. Censo Industrial

Elaboração: DIEESE

Obs.: Resultados não disponíveis por sigilo estatístico

As participações por grupos de categoria de uso apontam, ainda de modo mais nítido, a dimensão da situação vivida pela indústria fluminense no período 1939-80.

Como visto, a importância relativa regional sofreu acentuado decréscimo relativo nos três grupos industriais (Tabela 8).

TABELA 8
Participação no VTI brasileiro por grupo de uso
Estado do Rio de Janeiro 1949-1980 (em %)

Grupos	1949	1959	1970	1975	1980
Grupo 1	16,1	18,1	15,8	15,5	10,5
Grupo 2	23,9	19,7	16,0	13,1	9,6
Grupo 3	19,3	11,4	12,9	11,1	9,7

Fonte: IBGE. Censo Industrial
Elaboração: DIEESE

Por fim, no que se refere à indústria, cabe assinalar que, não obstante a indústria fluminense continuar seu caminho de declínio relativo no VTI nacional, nos anos finais da década de 1970 a atividade petrolífera começou a ganhar maior importância na produção regional, iniciando o caminho que culminaria, como se verá posteriormente, em transformá-la no principal sustentáculo da renda industrial fluminense no fim do século XX.

No tocante aos serviços, algumas considerações merecem registro. De modo similar aos demais setores econômicos da região, o terciário sofreu processo de perdas de participação relativa na renda nacional (Tabela 9). Como visto, apontou-se que a participação fluminense na renda terciária brasileira, entre 1939 e 1980, declinou de aproximadamente 28% para 18%. A taxa média de crescimento setorial da região foi de 5,8% a.a., abaixo da média brasileira (6,8% a.a.).

Esse processo de esvaziamento relativo do terciário regional, em termos de produto interno setorial, se tornou praticamente inexorável em razão da acelerada expansão urbana observada nas demais economias regionais do país. Assim, a expansão sofrida pela economia urbana brasileira ao longo do século XX, notadamente no período posterior a 1930, implicaria, em alguma medida, em ‘desconcentração’ terciária pelo território nacional. Sabendo-se que grande parcela dos serviços do país concentrava-se no Rio de Janeiro (especialmente falando da cidade), torna-se evidente que quase impossível seria à região manter sua participação relativa no conjunto nacional.

Deve-se enfatizar que isto não significa que o esvaziamento relativo seja resultante *somente* da expansão urbano-terciária das demais economias estaduais pelo território brasileiro. Boa parte desse esvaziamento não se explica por questões inerentes à própria economia fluminense, tais como a transferência da capital federal (em 1960) e a fusão entre os estados do Rio de Janeiro e Guanabara (em 1975).

De fato, entre 1939 e 1980, o terciário fluminense perdeu participação relativa em seus principais ramos. Os percentuais referentes ao Comércio (interno) e aos Transportes e Comunicações foram praticamente reduzidos à metade, ao passo que as participações referentes ao setor Financeiro e ao de Administração Pública se reduziram de 38% para 23% e de 35% para 21%, respectivamente (Tabela 9).

TABELA 9
Participação na renda terciária nacional por setores
Estado do Rio de Janeiro 1939-1980 (em %)

Setores	1939	1949	1959	1970	1975	1980
Serviços	28,0	27,0	27,0	21,0	20,0	18,0
Comércio interno	26,0	21,0	16,0	15,0	15,0	13,0
Transportes/Comunicação	27,0	27,0	27,0	19,0	17,0	14,0
Intermediação financeira	38,0	28,0	26,0	25,0	26,0	23,0
Administração pública	35,0	42,0	37,0	27,0	24,0	21,0

Fonte: IBGE. Contas Nacionais
Elaboração: DIEESE

1.2 O Rio de Janeiro no final do século XX: anos 1980 e 1990

1.2.1 Os anos 1980

Para a economia brasileira, a década de 1980 foi marcada pela ruptura do padrão histórico de crescimento estabelecido durante o processo de industrialização nacional. A taxa de expansão média anual do produto interno bruto do país despencou para 2,2%, tornando-se um claro indicador do ambiente econômico do país à época, no qual se destacaram o recrudescimento inflacionário, os desequilíbrios externos e o baixo crescimento da renda nacional. Nesta década, em meio ao desajuste vivenciado pela economia brasileira, a economia fluminense continuou sua trajetória de redução de participação na produção nacional, tendo seu produto interno bruto crescido somente

2,7% (acumulados) e sua participação no PIB brasileiro declinado para 12,3% (Tabelas 10 e 11).

Em relação à dinâmica demográfica, pode-se apontar uma importante alteração na trajetória expansiva estadual frente à nacional: o crescimento populacional fluminense passou a ser inferior ao nacional. Enquanto o crescimento nacional foi da ordem de 1,77% ao ano, a taxa estadual ficou em 1,15%⁴. Em termos absolutos, o contingente fluminense alcançou o patamar de 12,8 milhões de pessoas, o que equivalia a 8,7% da população brasileira⁵ (Anexo II, Tabela A1). Por outro lado, acentuou-se o já elevado grau de urbanização estadual (de 91,8% para 95,3%), superando, em muito, o percentual brasileiro (75,5%) (Anexo II, Tabela A2).

Embora tenha apresentado menor crescimento demográfico, o estado do Rio de Janeiro não conseguiu sustentar seu produto por habitante, em função do pífio desempenho do seu produto interno total. Assim, acentuou-se a convergência entre sua renda *per capita* e a nacional: em 1991, a renda por habitante do estado era 23,6% maior que a brasileira, percentual bem abaixo do registrado em 1980 (42,8%)⁶ (Anexo II, Tabela A3).

No que se refere à participação na economia nacional, deve-se destacar que as perdas de participação foram observadas em seus três grandes setores, tendo sido mais intensa a redução relativa do terciário (Tabela 10). Em relação a esse setor, cabe assinalar que seu desempenho (queda na participação de 18,2% para 15,4%) foi diretamente afetado pela queda da renda real do trabalhador e pela diminuição do gasto público na região, resultante do desarranjo das finanças públicas do país no período e da transferência de algumas atividades para a nova capital federal.

⁴ É necessário frisar que o contexto socioeconômico da região, à época, acentuou a migração de pessoas naturais da região para outros territórios do país. Como salienta Cano (1996: 51), “a desaceleração econômica e o agravamento da crise social no RJ, que, desde a década de 1970 já vinha dando mostras de seus efeitos sobre as migrações, tornaram o quadro ainda mais grave no período recente. Entre 1970 e 1980, admitiu 531 mil imigrantes, mas perdeu 189 mil de seus naturais”.

⁵ Entre os censos de 1980 e 1991, a população fluminense passou de 11,3 para 12,8 milhões de habitantes, enquanto a brasileira atingiu os 147 milhões em 1991, algo em torno de 28 milhões de pessoas a mais que o contingente registrado em 1980.

⁶ No mesmo período, o produto per capita paulista aumentou sua distância em relação ao brasileiro (de 69,7% para 72,4%), embora o crescimento demográfico paulista (2,12% a.a.) tenha sido superior ao nacional (1,93% a.a.).

O setor primário, por sua vez, reduziu um pouco mais sua já diminuta participação (de 2,0% para 1,8%) na produção agropecuária nacional, em função de sua debilidade estrutural e da expansão da produção experimentada pela fronteira agrícola brasileira, estimulada por políticas de promoção às exportações.

No que diz respeito à indústria, a baixa na participação relativa (11,9% para 10,5%) se explica tanto pela desestruturação de importantes setores da indústria regional – especialmente da estrutura situada na região metropolitana – quanto pelos efeitos advindos do processo de desconcentração produtiva nacional, iniciado em meados do decênio anterior (Tabela 10).

TABELA 10
Participação no PIB brasileiro por setores
Estado do Rio de Janeiro 1980-1990 (em %)

Setores/Ano	1980	1985	1990
Agropecuária	2,0	1,4	1,8
Indústria	11,9	11,8	10,5
Serviços	18,2	13,9	15,4
Total	13,2	12,4	12,3

Fonte: FGV (1972); IBGE (1987 e 1996)
Elaboração: DIEESE

É importante assinalar que ao longo da década observou-se uma maior diferenciação, em termos de taxas de crescimento, entre a dinâmica do interior fluminense e da porção metropolitana do território estadual. Pode-se ver que o maior dinamismo do produto interno interiorano se estabeleceu a partir de meados da década, período que coincide com a expansão da produção petrolífera da Bacia de Campos⁷. Por outro lado, o desempenho da região metropolitana se explica pelas dificuldades enfrentadas pelo setor terciário e pela desarticulação de parte de seu parque manufatureiro (Tabela 11).

⁷ Não se está negando o bom desempenho de outras atividades pelo interior fluminense, mas apenas assinalando que, em termos de “volume expansivo”, a produção de petróleo foi o grande diferencial entre a dinâmica da RMRJ e a do restante do território estadual.

TABELA 11
Índice do produto real
Estado do Rio de Janeiro, interior e RMRJ 1981-1989

Região	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Estado	95,6	97,7	87,6	95,4	88,8	101,8	99,3	99,1	102,7
Interior	95,1	99,2	102	95,5	107,7	101,1	105,3	105,1	107,6
RMRJ	95,7	97,4	84,7	83,4	85	102	98,1	97,9	101,7

Fonte: FIBGE e CIDE *apud* Gurvitz (1992)

Base: 1980 = 100

Elaboração: DIEESE

Esses resultados indicam o começo do estabelecimento de um importante padrão de desenvolvimento da indústria fluminense: a contínua expansão da importância relativa da indústria extrativa na composição do produto interno industrial estadual.

Embora a participação da indústria fluminense na produção nacional tenha se mantido praticamente inalterada entre 1980-1985, deve-se assinalar a ocorrência de mudanças significativas nas trajetórias de crescimento de suas duas classes, ou seja, a indústria extrativa e a de transformação. Enquanto na primeira metade da década a importância relativa da indústria de transformação fluminense reduziu-se (de 10,1% para 9,5%), o percentual referente à indústria extrativa sofreu forte expansão, passando de 1,4% para 13,3% (SILVA, 2004). No intervalo 1985-1990, a indústria de transformação foi beneficiada pelos momentos de relativa recuperação da atividade econômica nacional e sua taxa de participação se elevou para 10,2%. Em mesmo sentido, contudo em velocidade muito maior, a indústria extrativa aumentou sua participação para 48,5%.

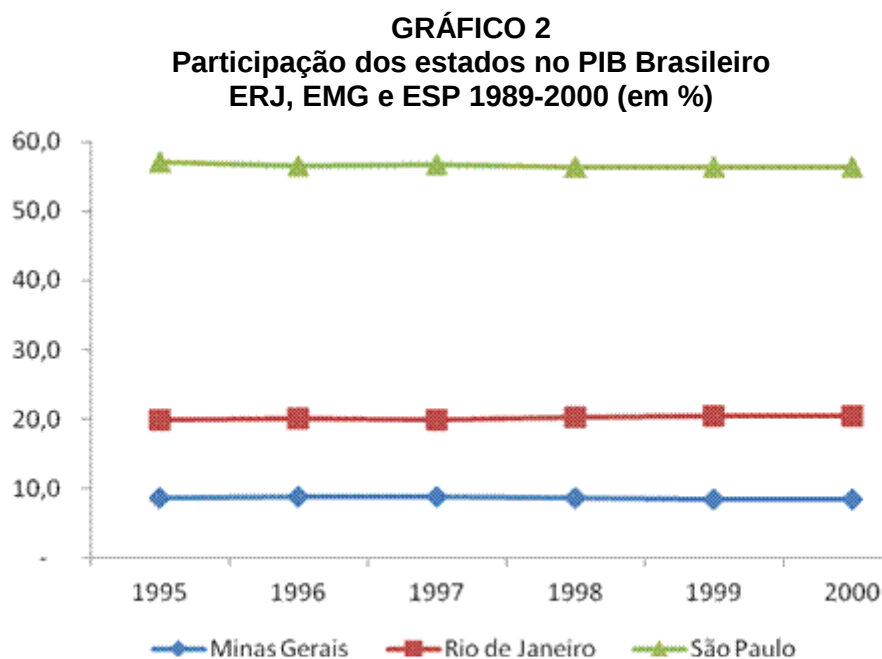
Assim, o baixo crescimento da economia fluminense, ao longo dos anos 1980, foi resultado, em parte, do baixo dinamismo apresentado por sua indústria geral, cujo desempenho pode ser explicado, em grande medida, pelo seu perfil, caracterizado pela concentração de setores de bens intermediários que atuavam de modo complementar à estrutura produtiva nacional e, por conseguinte, era muito voltada ao mercado interno⁸. Por outro lado, o baixo dinamismo das atividades terciárias contribuiu para este cenário

⁸ Os dados relativos à alocação setorial da população ocupada (PO) também apontam a perda de dinamismo da indústria estadual: entre 1980 e 1991, a participação fluminense na PO da indústria nacional caiu de 12,1% para 9,2%, sendo que em números absolutos a redução da indústria de transformação chegou aos 31,2 mil. Ver Dain, 1990.

econômico, tendo em vista sua importância para a estrutura urbana metropolitana regional, responsável por grande parte da renda e do emprego estaduais.

1.2.2 Anos 1990

Durante os anos 1990, importantes transformações foram observadas na dinâmica econômica fluminense, especialmente tratando do ritmo expansivo do produto interno bruto e do investimento em território fluminense. Durante a segunda metade da década, a participação fluminense no PIB brasileiro aumentou um pouco, para 11,8%, mantendo a segunda posição no ranking nacional, atrás de São Paulo e imediatamente à frente de Minas Gerais (Gráfico 2).



Fonte: IBGE. Contas Regionais
Elaboração: DIEESE

Em 2000, a população fluminense era de aproximadamente 14,4 milhões de habitantes, cerca de 1,2 milhões a mais que o contingente registrado em 1991. O crescimento médio geométrico estadual foi de 1,3% a.a., inferior à média do país

(1,6%), destacando-se, internamente, as taxas obtidas pelas regiões das Baixadas Litorâneas (4,12% a.a.) e Baía da Ilha Grande (3,46% a.a.)⁹ (Tabela 12).

TABELA 12
Taxa média⁽¹⁾ anual de crescimento populacional, de urbanização e densidade
por Regiões de Governo
Estado do Rio de Janeiro 1991-2000

Regiões	Crescimento (em % a.a.)	Urbanização (em %)	Densidade (em hab./km²)
Metropolitana	1,2	99,3	1.913,5
Norte	1,5	85,1	71,5
Noroeste	1,0	79,2	55,3
Baixadas Litorâneas	4,1	85,9	110,7
Médio Paraíba	1,4	93,0	126,6
Centro-Sul	1,2	83,1	83,7
Serrana	1,0	83,2	108,0
Costa Verde	3,5	86,3	84,9
ERJ	1,3	96,0	328,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A taxa média de crescimento é uma média geométrica da variação anual percentual

Destaca-se que 2,6 milhões de pessoas que residiam no Rio de Janeiro (em 2000) eram naturais de outras regiões, com especial destaque para a região nordeste (1,3 milhões) (Cano, 2008; Anexo III, Gráfico A1). O estado concentrava o terceiro maior contingente populacional do país, sendo superado somente por São Paulo e Minas Gerais. Sua participação na população brasileira, por sua vez, reduziu-se de 8,7% para 8,5%, enquanto sua taxa de urbanização (a maior do país) atingiu a marca dos 96,0%, tendo como extremos os percentuais referentes à RMRJ (99,3%) e ao Noroeste fluminense (79,2%) (Anexo II, Tabelas A1 e A2).

A baixa taxa de expansão demográfica apresentada pelo Rio de Janeiro nos anos 1990 evitou, em primeiro instante, uma redução relativa mais acentuada da renda por habitante estadual. Num segundo momento, quando houve a recuperação do produto interno, contribuiu para aumentar a distância entre o PIB *per capita* estadual e o

⁹ Salienta-se que a população do recorte metropolitano cresceu 1,17% a.a., praticamente o mesmo percentual alcançado pelo Centro-Sul Fluminense (1,19% a.a.) que, como sabido, é umas das regiões mais dinâmicas em termos econômicos.

nacional¹⁰. Em 1991, o PIB *per capita* fluminense era 23,6% maior que a média nacional. Durante a década, este percentual sofreu significativa expansão chegando aos 47,8% em 2000 (Tabela 13).

TABELA 13
Relação entre o PIB *per capita* estadual e o brasileiro
Estado do Rio de Janeiro e Brasil 1990-2000 (BR = 100)

Ano	ERJ	BR
1991	123,6	100,0
1992	139,0	100,0
1993	136,2	100,0
1994	131,8	100,0
1995	134,4	100,0
1996	130,6	100,0
1997	131,5	100,0
1998	129,3	100,0
1999	138,3	100,0
2000	147,8	100,0

Fonte: IBGE. Contas Nacionais
Elaboração: DIEESE

Dados da Fundação CIDE apontam que, em 2000, o produto interno bruto fluminense girava em torno de R\$ 162 bilhões (preços correntes). Entre 1990 e 2000, o produto estadual cresceu 23,2%, destacando-se as variações anuais registradas em 1995, 1996 e 2000 (Tabela 14).

¹⁰ Em 1990, o produto per capita fluminense era de R\$ 7.165, valor superior ao nacional (R\$ 5.745) e aquém do paulista (R\$ 9.881). Dez anos depois, o produto fluminense alcançou os R\$ 9.572, enquanto o paulista e o brasileiro atingiram R\$ 9.995 e R\$ 6.473, respectivamente.

TABELA 14
Evolução nominal e real do PIB
Estado do Rio de Janeiro 1990-2000

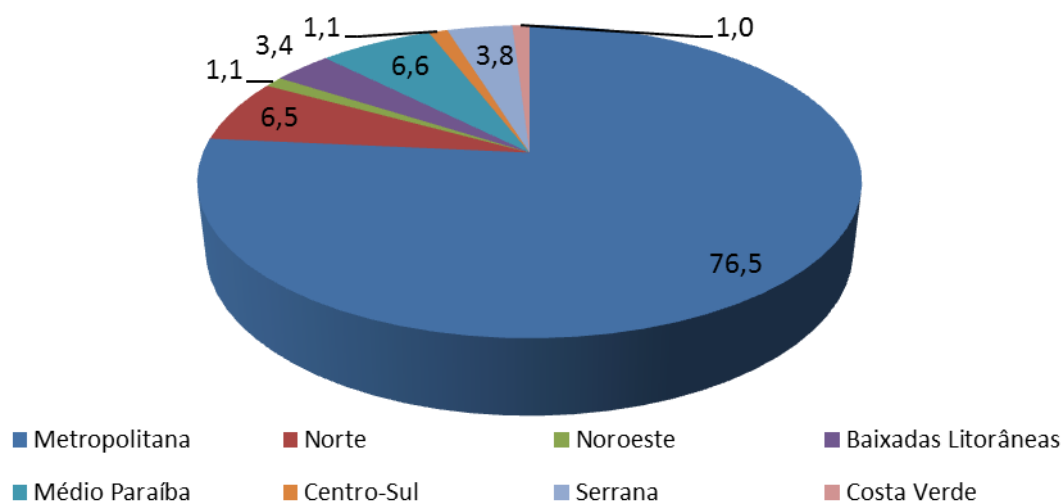
Ano	PIB em valores absolutos		Produto real	
	R\$ correntes	R\$ de 1998	Índice	Δ a.a. (%)
1990	1.728.003	107.273.506.653	100,0	-0,9
1991	10.157.832	102.922.744.733	95,9	-4,1
1992	96.742.983	100.116.549.458	93,3	-2,7
1993	2.014.324.789	101.089.934.617	94,2	1,0
1994	47.860.668.962	103.962.377.397	96,9	2,8
1995	83.987.957.395	109.242.439.978	101,8	5,1
1996	105.928.722.272	117.075.116.231	109,1	7,2
1997	113.137.283.179	119.072.898.692	111,0	1,7
1998	122.384.564.177	122.384.564.177	114,1	2,8
1999	140.496.766.082	140.496.766.082	117,7	3,2
2000	162.600.371.198	147.113.712.524	123,3	4,7

Fonte: Fundação CIDE (2004)

Elaboração: DIEESE

Um dos traços mais marcantes da estrutura urbana fluminense se manteve: a forte concentração econômica no espaço metropolitano fluminense. Mais de 75% do PIB estadual eram gerados neste recorte espacial, em 2000, cabendo à capital estadual, sozinha, 55% do total estadual. A região do Médio Paraíba, uma das mais industrializadas do estado, e o Norte fluminense dividiam a segunda posição no que se refere à geração do PIB estadual (6,6 e 6,5%, respectivamente), ao passo que as regiões Serrana e Baixadas Litorâneas vinham a seguir, respondendo por 3,8 e 3,4%, respectivamente (Gráfico 3).

GRÁFICO 3
Distribuição do PIB por Região de Governo
Estado do Rio de Janeiro 2000 (em %)



Fonte: IBGE. PIB municipal
 Elaboração: DIEESE

A trajetória do Produto Interno Bruto fluminense, durante os anos 1990, mostra claramente continuidades e rupturas nas dinâmicas de seus grandes setores. Primeiramente, chama-se atenção para a participação geral da economia do estado do Rio de Janeiro no produto interno bruto brasileiro. Entre 1995 e 2000, a taxa de participação fluminense no conjunto da economia nacional passou de 11,2% para 11,8%, com crescimento acumulado no VA real de 5,6% no período (Anexo II, Tabela A4).

Setorialmente, destaca-se a permanência do frágil desempenho da produção primária em território estadual. No período assinalado, a taxa de participação fluminense na agropecuária nacional caiu de 1,6% para 1,4%, resultante do baixo percentual de expansão (acumulado) alcançado, de apenas 1,3%.

Na indústria, os indicadores apontam a permanência das dificuldades vivenciadas pelo segmento da indústria de transformação. Entre 1995 e 2000, a taxa de participação do estado do Rio de Janeiro na indústria nacional aumentou de 8,0% para 10,1%. Contudo, quando desagregamos esse setor, verifica-se que a participação da indústria extrativa mineral saltou de 17,1% para 41,9% (crescimento acumulado de

81,3%), ao passo que a participação da indústria de transformação aumentou de 5,9% para 6,6%, não obstante o declínio de 16,8% no índice de volume do valor adicionado pelo setor.

Por fim, no que se refere aos serviços, a taxa de participação sofreu leve redução (de 13,4% para 13,1%), resultado do baixo crescimento acumulado apresentado no período (7,9%).

TABELA 15
Dez maiores empresas exportadoras
Estado do Rio de Janeiro 2001

Empresas	Exportações	
	Em US\$ milhões FOB	Em %
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	1.155.214	48,1
Companhia Siderúrgica Nacional	206.307	8,6
Xerox Comércio e Ind. S/A	62.691	2,6
Gerdau S/A	54.253	2,3
H. Stern Comércio e Ind. S/A	46.247	1,9
Petrobrás Distribuidora S/A	44.704	1,9
Valesul Alumínio S/A	44.411	1,8
Michelin Ind. E Com. Ltda	43.179	1,8
Petroflex Ind. e Com.	31.171	1,3
Esso Brasileira de Petróleo	24.349	1,0
Total das 10+	1.714.527	71,3
Total	2.403.626	100,0

Fonte: MDIC *apud* Dieese (2002)
Elaboração: DIEESE

A importância fluminense no comércio exterior do país manteve-se reduzida durante os anos 1990, especialmente quando contrastada com a economia paulista (Anexo II, Tabela A4; Anexo III, Gráficos A2 e A3). Os principais produtos da pauta de exportação fluminense continuaram sendo petróleo e gás natural, laminados de aço, óleos combustíveis e produtos metalúrgicos não-ferrosos. Assinala-se que participação da Petrobrás nas exportações estaduais é extremamente significativa, levando-se em conta que ela respondia, em 2001, por 48% do valor total comercializado¹¹. Em seguida,

¹¹ A este percentual, pode-se, ainda, adicionar os referentes à Petrobrás Distribuidora (1,9%) e à Petroflex (1,3%).

destaca-se a CSN, que representa pouco mais de 8,5% do montante exportado pelo estado. Vale salientar, ademais, que as dez maiores empresas exportadoras respondem por 71,3% das exportações estaduais, sendo que mais de 65% são de companhias produtoras de bens intermediários (Tabela 15).

Em linhas gerais é possível caracterizar a trajetória da economia fluminense durante o período 1930-1980 como “crescente, mas acompanhada de esvaziamento relativo”. Em outras palavras, a economia regional esteve efetivamente inserida na dinâmica industrializante nacional, experimentou forte expansão do produto e emprego, contudo em ritmo expansivo abaixo da média nacional, perdendo participação no conjunto nacional. Dentre os principais fatores, destaque para (i) a industrialização brasileira e a integração dos mercados nacionais; (ii) concentração da produção no Estado de São Paulo, principalmente das indústrias de “ponta” (automobilística, eletrônica etc.); (iii) defasagem tecnológica da indústria fluminense e a não incorporação de setores dinâmicos, capazes de promover complexos industriais articulados; e (iv) mudança da capital federal (1960) e a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, com repercussões sobre a economia urbana e o setor terciário.

A caracterização do movimento nas duas décadas seguintes (1980-2000) é mais difícil, tendo em vista que os movimentos se distanciam à medida que transformações são observadas na estrutura produtiva estadual, todas coadunadas com a trajetória da economia do país. Primeiramente, o estado do Rio sofreu os efeitos negativos oriundos do crítico ambiente macroeconômico vivenciado pelo país durante a década de 1980 (Instabilidade monetária, crise da dívida, redução do investimento e contração salarial), que atingiram diretamente a dinâmica estadual, semelhantemente ao observado em outras economias estaduais brasileiras à época.

Os anos 1990 são marcados por outra realidade. A economia estadual experimentou considerável recuperação do seu ritmo expansivo, puxado pela produção extrativa mineral na Bacia de Campos. Ademais, a partir da segunda metade da década, o ambiente econômico estadual passou a ser tomado por expectativas de recuperação econômica derivadas do anúncio cada vez mais constante de novos investimentos em infraestrutura urbana, econômica e plantas produtivas.

Na próxima seção, serão tratadas as características demográficas e da atividade econômica do estado fluminense na década de 2000.

2. A ECONOMIA FLUMINENSE NA DÉCADA DE 2000: CARACTERIZAÇÃO, TRAJETÓRIA E DINÂMICA SETORIAL

2.1 Dinâmica demográfica na década de 2000

2.1.1 Características da distribuição territorial da população fluminense

Segundo o Censo Populacional do Brasil (Censo 2010), em 2010, a população do Estado do Rio de Janeiro quase alcançou a marca dos 16,0 milhões de habitantes (aproximadamente 8,4% da população brasileira), o que o posicionou como a terceira unidade da federação mais populosa, atrás apenas de Minas Gerais e São Paulo. Na última década a população fluminense cresceu a uma taxa média anual de 1,1 %, taxa de crescimento populacional inferior, mas próxima à média nacional (1,2% a.a.) e à média da região Sudeste (1,0% a.a.).

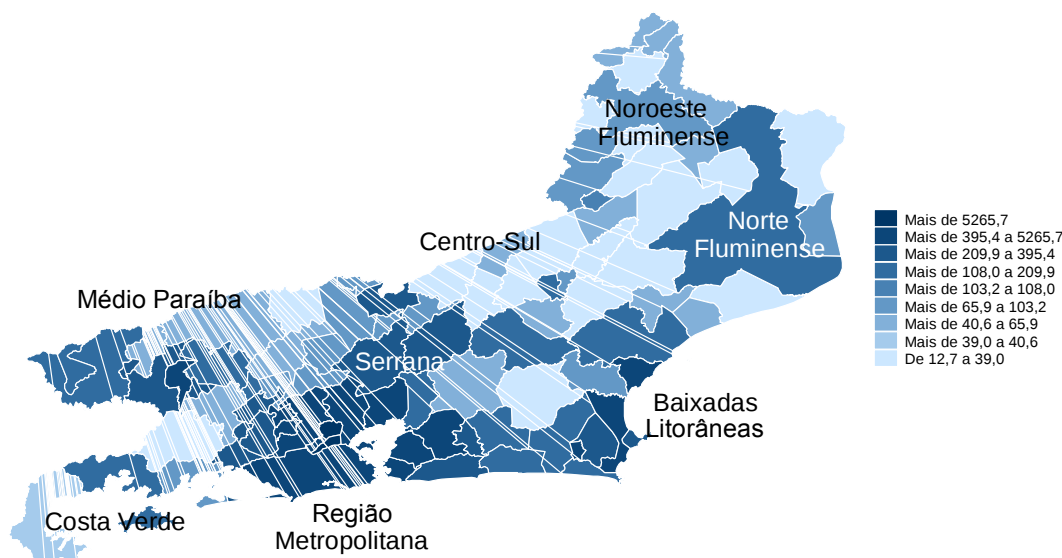
O estado do Rio de Janeiro apresenta elevada taxa de urbanização, visto que 96,7% de sua população residem em áreas consideradas urbanas. Esse padrão de alta urbanização está presente em quase todos os municípios fluminenses, observando-se taxas pouco menos acentuadas, contudo, em alguns municípios do Noroeste fluminense.

Cabe lembrar que em função da dimensão do território estadual (43,7 mil km²), exíguo para os padrões nacionais (é maior apenas que os estados de Alagoas, Sergipe e que o Distrito Federal) e do seu contingente populacional, o estado do Rio de Janeiro apresenta alta taxa de densidade demográfica. A taxa estadual é da ordem de 365 habitantes por quilômetro quadrado, com forte diferenciação da mesma dentro do território, notadamente quando se coteja os resultados metropolitanos com os de outras regiões estaduais (IBGE, 2010). As regiões mais populacionalmente densas do Estado são (i) a Região Metropolitana e os municípios a ela pertencentes, alguns com mais de 5.000 habitantes por quilômetro quadrado¹², (ii) as regiões litorâneas e (iii) os municípios que ficam próximos à fronteira com o Estado de São Paulo. Em contrapartida, nas regiões próximas à fronteira do Estado do Rio de Janeiro com Espírito Santo e Minas Gerais (Noroeste e Centro-Sul fluminense), são raros municípios

¹² Vide o caso do município de São João de Meriti e seus mais de 13.000 habitantes por quilômetro quadrado.

com densidade demográfica superior a 100 habitantes por quilômetro quadrado (Figura 1).

FIGURA 1
Distribuição da densidade populacional no território
Estado do Rio de Janeiro 2010 (em hab./km²)



Fonte: IBGE. Censo Demográfico
Elaboração: DIEESE

Além de populacionalmente densa, a Região Metropolitana, como visto anteriormente, é também a mais populosa do Estado. Em 2010, 11,8 milhões de pessoas (74% da população fluminense) residiam nessa região, seguida pelas regiões Norte (5,4%), Médio Paraíba (5,3%), Baixadas Litorâneas (5,0%) e pela região Serrana (4,9%). Contudo, a participação da Região Metropolitana decresceu 1,5 pontos percentuais na década porque a população dessa região cresceu em ritmo inferior à do Estado – 8,9% acumulados contra 11,1%, respectivamente no mesmo período – dando continuidade a movimento observado na década anterior. Em compensação, as regiões das Baixadas Litorâneas, Costa Verde e Norte fluminense cresceram, respectivamente, 43,2% (1,1 p.p. de acréscimo em sua participação no total), 40,2% (0,3 p.p.) e 21,3% (0,5 p.p.¹³). Portanto, percebe-se um lento e contínuo processo de desconcentração da população residente fluminense em favor de municípios que não compõem a região

¹³ Estas três regiões, especialmente Baixadas Litorâneas e Costa Verde, já haviam apresentado crescimento populacional acima da média estadual ao longo da década de 1990.

metropolitana, apesar de essa região ainda reunir três em cada quatro habitantes (Tabela 16).

TABELA 16
Evolução da População Residente, segundo Regiões de Governo
Estado do Rio de Janeiro 2000 e 2010

Região	2000 ⁽¹⁾		2010 ⁽²⁾		Variação (em %)
	Em n ^{os} absolutos	Em %	Em n ^{os} absolutos	Em %	
Região Metropolitana	10.869.255	75,5	11.835.708	74,0	8,9
Norte Fluminense	706.023	4,9	856.745	5,4	21,3
Noroeste Fluminense	297.696	2,1	317.493	2,0	6,7
Baixadas Litorâneas	553.696	3,8	792.753	5,0	43,2
Médio Paraíba	785.192	5,5	855.193	5,3	8,9
Centro-Sul Fluminense	268.331	1,9	299.394	1,9	11,6
Serrana	737.397	5,1	789.143	4,9	7,0
Costa Verde	173.692	1,2	243.500	1,5	40,2
Estado	14.391.282	100,0	15.989.929	100,0	11,1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Dados do universo

(2) Dados da sinopse

O *ranking* dos municípios mais populosos do Estado ressalta a concentração da população na Região Metropolitana. Dentre os vinte municípios mais populosos em 2010, 12 pertenciam à Região Metropolitana (Rio de Janeiro, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Niterói, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé, Itaboraí, Nova Friburgo, Mesquita e Nilópolis). Destaque para a capital que, com seus 6,3 milhões de habitantes, concentra 39,5% da população do Estado. As demais regiões de governo com municípios entre os vinte mais populosos em 2010 eram as regiões Norte (Campos dos Goytacazes e Macaé), Serrana (Petrópolis e Teresópolis), Médio Paraíba (Volta Redonda e Barra Mansa), Baixadas Litorâneas (Cabo Frio) e Costa Verde (Angra dos Reis). Os vinte municípios mais populosos em 2010 concentravam 82,9% da população do Estado do Rio de Janeiro e cresceram, em média, 9,3% em comparação com 2000 (Tabela 17).

TABELA 17
Vinte municípios com maior participação na população fluminense
Estado do Rio de Janeiro 2010

Municípios	População (2010)	% na População estadual	% 2000/2010
Rio de Janeiro	6.320.446	39,5	7,9
São Gonçalo	999.728	6,3	12,2
Duque de Caxias	855.048	5,3	10,3
Nova Iguaçu ⁽¹⁾	796.257	5,0	-13,5
Niterói	487.562	3,0	6,1
Belford Roxo	469.332	2,9	8,0
Campos dos Goytacazes	463.731	2,9	13,9
São João de Meriti	458.673	2,9	2,0
Petrópolis	295.917	1,9	3,3
Volta Redonda	257.803	1,6	6,5
Magé	227.322	1,4	10,4
Itaboraí	218.008	1,4	16,3
Macaé	206.728	1,3	56,1
Cabo Frio	186.227	1,2	46,8
Nova Friburgo	182.082	1,1	5,0
Barra Mansa	177.813	1,1	4,1
Angra dos Reis	169.511	1,1	42,2
Mesquita ⁽²⁾	168.376	1,1	-
Teresópolis	163.746	1,0	18,6
Nilópolis	157.425	1,0	2,4
População total dos 20 municípios	13.261.735	82,9	9,3

Fonte: IBGE. Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

Nota (1) Essa queda pode ser explicada pela emancipação do município de Mesquita

(2) Município criado em 2001

Por outro lado, dentre os 20 municípios de maior crescimento populacional, oito pertenciam à região das Baixadas Litorâneas (Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Saquarema, São Pedro da Aldeia e Araruama) e três pertenciam à região Norte (Macaé, Carapebus e Quissamã). A Região Metropolitana aparece com três de seus municípios menos populosos (Maricá, Guapimirim e Itaguaí). Completam a lista os três municípios da Costa Verde, dois da região Noroeste (Aperibé e Varre-Sai) e Porto Real, município da região do Médio Paraíba. A prevalência de municípios com maior crescimento populacional fora da região metropolitana pode indicar um lento processo de interiorização populacional e desconcentração demográfica, mas tal processo ocorre lentamente porque se dá entre

municípios menos populosos – correspondiam a 9,1% da população fluminense em 2010 (Tabela 18).

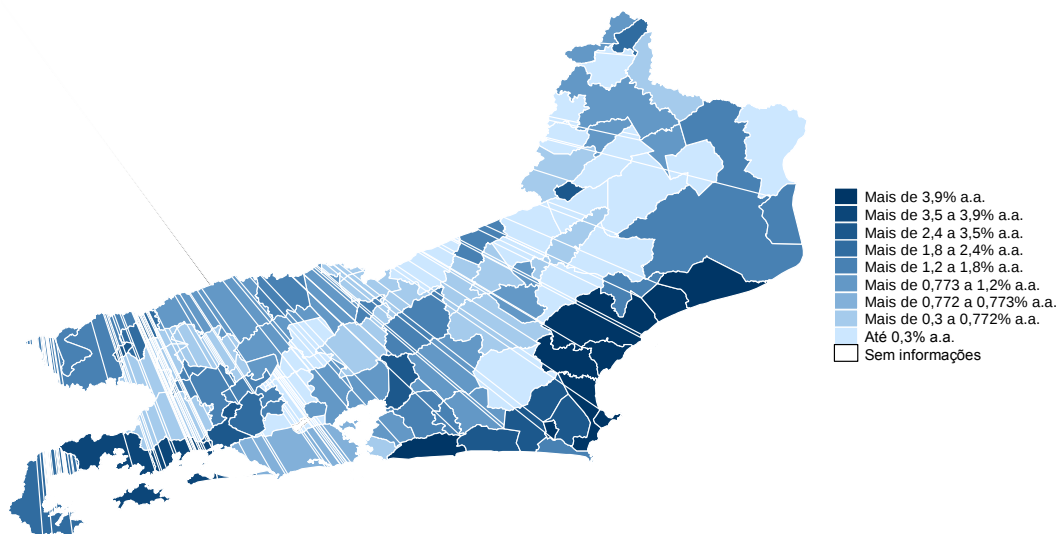
TABELA 18
Vinte Municípios fluminenses com maior crescimento populacional
Estado do Rio de Janeiro 2000 a 2010

Municípios	População (2010)	% na População estadual	% 2000/2010
Rio das Ostras	105.676	0,7	190,2
Maricá	127.461	0,8	66,1
Casimiro de Abreu	35.347	0,2	59,6
Macaé	206.728	1,3	56,1
Carapebus	13.359	0,1	54,2
Iguaba Grande	22.851	0,1	51,4
Armação dos Búzios	27.560	0,2	51,4
Quissamã	20.242	0,1	48,0
Cabo Frio	186.227	1,2	46,8
Mangaratiba	36.456	0,2	46,4
Angra dos Reis	169.511	1,1	42,2
Saquarema	74.234	0,5	41,5
São Pedro da Aldeia	87.875	0,5	39,0
Porto Real	16.592	0,1	37,2
Guapimirim	51.483	0,3	35,7
Araruama	112.008	0,7	35,3
Itaguaí	109.091	0,7	33,0
Aperibé	10.213	0,1	27,4
Paraty	37.533	0,2	27,0
Varre-Sai	9.475	0,1	20,6
População total dos 20 municípios que mais cresceram	1.459.922	9,1	50,5

Fonte: IBGE. Censo Demográfico
Elaboração: DIEESE

Esse “adensamento” populacional nas regiões não metropolitanas fluminenses se deu em municípios da porção sul (regiões Serrana e Médio Paraíba) e próximos ao litoral do Estado (regiões Norte, Baixadas Litorâneas e Costa Verde). Os municípios que menos cresceram, por sua vez, se situam na faixa central próximos à fronteira com Minas Gerais (Centro-Sul) e, ao norte, próximos à fronteira com o Espírito Santo (Nordeste). Como se pode notar, essas regiões não são apenas pouco populosas e povoadas em relação às demais regiões do estado, como também perdem importância relativa no total da população residente estadual ao longo da década de 2000 (Figura 2).

FIGURA 2
Taxa média anual de crescimento populacional dos municípios fluminenses⁽¹⁾
Estado do Rio de Janeiro 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo demográfico

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Refere-se à média geométrica da variação populacional entre os censos demográficos de 2000 e 2010

Obs.: a) Não há informações sobre o município de Mesquita, emancipado de Nova Iguaçu em 2001
 b) Em virtude da emancipação de Mesquita, o município de Nova Iguaçu teve um crescimento anual médio de sua população de -1,3% a.a. entre os censos de 2000 e 2010

Uma característica peculiar à distribuição da população territorial fluminense é que, além de se concentrar em uma porção do território do Estado (Região Metropolitana – capital –, litoral e porção sul do Estado), ela reside em municípios com população média elevada, em comparação com outras regiões do país. Cerca de 80% da população fluminense reside em cidades com mais de 100.000 habitantes, enquanto pouco menos de 70% da população da região Sudeste e cerca de 55% da população brasileira residem em municípios de mesmo porte.

O Estado do Rio de Janeiro se caracteriza também pela incidência de “grandes” municípios, embora a proporção de pessoas residindo em municípios menores (cidades médias) tenha se elevado. Em 2010, 56,1% da população fluminense residia em cidades com mais de 500 mil habitantes, enquanto 29,3% dos brasileiros moravam em municípios dessa categoria. Comparado a 2000, a proporção da população brasileira e da região sudeste residindo em municípios com mais de 500.000 habitantes aumentou (3,8 p.p. e 3,3 p.p., respectivamente), mas reduziu-se no Estado do Rio de Janeiro (-2,6 p.p.). Por sua vez, elevava-se mais rapidamente a proporção de pessoas residindo em

municípios com população de 100.000 a 500.000 habitantes no Estado do Rio de Janeiro (4,1 p.p.), relativamente ao Sudeste e ao país (Tabela 19).

TABELA 19
Distribuição da população residente segundo porte do município
Estado do Rio de Janeiro 2000 e 2010 (em %)

Classes de tamanho dos municípios	BR	SE	ERJ
2000			
Até 10.000 hab.	8,1	6,0	0,5
10.001 a 50.000 hab.	28,5	17,9	7,9
50.001 a 100.000 hab.	12,3	10,5	5,7
100.001 a 500.000 hab.	23,3	28,1	27,2
Mais de 500.000 hab.	27,7	37,6	58,7
Total	100,0	100,0	100,0
Total (em n^{os} absolutos)	169.799.170	72.412.411	14.391.282
2010			
Até 10.000 hab.	6,8	5,1	0,3
10.001 a 50.000 hab.	26,8	17,1	7,0
50.001 a 100.000 hab.	11,7	8,7	5,2
100.001 a 500.000 hab.	25,5	31,0	31,3
Mais de 500.000 hab.	29,3	38,0	56,1
Total	100,0	100,0	100,0
Total (em n^{os} absolutos)	190.755.799	80.364.410	15.989.929

Fonte: IBGE. Censo demográfico
Elaboração: DIEESE
Obs.: Dados da sinopse

2.1.2 Características de gênero, de idade, de escolaridade e de fluxos migracionais do Estado do Rio de Janeiro

Nesta seção, discutem-se as características de gênero, escolaridade, idade e de migração da população fluminense. Os dados dos censos demográficos de 2000 e de 2010 mostram que as mulheres são predominantes na população brasileira e que sua participação apresentou ligeira elevação. Em 2010, as mulheres representavam 51,8% da população, proporção 0,2 p.p. acima da verificada em 2000. A mesma predominância foi observada na região Sudeste e no Estado do Rio de Janeiro, onde as mulheres representavam 51,1 e 52,3% da população, apresentando um crescimento de 0,3 e 0,2 p.p., respectivamente. A proporção de mulheres na população é maior no Sudeste e no

Rio de Janeiro em comparação ao Brasil e maior no Rio de Janeiro que nos demais estados da região Sudeste tomados em conjunto (Tabela 20).

TABELA 20
Distribuição da população residente, segundo sexo
Brasil, Região Sudeste e Estado do Rio de Janeiro 2000 e 2010 (em %)

Região	Homens	Mulheres
2000		
BR	49,2	50,8
SE	48,9	51,1
ERJ	47,9	52,1
2010		
BR	49,0	51,0
SE	48,6	51,4
ERJ	47,7	52,3

Fonte: IBGE. Censo demográfico
Elaboração: DIEESE
Obs.: Dados da sinopse

As mulheres são, também, a maioria da população residente em todas as regiões de governo fluminenses, segundo os dados do censo 2010. Destaque para a incidência de mulheres na Região Metropolitana (52,7%), sobretudo na capital fluminense (53,2%), e nas regiões do Médio Paraíba, Centro-Sul e Serrana (51,8%). Importante notar que os homens, maioria da população na região da Costa Verde em 2000 (50,6%), perdem o posto para as mulheres, que, em 2010, representavam 50,1% da população da região (Tabela 21).

TABELA 21
Distribuição da população por Regiões de Governo, segundo sexo
Estado do Rio de Janeiro 2000 e 2010 (em %)

Região	Homens	Mulheres	Total	Total (em n ^{os} absolutos)
2000				
Região Metropolitana	47,6	52,4	100,0	10.869.255
Capital	46,9	53,1	100,0	5.857.904
Baixada Fluminense	48,4	51,6	100,0	2.938.988
Leste	48,2	51,8	100,0	1.884.625
Oeste	49,4	50,6	100,0	187.738
Norte Fluminense	49,0	51,0	100,0	698.783
Noroeste Fluminense	49,3	50,7	100,0	297.696
Baixadas Litorâneas	49,9	50,1	100,0	560.559
Médio Paraíba	48,6	51,4	100,0	785.192
Centro-Sul	48,7	51,3	100,0	254.103
Serrana	48,8	51,2	100,0	741.964
Costa Verde	50,6	49,4	100,0	183.730
Total	47,9	52,1	100,0	14.391.282
2010				
Região Metropolitana	47,3	52,7	100,0	11.838.752
Capital	46,8	53,2	100,0	6.323.037
Baixada Fluminense	48,0	52,0	100,0	3.138.090
Leste	47,7	52,3	100,0	2.143.205
Oeste	49,7	50,3	100,0	234.420
Norte Fluminense	48,8	51,2	100,0	849.302
Noroeste Fluminense	49,0	51,0	100,0	317.476
Baixadas Litorâneas	49,2	50,8	100,0	811.096
Médio Paraíba	48,2	51,8	100,0	855.643
Centro-Sul	48,2	51,8	100,0	272.345
Serrana	48,2	51,8	100,0	805.813
Costa Verde	49,9	50,1	100,0	243.156
Total	47,7	52,3	100,0	15.993.583

Fonte: IBGE. Censo Demográfico

Elaboração: DIEESE

Obs.: Dados da sinopse

Baixada Fluminense. Composta pelos municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti e, em 2010, pelo município de Mesquita (emancipado de Nova Iguaçu em 2001)

Metropolitana Leste. Composta pelos municípios: Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, São Gonçalo e Tanguá

Metropolitana Oeste. Composta pelos municípios: Itaguaí, Seropédica e Paracambi

Em relação à distribuição da população fluminense segundo anos de estudo, percebe-se, em 2009, um maior volume de pessoas maiores de dez anos de idade com oito anos completos de estudo ou mais no Estado do Rio de Janeiro (57,7%) em comparação à região Sudeste (55,6%) e ao Brasil (49,5%). Desde 2001, a proporção de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo é declinante em todos os

estratos, mas é menor na Região Sudeste em comparação ao Brasil e no Estado do Rio de Janeiro em comparação à Região Sudeste, tanto em 2001 quanto em 2009 (Tabela 22).

TABELA 22
Distribuição das pessoas maiores de 10 anos de idade, segundo grupo de anos de estudo
Brasil, Região Sudeste e Estado do Rio de Janeiro 2001 e 2009 (em %)

Grupo de anos de estudo	BR	SE	ERJ
2001			
Sem instrução e menos de um ano	12,7	8,2	7,2
1 a 3 anos	16,5	13,6	13,6
4 a 7 anos	33,1	34,1	31,2
8 a 10 anos	15,6	17,6	19,1
11 a 14 anos	16,9	19,9	21,3
15 anos ou mais	4,7	6,3	7,4
Não determinados e sem declaração	0,4	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0
Total (em 1.000 pessoas)	138.962	61.698	12.295
2009			
Sem instrução e menos de um ano	9,7	6,6	5,9
1 a 3 anos	12,6	10,5	11,0
4 a 7 anos	28,1	27,2	25,5
8 a 10 anos	16,5	17,2	17,7
11 a 14 anos	25,6	29,1	29,3
15 anos ou mais	7,4	9,3	10,7
Não determinados e sem declaração	0,2	0,1	0,1
Total	100,0	100,0	100,0
Total (em 1.000 pessoas)	162.807	69.781	13.871

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Quanto aos fluxos migratórios ocorridos nos anos de 2001 e 2009, destaca-se que os principais destinos das pessoas que emigraram¹⁴ do Estado do Rio de Janeiro em 2001 eram os outros estados da região Sudeste (62,8%), e, em segundo lugar, os estados que compõem a região Nordeste (23,7%). Em 2009, os destinos dos emigrantes fluminenses eram os demais estados da região Sudeste (68,4%) e os estados da região Nordeste (15,6%). Sobre a magnitude de emigrantes fluminenses, cabe destacar que nos

¹⁴ Pessoas que nasceram no Estado do Rio de Janeiro e que residiam em outras unidades da federação a menos de um ano. Essa categoria não capta o volume de pessoas nascidas no Estado do Rio de Janeiro e que emigraram para o exterior.

anos de 2001 e 2009 assume valores residuais, comparado ao tamanho da população do Estado, e que, em 2009, a magnitude era 20% inferior à observada em 2001, passando de um montante estimado de 33.366 para 25.949 pessoas (Tabela 23).

TABELA 23
Distribuição das pessoas residentes⁽¹⁾ em outras unidades da federação e
provenientes do Estado do Rio de Janeiro, segundo grandes regiões
Brasil 2001 e 2009 (em %)

Grandes regiões	2001	2009
NO	7,7	2,7
NE	23,7	15,6
SE	62,8	68,4
S	1,7	9,6
CO	4,1	3,6
Total	100,0	100,0
Total (em n^{os} absolutos)	33.366	25.949

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Residentes a menos de um ano

Quanto aos fluxos de entrada, o Estado do Rio de Janeiro recebeu imigrantes¹⁵ principalmente das regiões Nordeste e de outros estados da região Sudeste. Em 2001, 60,9% dos imigrantes residentes no Estado do Rio de Janeiro haviam nascido na região Nordeste, ao passo que 36,8% nasceram em outros estados da região Sudeste. Em 2009, essas proporções eram de 55,5% e 28,7%, respectivamente. Em 2009, 13,6% dos imigrantes eram estrangeiros. Assim como o número de emigrantes, o número de pessoas provenientes de outras localidades também foi residual quando comparado ao total da população fluminense e diminuiu em comparação a 2001, embora o fluxo de emigrantes fluminenses seja maior que o fluxo de imigrantes em 2001 e 2009 (Tabela 24).

¹⁵ Pessoas que nasceram em outras localidades e que residiam no Estado do Rio de Janeiro a menos de um ano.

TABELA 24
Distribuição das pessoas residentes⁽¹⁾ no Estado do Rio de Janeiro e
provenientes de outras unidades da federação segundo grandes regiões
Brasil 2001 e 2009 (em %)

Grandes regiões	2001	2009
NO	-	-
NE	60,9	55,5
SE	36,8	28,7
S	-	2,2
CO	2,2	-
Exterior	-	13,6
Total	100,0	100,0
Total (em n^{os} absolutos)	26.460	22.774

Fonte: IBGE. Pnad

Elaboração: DIEESE

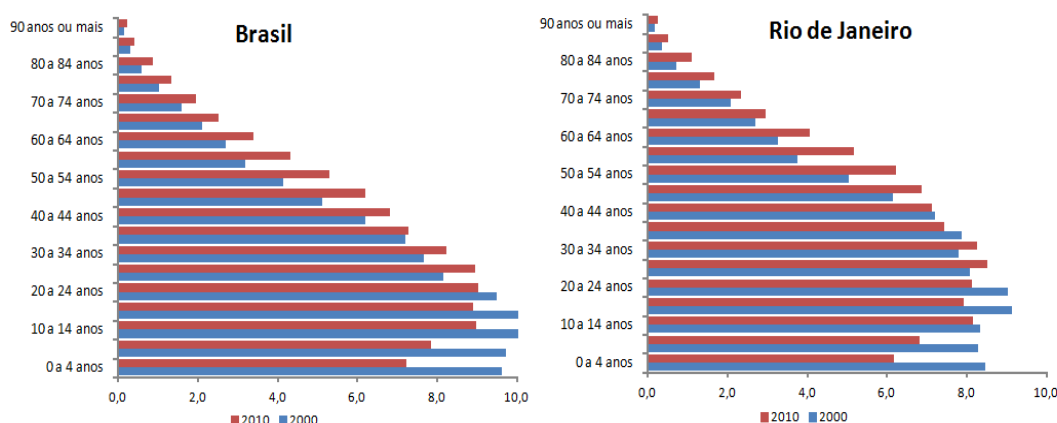
Nota: (1) Residentes a menos de um ano

Sobre a distribuição da população segundo faixas de idade, é importante apontar que o Estado do Rio de Janeiro tinha uma incidência maior de pessoas mais velhas e menor de crianças e jovens que a população brasileira, tanto em 2000 quanto em 2010. Em 2000, já se observava um estreitamento da base da pirâmide populacional em ambos os níveis geográficos, embora o mesmo fosse mais pronunciado na população fluminense. Este movimento demográfico em direção ao envelhecimento acentuou-se ao longo dos 10 anos seguintes, sendo, inclusive, mais acelerado na distribuição etária do conjunto da população brasileira. Ainda assim, em 2010, em todas as faixas etárias a partir da faixa de 30 a 34 anos de idade, a proporção da população fluminense permanecia superior à da população brasileira. Além disso, em 2010, tanto em nível nacional quanto em nível estadual, percebe-se um aumento da proporção de pessoas na faixa de 15 a 64 anos de idade, implicando menores níveis na razão de dependência¹⁶, particularmente em âmbito estadual. Assim, embora uma menor razão de dependência caracterize a atual pirâmide etária fluminense, em comparação à brasileira, o que é algo favorável, em princípio, os dados sugerem, também, um envelhecimento de sua

¹⁶ Corresponde à razão entre o segmento etário economicamente dependente (pessoas menores de 15 anos e maiores de 64 anos de idade) e a população potencialmente produtiva (maiores de 14 anos e menores de 65 anos de idade). Em 2010 essa razão era de 43,1% no Estado do Rio de Janeiro e 45,9% no Brasil.

população em estágio mais avançado do que para o resto da população brasileira¹⁷ (Gráfico 4).

GRÁFICO 4
Evolução da pirâmide etária
Brasil e Estado do Rio de Janeiro 2000 e 2010 (em %)



Fonte: IBGE. Censo demográfico
Elaboração: DIEESE
Obs.: Dados da sinopse

Sumariamente, pode-se dizer que o Estado do Rio de Janeiro experimentou uma baixa taxa de crescimento demográfico, nos anos 2000, em compasso com a taxa média de crescimento nacional. É a terceira unidade da federação em tamanho populacional, além de apresentar a maior taxa de densidade demográfica e urbanização do país. Uma característica patente da distribuição da população pelo território estadual é a elevada concentração de pessoas na capital e na Região Metropolitana, característica observada desde a década de 1960. No entanto, a década de 2000 acentuou um lento processo de interiorização da população em favor de cidades de porte médio (100.000 a 500.000 habitantes), próximas ao litoral (Baixadas Litorâneas) e à fronteira com o Estado de São Paulo (Médio Paraíba) e Região Serrana. É uma população em que predominam as mulheres, traço que se observa no estado desde a década de 1990 e que se assemelha com a característica da população brasileira.

¹⁷ Em 2000, 7,4% da população fluminense eram compostos por idosos (65 anos ou mais), percentual igualado pela população brasileira em 2010. Neste sentido, a trajetória de envelhecimento da população fluminense antecipa a tendência demográfica nacional.

Ademais, a população fluminense é mais escolarizada e mais envelhecida que a brasileira. Em relação aos fluxos migracionais, vimos que os emigrantes nascidos no Estado do Rio de Janeiro estabelecem residência principalmente em outros estados da região Sudeste e nos estados da região Nordeste, assim como a população imigrante vem majoritariamente das mesmas regiões. Essas dinâmicas populacionais, principalmente o crescimento das cidades médias do Estado, podem estar relacionadas a desenvolvimentos da estrutura produtiva fora do eixo metropolitano estadual. De todo modo, a lenta interiorização representa movimento inverso ao ocorrido durante o processo de “metropolização” nas décadas de 1940 a 1980.

Na próxima seção, vai-se traçar um perfil das atividades econômicas desenvolvidas no Estado do Rio de Janeiro.

2.2 Dinâmica econômica fluminense na década de 2000

Em 2008, o Produto Interno Bruto - PIB brasileiro alcançou a cifra de R\$ 3,0 trilhões, o da região Sudeste, R\$ 1,7 trilhão e o PIB fluminense, o montante de R\$ 343,2 bilhões, este último contribuindo com 11% do total do produto nacional. Já o PIB *per capita* fluminense atingiu, em 2008, o valor corrente R\$ 21.621, correspondendo a 135% do PIB *per capita* nacional (R\$ 15.990), ao passo que o PIB *per capita* da região Sudeste (R\$ 21.183) alcançou valor muito próximo ao do estado do Rio de Janeiro, equivalendo a 132% do valor análogo nacional (Tabela 25).

TABELA 25
PIB e PIB *per capita* a preços correntes
Brasil, Região Sudeste e Estado do Rio de Janeiro 2008

Região	PIB		PIB <i>per capita</i>	
	(Milhões R\$)	(BR = 100 %)	R\$	(BR = 100 %)
BR	3.031.864	100	15.990	100
SE	1.698.590	56	21.183	132
ERJ	343.182	11	21.621	135

Fonte: IBGE, Contas Regionais
Elaboração: DIEESE

No que se refere à evolução no período 2000-2008, nota-se que o PIB fluminense, em volume, cresceu a uma taxa média inferior que a observada nos outros

dois níveis de análise. De fato, a taxa média anual de crescimento do PIB do estado do Rio de Janeiro, de 2,7%, foi menor que a taxa de crescimento do PIB do Sudeste (3,4%) e quase um ponto percentual inferior à taxa média do país (3,6%). Cabe salientar, também, a nítida mudança de comportamento da evolução do produto, em direção a uma maior sustentação e a maiores patamares de crescimento, nos três níveis geográficos, do período 2000-2003 para o período 2004-2008 (Tabela 26).

TABELA 26
Taxa de crescimento do PIB ⁽¹⁾
Brasil, Região Sudeste e Estado do Rio de Janeiro 2000-2008 (em %)

Região	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Taxa média anual
BR	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	3,6
SE	0,4	2,3	-0,2	5,5	3,5	4,1	6,4	5,5	3,4
ERJ	0,9	3,8	-1,1	3,2	3,0	4,0	3,6	4,1	2,7

Fonte: IBGE. Contas Regionais

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Índice do Volume do Produto Interno Bruto

Dentre as regiões de governo fluminense, destaque para o crescimento da participação das regiões Norte (6,5 p.p.), das Baixadas Litorâneas (2,5 p.p.) e da Costa Verde (0,7 p.p.) no Produto Interno Bruto estadual em 2008 comparado a 2000. Apesar da perda de participação relativa (-8,6 p.p.), a Região Metropolitana ainda contribuiu com 67,8% do Produto Interno Bruto fluminense em 2008. Em relação aos municípios que a compõem, perderam participação relativa a capital (-9,8 p.p.) e os municípios que compõem a região Metropolitana Leste (-1,2 p.p.), enquanto a Baixada Fluminense (2,3 p.p.) elevou sua participação e a Metropolitana Oeste (0,1 p.p.) manteve a mesma estável. Apesar da perda de representatividade, o desempenho da capital influencia significativamente o resultado global da Região Metropolitana e do Estado, visto que seu PIB representou 45,1% do PIB fluminense em 2008 (Tabela 27).

TABELA 27
Distribuição do PIB, segundo Regiões de Governo
Estado do Rio de Janeiro 2000-2008 (em %)

Região	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Região Metropolitana	76,5	76,5	75,1	73,3	72,8	70,5	67,9	70,5	67,8
Capital	54,9	54,3	53,1	50,9	50,5	47,7	46,5	47,2	45,1
Baixada Fluminense	12,8	13,6	13,2	13,9	13,7	15,0	13,8	15,3	15,1
Leste	7,7	7,5	7,6	7,5	7,3	6,8	6,6	7,0	6,5
Oeste	1,0	1,1	1,1	1,0	1,3	1,1	1,0	1,1	1,1
Norte Fluminense	6,5	6,5	7,5	8,4	8,3	10,2	12,4	10,8	13,0
Noroeste Fluminense	1,1	1,0	1,0	1,1	1,0	1,2	1,1	0,9	0,9
Baixadas Litorâneas	3,4	3,6	4,2	4,5	4,5	5,9	6,8	5,7	5,9
Médio Paraíba	6,6	6,6	6,4	7,0	7,6	6,4	6,0	6,0	6,3
Centro-Sul Fluminense	1,1	1,1	1,0	1,1	1,0	0,9	0,9	0,9	0,9
Serrana	3,8	3,6	3,7	3,6	3,4	3,3	3,4	3,4	3,4
Costa Verde	1,0	1,1	1,1	1,0	1,3	1,7	1,5	1,7	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (em R\$ milhões)⁽¹⁾	139.755	152.099	171.372	188.015	222.945	247.018	275.327	296.768	343.182

Fonte: IBGE. PIB dos municípios

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Em valores nominais

O PIB *per capita* das regiões de governo fluminenses reflete as mudanças relativas destacadas no parágrafo anterior. Os municípios da Região Norte, das Baixadas Litorâneas e da Costa Verde ascenderam entre as regiões de governo, a ponto de ocuparem, respectivamente, as três primeiras posições no *ranking* do PIB *per capita* do estado em 2008. Neste ano, a Região Norte, líder do *ranking*, apresentou PIB *per capita* 1,6 vezes maior que o PIB *per capita* estadual (R\$55,8 mil contra R\$21,6 mil respectivamente). Em contrapartida, o PIB *per capita* da capital fluminense, o maior no início da década, passou à quarta posição em 2008 (R\$25,1 mil), enquanto a Região do Médio Paraíba, que tinha o segundo maior PIB *per capita* do estado em 2003 e 2004 (0,4 vezes superior ao PIB *per capita* estadual), assumiu a quinta posição em 2008 (R\$24,4 mil).

As últimas posições, em termos de PIB *per capita*, pouco se alteraram no período 2000-2008. No último ano analisado (2008), a Região Noroeste Fluminense era a de menor PIB *per capita* do estado (R\$9,8 mil, montante equivalente a 45% do PIB *per capita* estadual). À frente dela, as regiões Leste Metropolitano e Centro-Sul apresentaram valores, respectivamente, de R\$10,5 mil (49%) e de R\$11,7 mil (54%) por pessoa. Estas três regiões se alternaram nas últimas posições ao longo da década (Tabela 28).

TABELA 28
Evolução do PIB *per capita*⁽¹⁾, segundo Regiões de Governo
Estado do Rio de Janeiro 2000-2008

Região	2000		2002		2004		2006		2008	
	Em R\$	ERJ = 100	Em R\$	ERJ = 100	Em R\$	ERJ = 100	Em R\$	ERJ = 100	Em R\$	ERJ = 100
Região Metropolitana	9.772	101	11.517	100	14.217	97	16.030	91	19.762	91
Capital	13.044	135	15.263	132	18.620	127	20.863	118	25.122	116
Baixada Fluminense	6.051	63	7.436	64	9.730	66	11.765	66	15.856	73
Leste	5.662	59	6.635	57	8.042	55	8.777	50	10.506	49
Oeste	7.664	79	9.871	86	13.844	94	12.394	70	17.179	79
Norte Fluminense	12.869	133	17.722	154	24.825	169	44.692	253	55.760	258
Noroeste Fluminense	5.198	54	5.646	49	7.255	49	9.317	53	9.794	45
Baixas Litorâneas	8.335	86	11.741	102	15.515	106	27.401	155	26.395	122
Médio Paraíba	11.670	121	13.494	117	20.489	140	19.298	109	24.398	113
Centro-Sul Fluminense	6.057	63	6.745	58	8.005	55	9.165	52	11.664	54
Serrana	6.942	72	8.330	72	9.740	66	11.800	67	14.187	66
Costa Verde	8.180	85	9.667	84	15.183	104	19.755	112	26.006	120
Estado do Rio de Janeiro	9.642	100	11.543	100	14.664	100	17.693	100	21.621	100

Fonte: IBGE. PIB dos municípios

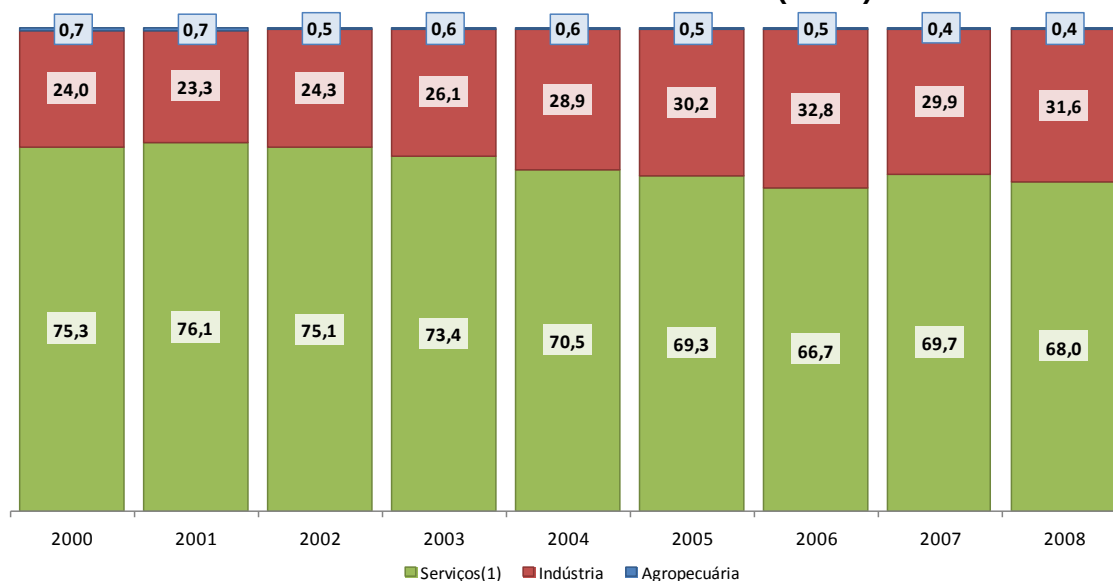
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Em valores nominais

Por sua vez, a distribuição do Valor Adicionado¹⁸ (VA) fluminense segundo setores de atividade revela que, no período 2000-2008, as atividades de comércio e serviços, inclusive os serviços prestados pela administração pública, são as atividades que predominam no Estado do Rio de Janeiro, mas, ao contrário das décadas anteriores onde se manifestou queda participação do setor industrial no valor adicionado fluminense, no período analisado, o setor manufatureiro elevou sua participação. Em 2000, o setor industrial contribuía com 24,0% do VA fluminense, participação que, em 2008, equivalia a 31,6%. No mesmo período, a participação do setor comércio e serviços passou de 75,3%, em 2000, para 68,0% do VA, em 2008. A contribuição da agricultura para o VA do Estado do Rio de Janeiro não foi superior a 1% nesse período (Gráfico 5).

¹⁸ Valor Adicionado Bruto a preços básicos.

GRÁFICO 5
Distribuição do VA, segundo setores de atividade
Estado do Rio de Janeiro 2000-2008 (em %)



Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui Administração Pública

Nas próximas subseções vai-se tratar das características dos setores agropecuários, indústria e serviços no Estado do Rio de Janeiro, bem como o comércio exterior e os investimentos anunciados para o Estado.

2.2.1 Agropecuária

O setor agropecuário é o que menos contribui para o VA estadual, mas, para alguns municípios fluminenses, é um importante meio de geração de ocupação e renda. Em 2008, as quatro regiões que mais contribuíram para o valor adicionado da agricultura foram as regiões Serrana (28,4%), Norte (18,7%), Noroeste (13,6%) e Médio Paraíba (8,4%). Em relação ao peso da atividade agrícola no valor adicionado das regiões de governo em 2008, as que apresentaram a maior participação da atividade agrícola foram as regiões Noroeste (5,9%), Serrana (3,4%) e Centro-Sul (3,0%). Em comparação a 2000, o peso da atividade agrícola diminuiu em todas as regiões de governo (Tabela 29).

TABELA 29
Participação das Regiões de Governo no VA da agricultura e do VA da
agricultura no VA das Regiões de Governo
Estado do Rio de Janeiro 2000 e 2008 (em %)

Região	Contribuição da Região para o VA Agricultura (em %)		Contribuição do VA agricultura para o VA da Região (em %)	
	2000	2008	2000	2008
Região Metropolitana	12,6	12,8	0,1	0,1
Capital	3,5	3,9	0,0	0,0
Baixada Fluminense	1,6	1,5	0,1	0,0
Leste	5,9	5,7	0,5	0,4
Oeste	1,6	1,8	0,9	0,6
Norte Fluminense	24,7	18,7	2,2	0,5
Noroeste Fluminense	11,1	13,6	6,0	5,9
Baixas Litorâneas	9,1	8,1	1,5	0,5
Médio Paraíba	11,1	8,4	1,1	0,6
Centro-Sul	6,6	6,8	3,6	3,0
Serrana	22,2	28,4	3,6	3,4
Costa Verde	2,7	3,2	1,6	1,0
Total	100,0	100,0	0,7	0,4

Fonte: IBGE. PIB dos municípios

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Em valores nominais

2.2.2 Indústria

A indústria respondeu, em grande medida, pelo incremento do valor do PIB estadual, pela expansão do emprego em algumas regiões de governo e pelos principais investimentos realizados e em curso no Estado na década de 2000. De fato, os números das Contas Regionais do Brasil (IBGE), para o período de 2000 a 2008, mostram que o crescimento médio do valor do produto industrial, considerando-se o VA a preços básicos, foi de 15,7% ao ano, taxa bastante acima da variação do Valor Adicionado Bruto a preços básicos dos setores serviços (10,4%) e agropecuário (6,2%). É esta a razão pela qual ocorre uma forte mudança na estrutura econômica ao longo dos anos 2000, conforme já apontado anteriormente (ver o Gráfico 5).

Contudo, deve-se ressaltar que a mudança ocorrida resulta, fundamentalmente, do efeito que a alteração dos preços relativos provocou sobre o incremento do VA. Em termos de volume, isto é de crescimento real, o VA estadual cresceu, entre 2000 e 2008, a uma taxa média anual de 2,6%, taxa esta puxada pelo setor serviços (2,9% a.a.), uma vez que a agropecuária permaneceu estagnada (0,1% a.a.) e o setor industrial cresceu 2% ao ano, isto é, a uma taxa menor que a taxa média de toda a economia.

Como se pode notar a partir da Tabela 30, que apresenta a variação média anual do volume e do preço do valor adicionado a preços básicos, bem como a variação média do seu valor corrente, foi a elevada variação anual do preço do VA do setor industrial (superior a 13%) que levou a um aumento de sua participação na composição do VA do estado do Rio de Janeiro. Este é um aspecto importante na caracterização deste período, uma vez que revela um desempenho não tão auspicioso da indústria fluminense.

TABELA 30
Taxa média anual de crescimento do volume, do preço e do valor corrente do VA, segundo os setores de atividade
Estado do Rio de Janeiro 2000-2008 (em %)

	Volume	Preço	Total
Total	2,6	9,0	11,8
Agropecuária	0,1	6,1	6,2
Indústria	2,0	13,4	15,7
Serviços	2,9	7,3	10,4

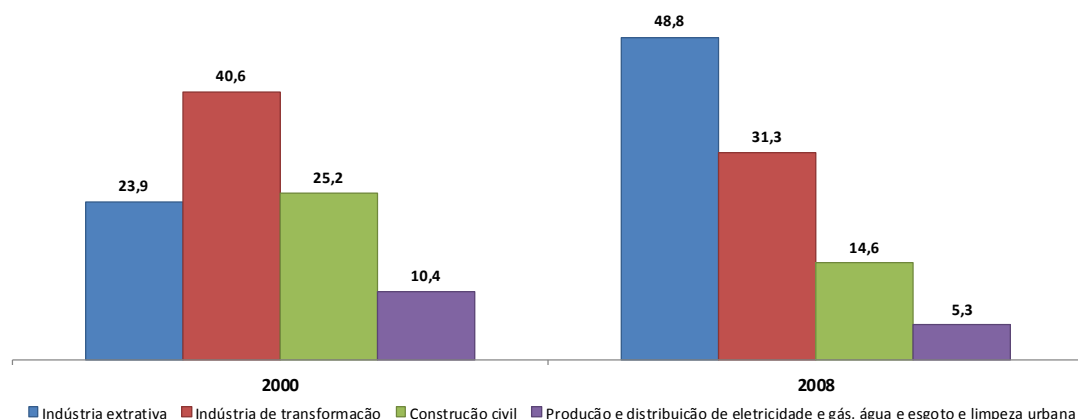
Fonte: IBGE. PIB dos municípios. CEPERJ

Elaboração: DIEESE

O desempenho do setor industrial, por sua vez, foi fortemente determinado pelo acentuado crescimento da indústria extrativa mineral, capitaneada pela produção petrolífera. De 2000 a 2008, o percentual referente à produção extrativa mineral no valor adicionado da indústria no Estado saltou de 23,9% para pouco menos de 50,0%, ao passo que a participação da indústria de transformação caiu de 40,6% para 31,3%. Os percentuais da construção civil e dos chamados Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP)¹⁹ foram consideravelmente reduzidos no período (Gráfico 6).

¹⁹ Refere-se à produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana.

GRÁFICO 6
Participação dos subsetores no VA da indústria
Estado do Rio de Janeiro 2000 e 2008 (em %)



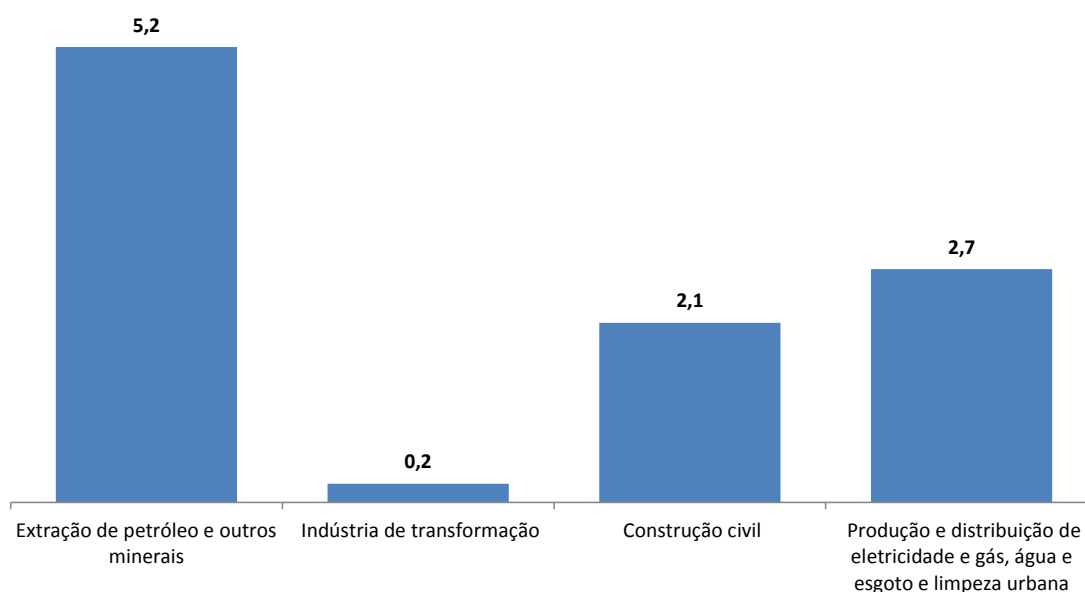
Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil
 Elaboração: IBGE

A elevada expansão da indústria extrativa mineral fez com que sua participação no valor adicionado da indústria fluminense ultrapassasse o percentual referente à própria indústria de transformação. Entre 2000 e 2008, o valor adicionado da indústria extrativa mineral cresceu, em volume, a um ritmo de 5,2% a.a., taxa correspondente a duas vezes e meia o ritmo de crescimento da atividade industrial e a duas vezes o ritmo de expansão real do Valor Adicionado fluminense²⁰.

Quanto ao desempenho da indústria de transformação, registra-se o pífio desempenho no período, apresentando uma taxa média anual de crescimento real do VA de meros 0,2%. Já os setores da construção civil e dos SIUP, embora não tenham apresentado resultados tão ruins, também se expandem pouco no período, com seus VAs variando, em termos reais, 2,1 e 2,7% a.a., respectivamente (Gráfico 7).

²⁰ Cabe, entretanto, destacar o fato de que, além de crescer acima da média, em termos reais, o setor extrativo mineral também tem o preço de seu VA fortemente impactado em razão dos recordes de alta nas cotações do barril de petróleo verificados no período. Segundo (Fundo Monetário Internacional, 2011) o índice de preços do petróleo em dólares varia 289,1% no período 2002-2008.

GRÁFICO 7
Taxa média anual real de crescimento da indústria, segundo subsetores de atividade
Estado do Rio de Janeiro 2000-2008 (em % a.a.)



Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil
 Elaboração: IBGE

Os dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) corroboram a ideia de um forte peso da indústria extrativa mineral na dinâmica industrial do Estado do Rio de Janeiro. Essa fonte permite, ainda, jogar luz sobre uma das principais características dessa atividade no território fluminense: se, por um lado, ela é importante no que se refere aos valores monetários gerados, por outro fica evidente sua menor participação em outras importantes variáveis, especialmente sobre o número de unidades produtivas e sobre o pessoal ocupado. Vale assinalar que essa característica não é nenhuma “distorção” do padrão setorial frente a outras experiências regionais, pois é típica de setores produtores minerais intensivos em capital.

Em 2009, a atividade “extração de petróleo e gás natural” respondeu por 31,6% do Valor da Transformação Industrial (VTI) estadual. A título de ilustração, de cada R\$ 100 gerados pela indústria fluminense, aproximadamente R\$ 32 tinham origem na extração de petróleo e gás natural, cuja participação no número de unidades produtivas (0,1%) e no pessoal ocupado (2,7%) era bem mais tímida²¹ (Tabela 31).

²¹ No Estado do Rio de Janeiro, prioriza-se a extração em detrimento do refino e produção de derivados do petróleo. Em 2010, a capacidade de refino do petróleo por parte das refinarias fluminenses era de

TABELA 31
Participação da indústria extrativa nas unidades produtivas locais, pessoal
ocupado, remunerações e VTI
Estado do Rio de Janeiro 2009 (em %)

Setor	Unidades locais	Pessoal ocupado em 31/12	Salários retiradas e outras remunerações	Valor da Transformação Industrial (VTI)
Indústrias extrativas	3,3	8,5	23,5	37,7
Extração de carvão mineral	0,0	nd	nd	nd
Extração de petróleo e gás natural	0,1	2,7	12,8	31,6
Extração de minerais metálicos	0,1	nd	nd	nd
Extração de minerais não-metálicos	2,3	1,0	0,5	0,4
Atividades de apoio à extração de minerais	0,8	4,1	9,2	5,7

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Anual
 Elaboração: DIEESE

De modo oposto à produção extrativa mineral, a indústria de transformação detém expressiva participação no que tange ao pessoal ocupado (91,5%) e unidades locais (96,7%), além de responder por 62,3% do VTI²². Dentro dessa classe industrial, os destaques no que se refere ao número de unidades produtivas e pessoal ocupado são: fabricação de produtos têxteis e acessórios e fabricação de produtos alimentícios. Contudo, no que se refere ao VTI, as maiores participações cabem à fabricação de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, indústria química, metalurgia e automotiva.

Esses dados mostram que a indústria fluminense continua tendo forte participação dos setores de bens intermediários a despeito da expansão mais recente de um segmento dos chamados setores da ponta industrial (bens de consumo duráveis). De fato, talvez a mais importante exceção a essa característica seja a indústria automotiva instalada no sul fluminense ao longo dos anos 1990 no âmbito da chamada Guerra Fiscal, considerando ser este setor pertencente à “ponta”. Cabe chamar atenção para os

12,9%, embora o estado fosse responsável por 82,8% do total das reservas de óleo bruto do país. Sobre a produção de petróleo e derivados, ver ANP. Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2011. Disponível em <http://www.anp.gov.br/?pg=57890#Se_o_2>. Acesso em 31 out. 2011.

²² A participação da indústria de transformação no Valor da Transformação Industrial, medido pela Pesquisa Industrial Anual (PIA), difere da participação no Valor Adicionado medido nas Contas Regionais do Brasil, pois os dois conceitos (ver glossário) têm composição diversa. Ademais, a abrangência setorial das pesquisas é diferente. As Contas Regionais do Brasil considera no setor industrial, além da extrativa mineral e indústria de transformação, os setores da construção civil e a produção e distribuição de eletricidade, gás e água, e esgoto e limpeza urbana.

percentuais relativos à “fabricação de derivados do petróleo”: seus percentuais no VTI (18,0%), no volume de pessoas ocupadas (5,6%) e nas remunerações (22,9%) mostram claramente o potencial que o setor petróleo tem dentro da economia do Rio de Janeiro, especialmente se a expansão da “economia do petróleo” se der via crescimento das atividades *downstream*²³ (Tabela 32).

TABELA 32
Participação da indústria de transformação nas unidades produtivas locais,
pessoal ocupado, remunerações e VTI
Estado do Rio de Janeiro 2009 (em %)

Setores	Unidades locais	Pessoal ocupado em 31/12	Salários retiradas e outras remunerações	Valor da Transformação Industrial (VTI)
Indústrias de transformação	96,7	91,5	76,5	62,3
Fabricação de produtos alimentícios	12,7	11,5	4,2	2,8
Fabricação de bebidas	1,2	3,1	2,3	3,3
Fabricação de produtos do fumo	0,1	0,4	1,0	0,2
Fabricação de produtos têxteis	2,3	1,9	0,7	0,4
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	21,8	11,8	2,9	1,8
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	1,4	1,0	0,3	0,2
Fabricação de produtos de madeira	1,9	0,5	0,1	0,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	2,2	2,3	1,1	0,8
Impressão e reprodução de gravações	4,6	2,6	1,6	1,6
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	0,6	5,8	23,1	18,0
Fabricação de derivados do petróleo	0,5	5,6	22,9	18,0
Fabricação de produtos químicos	3,8	5,3	5,5	6,0
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1,0	2,4	3,4	3,6
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	4,8	5,1	3,1	2,3
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	8,4	4,8	2,2	1,7
Metalurgia	1,5	4,6	5,2	6,0
Siderurgia	0,3	3,1	4,2	5,3
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	9,2	6,7	3,7	2,0
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1,2	1,2	1,0	0,3
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	1,1	0,7	0,5	0,2
Fabricação de máquinas e equipamentos	2,7	2,8	2,0	1,2
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1,8	3,2	3,0	4,3
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,8	2,6	2,3	1,2
Construção de embarcações	0,6	2,4	2,2	1,1
Fabricação de móveis	3,4	1,7	0,5	0,2
Fabricação de produtos diversos	2,9	2,6	1,2	0,6
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	5,1	7,2	5,6	3,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Industrial Anual
Elaboração: DIEESE

²³ Atividades relacionadas à indústria petrolífera, encadeadas “para frente”, que têm mais relevância na transformação industrial do óleo bruto.

O valor adicionado da atividade industrial fluminense²⁴, diferente das demais atividades, deslocou-se territorialmente. Em 2008, as quatro regiões que mais contribuíram para o valor adicionado da indústria foram as regiões Norte (37,6%), Região Metropolitana (35,1%), Baixadas Litorâneas (14,3%) e Médio Paraíba (8,0%). Em 2000, 55,2% do valor adicionado da indústria provinha da Região Metropolitana, enquanto a Região Norte contribuía com 19,4%. Em relação ao peso da atividade industrial no valor adicionado pelas regiões de governo em 2008, as regiões Norte (79,2%), das Baixadas Litorâneas (66,6%), do Médio Paraíba (41,0%) e da Costa Verde (39,5%) se destacam dentre aquelas com maior dependência da atividade industrial.

Na Região Metropolitana, observa-se, ainda, um deslocamento da atividade industrial entre seus municípios. A capital do estado, que, em 2001, contribuía com 35,8% do valor adicionado da indústria fluminense, em 2008 reduz sua participação a 15,6% do valor adicionado da indústria. Em contrapartida, os municípios da Baixada Fluminense, que também integram a Região Metropolitana, contribuía com 16,5% do valor adicionado da indústria, em 2008, 2,8 pontos percentuais acima de sua participação em 2001. Nesse cenário em que a capital perdeu importância e a Baixada Fluminense elevou sua participação no valor adicionado pela indústria, o peso da atividade industrial sobre o valor adicionado pela capital passou de 16,9% em 2001 para 12,1% em 2008, enquanto, na Baixada Fluminense, passou de 24,2% para 32,5%. O valor adicionado da indústria não apenas se afastou da Região Metropolitana em direção ao norte do estado, mas também deixou a capital em direção, principalmente, à Baixada Fluminense (Tabela 33).

²⁴ As contas regionais e o PIB dos municípios consideram, no cálculo do valor adicionado, a indústria extrativa, a indústria de transformação, da construção e a produção e distribuição de eletricidade, gás e água, e esgoto e limpeza urbana partes componentes do setor industrial (ver nota de rodapé nº 22 e glossário).

TABELA 33
Participação das Regiões de Governo no VA da indústria e do VA da indústria no
VA das Regiões de Governo
Estado do Rio de Janeiro 2000-2008 (em %)

Região	Contribuição da Região para o VA Indústria (em %)		Contribuição do VA indústria para o VA da Região (em %)	
	2000	2008	2000	2008
Região Metropolitana	55,2	35,1	17,9	18,6
Capital	35,8	15,6	16,9	12,1
Baixada Fluminense	13,7	16,5	24,2	32,5
Leste	5,1	2,6	14,6	11,7
Oeste	0,5	0,4	10,9	9,2
Norte Fluminense	19,4	37,6	63,1	79,2
Noroeste Fluminense	0,8	0,3	14,9	10,7
Baixas Litorâneas	7,5	14,3	46,5	66,6
Médio Paraíba	12,0	8,0	42,6	41,0
Centro-Sul	0,8	0,4	16,0	12,3
Serrana	3,0	2,5	17,8	21,9
Costa Verde	1,4	1,8	29,6	39,5
Total	100,0	100,0	24,0	31,6

Fonte: IBGE. PIB dos Municípios
 Elaboração: DIEESE

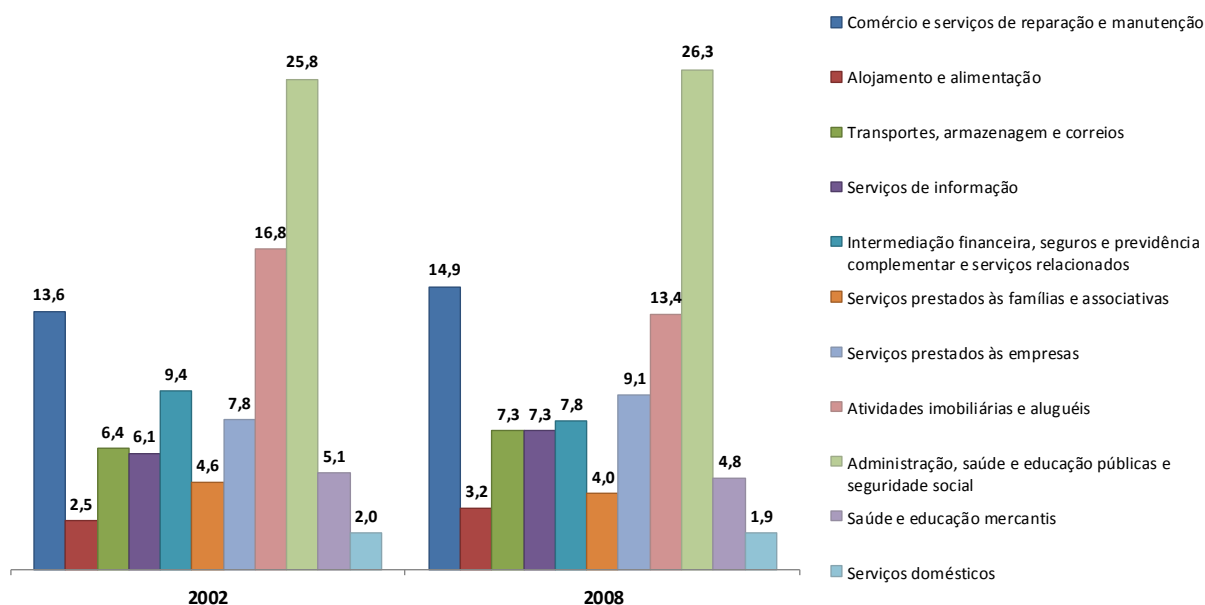
2.2.3 Serviços

O setor serviços é o setor de atividade de maior participação no valor adicionado total no território fluminense. Em 2008, a participação do valor adicionado do comércio e serviços (inclusive administração pública) sobre o Valor Adicionado fluminense foi de 68,0%. Contudo, a importância deste setor diminuiu na década de 2000, visto que a sua participação no valor adicionado estadual era de 75,3% no ano 2000. Tal perda de importância relativa não resultou, contudo, de um crescimento real abaixo do crescimento observado no valor adicionado do Estado. Entre 2000 e 2008, o setor serviços cresceu a uma taxa de 2,9% a.a., em termos reais, ritmo superior ao crescimento do valor adicionado estadual (2,6% a.a.) e ao crescimento da indústria (2,0% a.a.). Porém, como visto, devido à forte alta dos preços do petróleo observada no período, não acompanhada pelo preço do VA dos serviços, houve queda de participação.

As atividades que mais contribuem para o valor adicionado em serviços no Estado são os serviços de administração pública, comércio e serviços de reparação e manutenção e as atividades mobiliárias, que, juntas, representaram cerca de 56% do setor em 2002. Em 2008, essas três atividades ainda eram as mais importantes, embora

as atividades de comércio e reparação tenham assumido o segundo posto em substituição às atividades imobiliárias e de aluguel. Já as atividades de serviços de intermediação financeira, os serviços prestados às famílias e os serviços de saúde e de educação mercantis perderam participação em relação a 2002²⁵ (Gráfico 8).

GRÁFICO 8
Participação dos subsectores no VA dos serviços⁽¹⁾
Estado do Rio de Janeiro 2002 e 2008 (em %)



Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil

Elaboração: IBGE

Nota: (1) Inclui o setor comércio

A estrutura do setor serviços pouco se alterou porque as atividades que mais cresceram no período estavam entre as de menor peso para o valor adicionado do setor e, apesar das diferenças, a evolução dos preços relativos não foi suficiente para modificar a composição do VA do setor. Dentre as três principais atividades citadas, comércio e serviços de reparação e as atividades imobiliárias (2,9% a.a.) cresceram em ritmo equivalente à média do setor serviços e os serviços da administração pública cresceram menos (1,7% a.a.) decresceram a uma taxa média de 1,9% a.a. Destaque para o crescimento real dos serviços de alojamento e alimentação (6,1% a.a.) e serviços de intermediação financeira (5,0% a.a.) (Gráfico 9).

²⁵ As informações com este nível de desagregação setorial nas Contas Regionais só estão disponíveis a partir de 2002.

GRÁFICO 9
Taxa média anual real de crescimento dos serviços⁽¹⁾, segundo subsetores de atividade
Estado do Rio de Janeiro 2000 e 2008 (em %)



Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui o setor comércio

A distribuição territorial do valor adicionado dos serviços apresenta relação positiva com as áreas populacionalmente densas do Estado do Rio de Janeiro. Em 2008, a Região Metropolitana contribuía com 81,7% do valor adicionado em serviços, percentual ligeiramente inferior ao observado em 2000 (83,1%). Desses valores, a capital contribuiu com 57,0% (-3,6 p.p.) e a Baixada Fluminense com 15,0% (2,7 p.p.). Apesar do crescimento econômico das regiões não metropolitanas, sua participação sobre o valor adicionado do setor serviços cresceu de modo marginal no período: Norte (0,9 p.p.), Médio Paraíba (0,4 p.p.), Baixadas Litorâneas (0,4 p.p.) e Costa Verde (0,2 p.p.). Os dados também sugerem uma elevação da importância da atividade de serviços para os municípios da Região Metropolitana e redução nas regiões da Costa Verde e das Baixadas Litorâneas, dois polos turísticos do estado, visto que a participação do valor adicionado dos serviços no valor adicionado da Região Metropolitana (68,9% em 2008)

aumentou cerca de 5,0 p.p. desde 2000, enquanto, nas regiões da Costa Verde (38,3%) e das Baixadas Litorâneas (19,3%) essa participação caiu sete p.p. e 13 p.p., respectivamente (Tabela 34).

TABELA 34
Participação das Regiões de Governo no VA dos serviços⁽¹⁾ e do VA dos serviços no VA das Regiões de Governo
Estado do Rio de Janeiro 2000 e 2008 (em %)

Região	Contribuição da Região para o VA Serviços (em %)		Contribuição do VA Serviços para o VA da Região (em %)	
	2000	2008	2000	2008
Região Metropolitana	83,1	81,7	63,6	68,9
Capital	60,6	57,0	67,4	70,2
Baixada Fluminense	12,3	15,0	51,6	46,9
Leste	8,8	7,9	59,2	56,8
Oeste	1,4	1,7	66,9	68,9
Norte Fluminense	2,9	3,8	22,4	12,6
Noroeste Fluminense	1,0	1,0	48,2	48,5
Baixadas Litorâneas	2,2	2,6	32,9	19,3
Médio Paraíba	4,8	5,2	40,6	42,4
Centro-Sul	1,1	1,1	53,6	54,0
Serrana	3,9	3,6	54,0	50,1
Costa Verde	0,9	1,1	45,4	38,3
Total	100,0	100,0	56,9	50,1

Fonte: IBGE. PIB dos Municípios

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui o setor comércio

A distribuição do valor adicionado dos serviços da administração pública segundo regiões de governo se assemelha à observada para os demais serviços. Em 2008, a Região Metropolitana concentrou 72,6% do valor adicionado dos serviços públicos, 2 p.p. abaixo do percentual observado em 2000. A participação das regiões não metropolitanas de maior dinamismo econômico sobre o valor adicionado dos serviços públicos também cresceu marginalmente – Norte (1,4 p.p.), Baixadas Litorâneas (1,2 p.p.) e Costa Verde (0,3 p.p.) –, enquanto nas demais regiões, caiu a proporção no valor adicionado pelos serviços de administração pública – Serrana (-0,4 p.p.), Médio Paraíba (-0,3 p.p.), Noroeste (-0,1 p.p.), Centro-Sul (-0,1 p.p.). As regiões Noroeste e Centro-Sul se destacam, pois são regiões que representam cerca de 2% do valor adicionado da administração pública, mas que dependem economicamente desses serviços graças ao que eles representam para as economias dessas regiões – em 2008, 35% do valor adicionado da Região Noroeste e 30,8% do valor adicionado da Região Centro-Sul (Tabela 35).

TABELA 35
Participação das Regiões de Governo nos VA da administração pública e do VA
da administração pública no VA das Regiões de Governo
Estado do Rio de Janeiro 2000-2008 (em %)

Região	Contribuição da Região para o VA Adm. Pública (em %)		Contribuição do VA Adm. Pública para o VA da Região (em %)	
	2000	2008	2000	2008
Região Metropolitana	74,6	72,6	18,4	21,8
Capital	43,5	40,4	15,7	17,7
Baixada Fluminense	17,9	18,5	24,1	20,6
Leste	11,8	12,2	25,7	31,2
Oeste	1,3	1,4	21,3	21,2
Norte Fluminense	5,0	6,4	12,4	7,7
Noroeste Fluminense	2,1	2,0	30,9	35,0
Baixas Litorâneas	4,0	5,2	19,1	13,6
Médio Paraíba	5,8	5,5	15,7	15,9
Centro-Sul	1,8	1,7	26,9	30,8
Serrana	5,4	5,0	24,6	24,6
Costa Verde	1,4	1,7	23,3	21,1
Total	100,0	100,0	18,4	17,9

Fonte: IBGE. PIB dos Municípios
 Elaboração: DIEESE

2.2.4 Regiões de Governo

As bases de dados até então utilizadas não permitem avançar mais no estudo da estrutura econômica ao nível das regiões de governo fluminenses. Com base no PIB municipal foi possível uma caracterização geral, analisando a sua composição segundo os grandes setores de atividade econômica, a saber, primário, secundário e terciário. Contudo, a partir da base de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego, pode-se utilizar os dados sobre o mercado formal de trabalho no estado, agrupados por região de governo, para buscar um maior nível de entendimento da estrutura econômica estadual.

Nesta subseção, a partir das variáveis emprego e remuneração, vai-se procurar identificar concentrações locais de atividades econômicas nas regiões de governo fluminenses. Para tanto, vai-se adotar, com algumas adaptações, um conjunto de procedimentos de identificação das concentrações (“especializações regionais”) conforme sugerido em Britto (2004 e 2010), a saber: (i) utilização de um coeficiente de concentração relativa (do emprego / remuneração), baseado na comparação do peso das atividades desenvolvidas nas regiões de governo fluminenses em relação ao peso das mesmas atividades desenvolvidas no Brasil; (ii) utilização de um critério de relevância no emprego / remuneração setorial; e (iii) um critério de relevância no emprego /

remuneração da região analisada. Sobre este método, ver Anexo I – Notas Metodológicas.

TABELA 36
Coeficientes de concentração de atividades econômicas
Região Metropolitana do Rio de Janeiro 2010

Atividades	Concentração		Vínculos (em %)
	Estoque	Massa	
Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais	1,2	1,2	0,9
Construção de outras obras de infraestrutura	1,5	1,6	1,1
Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar	1,3	1,2	0,9
Comércio atacadista especializado em outros produtos	1,1	1,6	0,5
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos	1,2	1,0	1,5
Transporte rodoviário de passageiros	1,9	1,4	2,9
Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	1,6	1,3	3,6
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	1,3	1,2	0,8
Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas	1,7	1,8	1,0
Seleção e agenciamento de mão-de-obra	3,5	3,9	1,2
Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores	1,4	1,1	1,7
Serviços combinados para apoio a edifícios	2,2	2,0	3,0
Atividades de limpeza	1,2	1,0	1,8
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	1,5	1,2	1,9
Serviços coletivos prestados pela administração pública	1,4	1,3	3,2
Educação infantil e ensino fundamental	1,8	1,6	1,8
Ensino médio	2,1	2,3	0,6
Educação superior	1,3	1,3	1,7
Outras atividades de ensino	1,4	1,2	0,8
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	1,3	1,4	1,1
Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente	1,2	1,0	0,8
Total das especializações (em %)			32,8
Total da Região (em n^{os} absolutos)			3.151.210

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Primeiramente, destaca-se o conjunto de dados para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Tabela 36). Com base no coeficiente de concentração das atividades econômicas, respeitados os parâmetros anteriormente expostos, verifica-se que o conjunto das especializações em destaque responde por pouco mais de 30% do total de

vínculos no mercado de trabalho formal metropolitano fluminense, que ultrapassou a marca dos 3,1 milhões de empregos, em 2010. Observando os diversos setores, nota-se o destaque de atividades relacionadas à construção civil, ao comércio (atacadista e varejista), ao transporte de passageiros (modal rodoviário), aos serviços ligados ao turismo e hospitalidade, à seleção e agenciamento de mão-de-obra, à educação, à segurança e ao apoio a condomínios e edifícios.

Observando essas atividades, fica evidente a predominância de setores e atividades relacionadas aos serviços (tantos às famílias, quanto às empresas) reforçando o já reconhecido perfil de “economia de serviços” da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Há que se chamar atenção para o fato de que nos próximos anos esse conjunto de especializações deve ganhar novos setores, especialmente falando da Siderurgia, cujos resultados dos investimentos realizados na zona oeste do município do Rio de Janeiro, vêm se avolumando. Outra tendência é a ampliação do peso da Construção Civil, tendo em vista os investimentos em infraestrutura urbana que devem ser realizados em razão da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Na região Norte fluminense (Tabela 37) a maior característica é, sem dúvida, a forte concentração em atividades ligadas diretamente ao principal setor da indústria estadual, no caso, a indústria extrativa mineral. É interessante apontar que a participação das atividades identificadas como especializações no mercado de trabalho formal da região situa-se pouco acima dos 25,0%. E mais, no que se refere especificamente à extração de petróleo e gás natural, bem como às atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural, verifica-se altos percentuais tanto no estoque de empregos, quanto na massa salarial. Chama atenção a considerável presença de atividades de serviços, apoio e logística ao setor, assim como serviços prestados às empresas.

TABELA 37
Coeficientes de concentração de atividades econômicas
Região Norte Fluminense 2010

Atividades	Concentração		Vínculos (em %)
	Estoque	Massa	
Extração de petróleo e gás natural	96,7	64,5	6,6
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	99,7	69,8	5,1
Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção	12,1	14,1	0,6
Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos	10,6	11,6	2,7
Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais	1,9	1,2	1,5
Construção de outras obras de infraestrutura	3,3	2,3	2,3
Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções	2,2	1,8	1,0
Navegação de apoio	74,8	70,4	1,5
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	4,3	4,5	2,3
Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas	2,8	2,5	1,6
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	2,0	3,7	2,5
Total das especializações (em %)			27,7
Total da Região (em n^{os} absolutos)			227.140

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Podemos apontar que um dos desafios postos à região Norte fluminense é a ampliação de sua base produtiva (diversificação produtiva) em direção a outras atividades fora da chamada “cadeia do petróleo”. Esse aspecto poderia balizar o debate sobre o uso eficiente dos recursos advindos dos royalties e participações especiais, considerando as diversas possibilidades de uso dos mesmos para a expansão da base produtiva regional.

Por sua vez, o Noroeste fluminense apresenta resultados diversos do observado para o conjunto do estadual. Como sabido, o Noroeste é a mais pobre região de governo do estado do Rio de Janeiro, apresentando os menores índices de urbanização e participação no produto estadual. Isso se revela nas concentrações de atividades na região. Os setores em destaque estão entre aqueles com menor representatividade para a economia fluminense, especialmente falando do setor primário, da mineração de não-ferrosos e da produção de papel, que somados, correspondem a apenas 11,5% do emprego formal do Noroeste Fluminense (Tabela 38).

TABELA 38
Coeficientes de concentração de atividades econômicas
Região Noroeste Fluminense 2010

Atividades	Concentração		Vínculos (em %)
	Estoque	Massa	
Pecuária	3,7	4,5	4,1
Extração de pedra, areia e argila	6,9	7,5	0,9
Abate e fabricação de produtos de carne	2,3	3,3	2,1
Laticínios	5,0	6,2	1,3
Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão	14,4	12,9	1,2
Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos	8,1	8,6	1,4
Demolição e preparação do terreno	1,7	3,5	0,3
Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infraestrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares	3,0	4,1	0,3
Total das especializações (em %)			11,5
Total da Região (em n^{os} absolutos)			50.820

Fonte: MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE

No setor primário, o destaque é a pecuária que enseja certa ramificação para a produção manufatureira, no caso, a produção de laticínios e abate e fabricação de produtos de carne. Outro setor que vem se destacando em nível regional é extração/produção de pedra, areia e argila, notadamente a produção de rochas ornamentais e produção de cimento.

As Baixadas Litorâneas têm se destacado enquanto uma das mais dinâmicas regiões de governo fluminenses, basicamente por conta de alguns fatores, dentre os quais destacamos: a proximidade de alguns municípios com a região produtora de petróleo, a atividade imobiliária e a vocação para o setor de turismo e hospitalidade. Na região, as especializações ocorrem em atividades de construção civil e infraestrutura urbana, em setores ligados ao comércio e à hospitalidade, notadamente dentro do setor turismo e serviços às empresas. As especializações respondem por cerca de 20,0% dos mais de 150 mil vínculos do mercado de trabalho formal regional (Tabela 39). O crescimento da região aponta para a necessidade de políticas públicas de emprego e renda que contemplem os chamado setores urbanos, especialmente os serviços às famílias e às empresas.

TABELA 39
Coeficientes de concentração de atividades econômicas
Região das Baixadas Litorâneas 2010

Atividades	Concentração		Vínculos (em %)
	Estoque	Massa	
Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais	2,2	2,2	1,6
Construção de outras obras de infraestrutura	1,4	2,2	1,0
Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções	2,3	2,3	1,1
Obras de acabamento	2,6	4,3	0,8
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,7	2,3	2,1
Comércio varejista de material de construção	1,8	2,0	2,9
Hotéis e similares	3,3	4,1	2,1
Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas	2,1	2,8	1,2
Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	6,2	25,5	0,9
Serviços combinados para apoio a edifícios	2,5	3,0	3,3
Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas	2,1	2,1	2,6
Outras atividades de serviços pessoais	1,9	2,5	0,8
Total das especializações (em %)			20,3
Total da Região (em n^{os} absolutos)			156.466

Fonte: MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE

Na Região do Médio Paraíba, considerado o maior centro regional da indústria de transformação fluminense, as concentrações apontam, com precisão, os principais setores da produção manufatureira regional, dentre os quais a produção de bebidas não alcoólicas, produtos de borracha, siderurgia, metalurgia, cadeia automotiva, assim como serviços ligados à comercialização de produtos automotivos e bebidas, ao transporte rodoviário e a serviços de hospedagem, notadamente nos municípios de Itatiaia e Resende. As concentrações destacadas respondem por 32,2% do total de vínculos do mercado de trabalho formal da região (Tabela 40).

Importante assinalar que os índices mostram, por um lado, a permanência e reforço de atividades históricas para a região, como também a emergência de “novos” setores, de importância central não apenas para matriz produtiva estadual, mas também para a brasileira (caso da automotiva). O anúncio de novos investimentos no setor automotivo (ampliação da capacidade de produção da PSA e nova planta da Hyundai)

fortalece o perfil metalúrgico da região que vem sendo tratada por setores da mídia regional como o “ABC Fluminense”. Nos serviços, além das atividades de apoio à produção industrial, chamam atenção os serviços educacionais (a presença de unidades educacionais de diversos segmentos), hospedagem (turismo de inverno e de aventura) e transporte.

TABELA 40
Coeficientes de concentração de atividades econômicas
Região do Médio Paraíba 2010

Atividades	Concentração		Vínculos (em %)
	Estoque	Massa	
Fabricação de bebidas não alcoólicas	3,1	4,3	0,6
Fabricação de produtos de borracha	2,5	4,3	0,6
Siderurgia	31,2	29,0	6,3
Fundição	5,2	5,7	0,9
Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais	2,8	3,0	0,7
Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	2,4	2,6	1,0
Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	9,8	8,0	2,1
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	1,8	2,1	1,3
Construção de outras obras de infraestrutura	1,9	1,5	1,3
Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções	2,7	3,0	1,3
Comércio de veículos automotores	1,3	3,2	0,8
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,4	1,4	1,7
Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	1,4	1,6	1,0
Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos	1,4	1,4	1,6
Transporte rodoviário de passageiros	1,9	2,0	2,9
Transporte rodoviário de carga	1,5	1,8	2,6
Atividades relacionadas à organização do transporte de carga	4,3	6,2	0,7
Hotéis e similares	1,8	1,8	1,1
Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas	1,7	1,7	1,0
Educação infantil e ensino fundamental	1,4	1,9	1,4
Serviços de assistência social sem alojamento	5,6	5,4	1,3
Total das especializações (em %)			32,1
Total da Região (em n^{os} absolutos)			196.160

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

No Centro-Sul fluminense, os principais destaques se encontram na fabricação de veículos ferroviários, extração de minerais não-metálicos, papel, tecidos de malha e

gestão de recursos humanos. Ainda que em menor medida, destaca-se a produção pecuária e o abate e produção de carnes. O total do emprego formal agrupado em torno das especializações da região alcançam quase 29,8% (Tabela 41).

TABELA 41
Coeficientes de concentração de atividades econômicas
Região Centro-Sul Fluminense 2010

Atividades	Concentração		Vínculos (em %)
	Estoque	Massa	
Pecuária	2,3	3,4	2,6
Extração de pedra, areia e argila	4,0	4,4	0,5
Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	6,9	6,2	0,4
Abate e fabricação de produtos de carne	2,4	3,6	2,2
Fabricação de bebidas não alcoólicas	3,8	3,5	0,7
Fabricação de tecidos de malha	5,8	6,0	0,4
Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado	4,0	3,9	0,6
Fabricação de produtos de material plástico	2,4	2,7	1,9
Fabricação de produtos cerâmicos	2,2	2,4	0,9
Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	2,5	3,9	1,1
Fabricação de veículos ferroviários	46,0	32,0	0,7
Manutenção e reparação de veículos automotores	3,3	5,6	1,3
Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,1	3,0	2,0
Transporte rodoviário de passageiros	1,8	2,6	2,7
Atividades auxiliares dos transportes terrestres	2,4	4,3	0,6
Outras atividades de telecomunicações	3,0	3,7	0,3
Atividades de sociedades de participação	9,8	3,8	0,7
Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador	1,7	2,6	0,4
Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	14,0	40,8	2,2
Atividades de limpeza	2,9	4,5	4,5
Atividades de associações de defesa de direitos sociais	4,0	9,0	3,4
Total das especializações (em %)			29,8
Total da Região (em n^{os} absolutos)			60.618

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Os dados referentes à região Serrana, por sua vez, têm que ser analisados considerando-se que foram apurados antes da tragédia que se abateu sobre a região, em janeiro de 2011. Os destaques ficam por conta da produção de bebidas alcoólicas, confecção de artigos do vestuário, fabricação de instrumentos de cutelaria e ópticos e de precisão. A região Serrana apresenta alto percentual de participação das concentrações

no montante total de vínculos do mercado de trabalho formal da região. A trajetória futura, de médio prazo, da região, dependerá, em grande medida, da capacidade de recuperação da infraestrutura urbana e produtiva regional, a qual depende das políticas públicas de reconstrução e recuperação (Tabela 42).

TABELA 42
Coeficientes de concentração de atividades econômicas
Região Serrana 2010

Atividades	Concentração		Vínculos (em %)
	Estoque	Massa	
Fabricação de bebidas alcoólicas	8,4	12,5	0,9
Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário	2,6	3,8	0,7
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	6,7	8,7	10,2
Fabricação de produtos de material plástico	2,0	2,0	1,6
Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas	8,4	9,8	1,2
Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	2,0	1,9	0,8
Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos	8,8	15,1	0,9
Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos	2,8	7,7	0,7
Coleta de resíduos	3,6	5,8	0,8
Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	1,9	2,5	2,3
Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados	1,9	2,2	6,1
Transporte rodoviário de passageiros	1,9	2,7	2,8
Atividades auxiliares dos transportes terrestres	2,3	3,4	0,6
Hotéis e similares	1,8	2,4	1,1
Serviços combinados para apoio a edifícios	1,8	2,3	2,5
Ensino médio	2,0	2,1	0,6
Atividades de atendimento hospitalar	2,3	2,8	4,7
Total das especializações (em %)			38,7
Total da Região (em n^{os} absolutos)			180.780

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

Por fim, a região da Costa Verde apresenta forte concentração em Construção de Embarcações (indústria naval) e geração e transmissão de energia elétrica (usinas nucleares de Angra dos Reis). Transporte marítimo, atividades ligadas ao turismo e serviços de apoio a estas atividades também se destacam. A região apresenta o maior percentual de participação das concentrações no montante total de vínculos em seu mercado de trabalho formal (40,2%) (Tabela 43).

TABELA 43
Coeficientes de concentração de atividades econômicas
Região da Costa Verde 2010

Atividades	Concentração		Vínculos (em %)
	Estoque	Massa	
Construção de embarcações	182,0	143,1	14,8
Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica	11,9	31,4	3,2
Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais	6,4	5,2	4,8
Transporte marítimo de cabotagem e longo curso	10,8	5,3	0,2
Atividades auxiliares dos transportes aquaviários	6,7	5,7	0,6
Hotéis e similares	5,2	4,0	3,2
Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	21,2	16,2	0,9
Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas	2,0	1,5	4,5
Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas	2,2	1,2	1,2
Serviços combinados para apoio a edifícios	3,2	2,7	4,3
Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	5,0	6,8	1,0
Atividades esportivas	2,3	1,2	0,7
Atividades de recreação e lazer	6,3	5,5	0,6
Total das especializações (em %)			40,2
Total da Região (em n^{os} absolutos)			56.888

Fonte: MTE. Rais
Elaboração: DIEESE

2.2.5 Comércio exterior

Entre 2000 e 2010, o Estado do Rio de Janeiro não apenas reverteu um quadro deficitário de sua balança comercial em relação ao exterior, mas também intensificou as atividades comerciais para com o resto do mundo. Em 2000, o Estado do Rio de Janeiro importava US\$ 3,1 bilhões a mais do que exportava²⁶. Em 2010, o Estado registrou superávit de 3,3 bilhões. Esse quadro superavitário se torna mais importante ao constataremos que a corrente de comércio, a soma entre exportações e importações passou de US\$ 6,8 bilhões em 2000 para 36,7 bilhões em 2010, uma taxa de crescimento anual de 16,6% e um crescimento acumulado de 539,1% no período 2000-2010 (Tabela 44).

²⁶ Segundo MDIC (2011), a definição de **importação** “credita os valores para o estado (UF) do domicílio fiscal da empresa importadora, independentemente do ponto por onde a mercadoria entrou no território nacional (porto, aeroporto, rodovia, etc.)”. As **exportações** “... leva[m] em conta o estado produtor da mercadoria, e não a sede da empresa exportadora”.

TABELA 44
Saldo comercial e corrente de comércio
Estado do Rio de Janeiro 2000-2010 (em US\$ milhões FOB)

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Corrente de comércio⁽¹⁾
2000	1.839	4.965	-3.126	6.805
2001	2.404	5.304	-2.900	7.708
2002	3.656	5.396	-1.740	9.051
2003	4.844	4.897	-53	9.741
2004	7.025	6.355	670	13.380
2005	8.191	6.700	1.491	14.891
2006	11.485	7.292	4.193	18.777
2007	14.316	9.563	4.753	23.878
2008	18.697	14.423	4.274	33.120
2009	13.519	11.645	1.875	25.164
2010	20.022	16.664	3.358	36.686

Fonte: MDIC. Secex

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Corresponde à soma entre o total exportado e importado e representa o total comercializado com o exterior por país ou região

Dentre os setores das contas nacionais, o Estado do Rio de Janeiro aumentou relativamente as exportações e importações de combustíveis e lubrificantes e as importações de bens de capital e de consumo. Em 2000, o principal produto da pauta de exportações eram os bens intermediários (52,7%), seguidos pelos combustíveis e lubrificantes (16,3%) e pelos bens de capital (11,1%). Em 2010, a exportação de combustíveis e lubrificantes (79,3%) era, em termos monetários, o principal produto da pauta, principalmente devido à expansão da quantidade produzida e da cotação internacional do produto. Importante destacar que, apesar das perdas relativas, as exportações em todos os setores das contas nacionais cresceram entre 2000 e 2010.

Por outro lado, o Rio de Janeiro exportou relativamente menos bens de capital e bens intermediários e importou menos bens intermediários, embora a composição da pauta entre os setores seja menos concentrada que a observada na pauta de exportações. Houve elevação das importações em todos os setores na esteira do processo de intensificação do comércio estadual com o exterior, com destaque para o crescimento relativo da importação de bens de capital (+ 4 p.p.) e dos bens de consumo (+ 2 p.p.) e para a perda de participação dos bens intermediários (- 6,5 p.p.) (Tabela 45).

TABELA 45
Distribuição da pauta de exportações e importações segundo setores das contas nacionais
Estado do Rio de Janeiro 2000 e 2010 (em %)

Setor	2000	2010	Taxa média de crescimento (% a.a.) ⁽¹⁾
Exportações			
Bens de Capital	11,1	4,1	15,1
Bens intermediários	52,7	10,3	7,9
Bens de consumo	7,5	3,2	16,7
Combustíveis e lubrificantes	16,3	79,3	48,7
Demais operações	12,4	3,0	10,3
Total	100,0	100,0	-
Total (em US\$ milhões FOB)	1.839	20.022	27,0
Importações			
Bens de Capital	19,6	23,2	14,8
Bens intermediários	38,4	31,9	10,8
Bens de consumo	13,6	15,9	14,7
Combustíveis e lubrificantes	28,4	29,0	13,1
Demais operações	-	-	-
Total	100,0	100,0	-
Total (em US\$ milhões FOB)	4.965	16.664	12,9

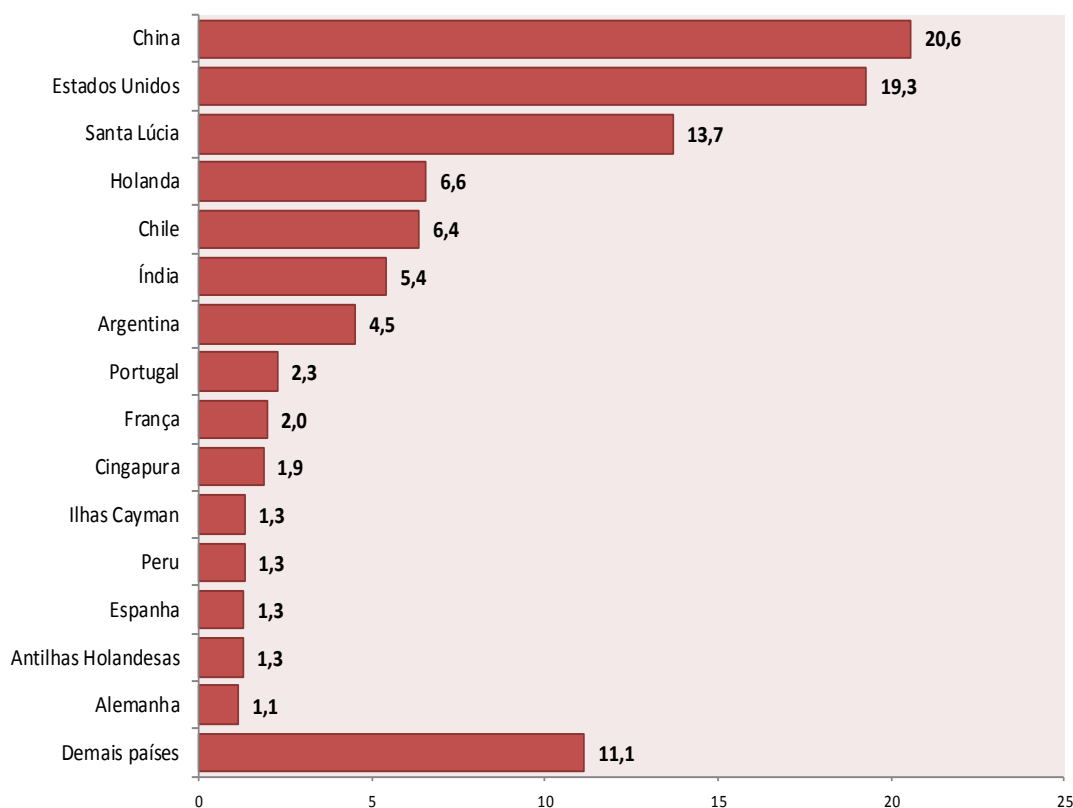
Fonte: MDIC. Secex

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Cálculo baseado nos valores nominais

No que diz respeito aos países de destino, em 2010, cerca de 40% das exportações fluminenses se destinaram à China (20,6%) e aos Estados Unidos (19,3%), reconhecidos mercados consumidores de *commodities*. Outros países de destino das exportações do Estado do Rio de Janeiro situavam-se na Europa (Holanda, Portugal, França, Espanha e Alemanha) e na Ásia (Índia e Cingapura). Na América Latina, os principais consumidores dos produtos comercializáveis produzidos no Estado do Rio de Janeiro em 2010 foram o Chile (6,4%), Argentina (4,5%) e o Peru (1,3%) (Gráfico 10).

GRÁFICO 10
Distribuição das exportações segundo principais países de destino
Estado do Rio de Janeiro 2010 (em %)



Fonte: MDIC. Secex

Elaboração: DIEESE

Obs.: Refere-se à distribuição do valor das exportações do Estado do Rio de Janeiro

A partir de 2005, a pauta de exportações fluminenses, segundo os principais produtos, se concentrou em um conjunto menor de produtos e, em grande medida, relacionados à extração e refino de petróleo e bens intermediários associados à indústria automobilística. Em 2010, os cinco principais produtos da pauta de exportação, todos derivados da indústria petrolífera (óleo bruto, óleo combustível etc.), respondiam por 81,7% da pauta, proporção que em 2005 equivalia a 61,0%. O peso da extração sobre a pauta de exportações é evidente, posto que “óleos brutos de petróleo”, sozinho, correspondiam a 74,6% do valor exportado (Tabela 46).

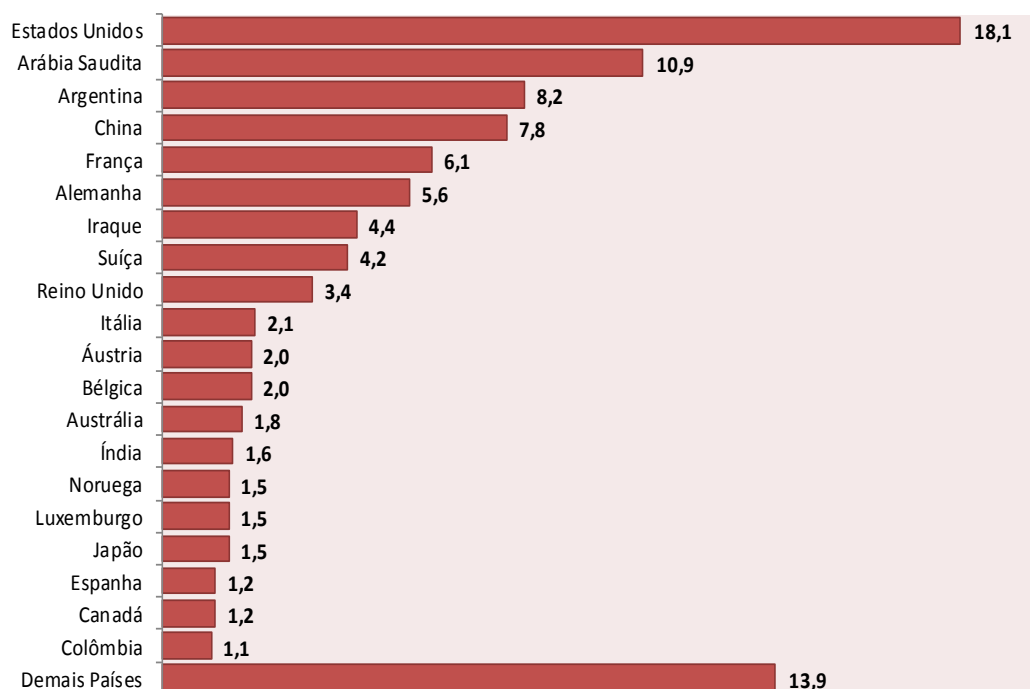
TABELA 46
Dez principais produtos exportados
Estado do Rio de Janeiro 2005, 2008 e 2010 (em %)

Ranking	2005		2008		2010	
	Produto	Participação	Produto	Participação	Produto	Participação
1	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	43,2	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	66,9	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	74,6
2	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/AE	6,5	"FUEL-OIL"	3,4	"FUEL-OIL"	3,1
3	"FUEL-OIL"	4,6	PLATAFORMAS DE PERFURACAO/EXPLORACAO, FLUTUANT	3,3	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/EM	1,9
4	OUTRAS GASOLINAS	3,4	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/EM	3,2	OUTROS TUBOS FLEXIVEIS DE FERRO OU ACO	1,4
5	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/EM	3,2	OUTRAS GASOLINAS	1,8	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/AE	0,8
6	OUTROS LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,QUENTE,ROLOS,E<	2,3	CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/AE	1,4	ENERGIA ELETRICA	0,7
7	LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,ESTANHADO,E<0.5MM	2,1	PNEUS NOVOS PARA AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	0,8	OUTRAS GASOLINAS	0,6
8	LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,GALVAN.OUTRO PROC.E<4.	1,9	LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,ESTANHADO,E<0.5MM	0,7	CHASSIS C/MOTOR DIESEL E CABINA,5T<CARGA<=20T	0,6
9	CHASSIS C/MOTOR DIESEL E CABINA,5T<CARGA<=20T	1,3	OUTROS POLIETILENOS S/CARGA,D>=0.94,EM FORMAS	0,7	LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,ESTANHADO,E<0.5MM	0,6
10	AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO,1500<CM3<=3000,AT	1,1	CHASSIS C/MOTOR DIESEL E CABINA,5T<CARGA<=20T	0,6	TORNEIRAS E OUTROS DISPOSITIVOS P/CANALIZACOE	0,6
10 produtos mais exportados		69,7	10 produtos mais exportados	82,7	10 produtos mais exportados	84,7
Exportação total (em US\$ milhões FOB)		8.191.295	Exportação total (em US\$ milhões FOB)	18.714.402	Exportação total (em US\$ milhões FOB)	20.022.219

Fonte: MDIC. Secex
Elaboração: DIEESE

Quanto ao perfil das importações segundo países de origem, 18,1% das importações em valor no ano de 2010 eram provenientes dos Estados Unidos, seguido pela Arábia Saudita (10,9%). O intercâmbio com a América do Sul era responsável por 9,3% das importações, representados pela Argentina (8,2%) e pela Colômbia (1,1%). Destaque para as importações de produtos chineses (7,8%) e originários em países europeus, um conjunto de dez países que, juntos, representavam 29,6% da pauta de produtos importados do Estado (Gráfico 11).

GRÁFICO 11
Distribuição das importações segundo principais países de origem
Estado do Rio de Janeiro 2010 (em %)



Fonte: MDIC. Secex
Elaboração: DIEESE

Desde 2005, os dez principais produtos importados perderam importância relativa, o que sugere uma maior desconcentração da pauta de produtos importados. Em 2005, esses produtos respondiam por 51,7% do total das importações, percentual que, em 2010, correspondia a 37,4%. Destacam-se, entre os produtos importados, óleos brutos de petróleo, reatores para usinas de energia, carvão para fornos siderúrgicos, lingotes para fundição e partes de automóveis de pequeno porte. Os “óleos brutos de petróleo” apresentam uma trajetória de elevada perda de participação relativa desde 2005 (15 p.p.), situação diferente do que ocorre com seu correspondente na pauta de exportações. Essa situação se deve à redução da quantidade importada, posto que os preços internacionais cresceram entre 2005 e 2010 (Tabela 47).

TABELA 47
Dez principais produtos importados
Estado do Rio de Janeiro 2005, 2008 e 2010 (em %)

Ranking	2005		2008		2010	
	Produto	Participação	Produto	Participação	Produto	Participação
1	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	33,2	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	26,6	OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	15,5
2	PARTES DE TURBORREACTORES OU DE TURBOPROPULSOR	4,9	PARTES DE TURBORREACTORES OU DE TURBOPROPULSOR	4,8	AUTOMOVEIS C/MOTOR	3,8
3	OUTRAS HULHAS, MESMO EM PO, MAS NAO AGLOMERADAS	4,2	AUTOMOVEIS C/MOTOR	3,9	EXPLOSAO, 1500<CM3<=3000, AT	3,6
4	OUTRAS PARTES P/AVIOES OU HELICOPTEROS	2,6	EXPLOSAO, 1500<CM3<=3000, AT	3,3	PARTES DE TURBORREACTORES OU DE TURBOPROPULSOR	3,4
5	AUTOMOVEIS C/MOTOR	1,7	OUTRAS HULHAS, MESMO EM PO, MAS NAO AGLOMERADAS	0,6	OUTRAS HULHAS, MESMO EM PO, MAS NAO AGLOMERADAS	3,0
6	EXPLOSAO, 1500<CM3<=3000, AT	1,5	OUTRAS PARTES P/AVIOES OU HELICOPTEROS	0,6	GAS NATURAL, LIQUEFEITO	2,5
7	TRIGO (EXC. TRIGO DURO OU P/SEMEADURA), E TRIGO	1,4	OLEOS LUBRIFICANTES SEM ADITIVOS	2,1	COQUES DE HULHA, DE LINHITA OU DE TURFA	1,6
8	OLEOS LUBRIFICANTES SEM ADITIVOS	0,8	TUBOS FERRO/ACO, SOLD. LONG. ARCO, SEC. CIRC. D>406	0,1	OLEOS LUBRIFICANTES SEM ADITIVOS	1,6
9	COQUES DE HULHA, DE LINHITA OU DE TURFA	0,8	TRIGO (EXC. TRIGO DURO OU P/SEMEADURA), E TRIGO	1,1	LINGOTEIRAS DE FUNDICAO	1,4
10	PAPEL JORNAL, EM ROLOS/FLS. P<=57G/M2, FIBRA PRO	0,7	OUTRAS VACINAS PARA MEDICINA HUMANA, EM DOSES	0,6	OUTRAS VACINAS PARA MEDICINA HUMANA, EM DOSES	1,0
	OUTRAS PARTES E ACESS. DE CARROCARIAS P/VEIC. A	0,7	COQUES DE HULHA, DE LINHITA OU DE TURFA	1,0	OUTROS HELICOPTEROS DE PESO>3500KG, VAZIOS	1,0
	10 produtos mais importados	51,7	10 produtos mais importados	44,1	10 produtos mais importados	37,4
	Importação total (em US\$ milhões FOB)	6.700.178	Importação total (em US\$ milhões FOB)	14.422.524	Importação total (em US\$ milhões FOB)	16.663.962

Fonte: MDIC. Secex
 Elaboração: DIEESE

2.2.6 Investimentos

Segundo a publicação *Decisões Rio 2010-2012*, da Federação das Industriais do Estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2010)²⁷, os investimentos públicos e privados anunciados no Estado do Rio de Janeiro para o período 2010/2012 somam R\$ 126,3 bilhões. Os montantes estão previstos para infraestrutura (R\$ 28,6 bilhões), indústria de transformação (20,3 bilhões) e outros setores (R\$ 300 milhões), com destaque para o peso do investimento da Petrobrás no Estado, 61,1% do total anunciado (R\$ 77,1 bilhões).

Dos vinte maiores investimentos anunciados (R\$ 43,3 bilhões)²⁸, R\$23,4 bilhões (54% do valor dos vinte maiores investimentos) serão realizados na Região Metropolitana, R\$ 12,2 bilhões (28,2%) na Região Norte Fluminense, R\$ 4 bilhões

²⁷ Próximo da finalização deste tópico a Firjan divulgou a atualização do levantamento de investimento no Estado do Rio de Janeiro. Os investimentos anunciados para o período 2011-2013 somam R\$ 181,4 bilhões. Estão previstos investimentos em infraestrutura (R\$ 36,3 bilhões), indústria de transformação (29,5 bilhões), Turismo (R\$ 1,0 bilhão) e outros setores (R\$ 6,7 bilhões). A Petrobrás é destaque nos investimentos, com 59,5% do total anunciado (R\$ 107,9 bilhões).

²⁸ Os municípios só estão disponíveis para os vinte maiores investimentos. A agregação das regiões de governo foi feita com base nesta informação.

(9,2%) na Região da Costa Verde e R\$ 0,3 bilhões (0,7%) na Região do Médio Paraíba. Gastos da ordem de R\$ 3,4 bilhões (7,9%) serão realizados em vários municípios do Estado. Os vinte maiores investimentos anunciados representam 34,3% dos R\$ 126,3 bilhões anunciados para o Estado do Rio de Janeiro até 2012.

Na Região Metropolitana, fração considerável dos investimentos tem por objetivo a expansão e/ou modernização e estão distribuídos principalmente nas áreas de transportes e logística, petroquímica e energia. É possível perceber que o perfil dos investimentos diverge quanto às suas localidades: (i) os investimentos em transporte e logística se estabelecem no município do Rio de Janeiro; (ii) e os investimentos em construção de embarcações e na indústria petroquímica em outros municípios da Região Metropolitana. Destaque para a implantação de um complexo petroquímico no município de Itaboraí (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ), investimento realizado pela Petrobrás que consumirá R\$14,6 bilhões (11,6% dos investimentos anunciados até 2012), que favorece a internalização da cadeia de refino e transformação industrial do óleo bruto no Estado do Rio de Janeiro, com elevado potencial para a geração de emprego e renda (vide dados da tabela 32).

TABELA 48
Vinte maiores investimentos anunciados
Estado do Rio de Janeiro 2010-2012 (em R\$ bilhões)

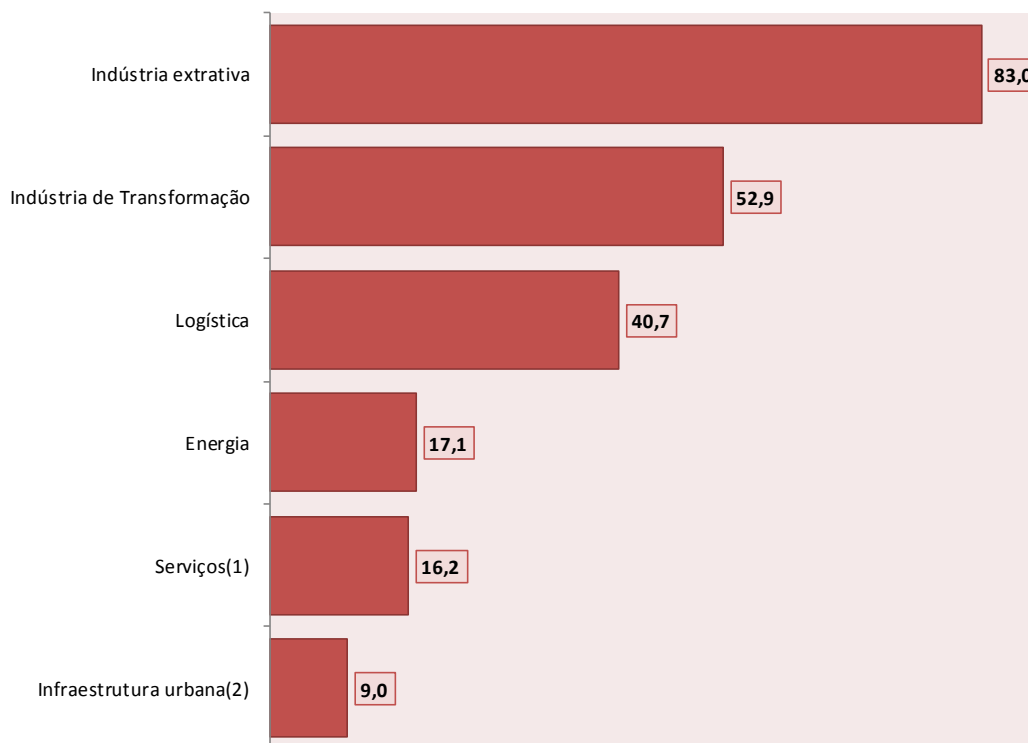
Investimento	Setor	Município	Objetivo	Região de Governo	Valor do Investimento (R\$ bilhões)
Comperj	Pretoquímica	Itaboraí	Implantação	Região Metropolitana	14,6
Chevron	Energia	Campos	Implantação	Norte Fluminense	4,4
Usina Termelétrica do Açú	Energia	São João da Barra	Implantação	Norte Fluminense	4,3
Angra 3	Energia	Angra dos Reis	Implantação	Costa Verde	4,0
CSN – Plataforma Logística em Itaguaí	Transporte/Logística	Itaguaí	Expansão/Modernização	Região Metropolitana	3,7
Complexo Portuário do Açú	Transporte/Logística	São João da Barra	Implantação	Norte Fluminense	2,0
OGX	Energia	Campos	Implantação	Norte Fluminense	1,5
Eisa	Indústria Naval	Rio de Janeiro	Construção de Embarcação	Região Metropolitana	1,4
Grupo Fisher	Indústria Naval	Vários	Expansão/Modernização	Estado	1,3
Governo Federal	Desenvolvimento Urbano	Vários	Expansão/Modernização	Estado	1,1
Porto do Sudeste	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação	Região Metropolitana	1,1
Light S/A – UHE Itaocara	Energia	Vários	Implantação	Estado	0,6
Gerdau – Terminal Portuário	Transporte/Logística	Itaguaí	Implantação	Região Metropolitana	0,6
Metrô – Linha 1A	Transporte/Logística	Rio de Janeiro	Expansão/Modernização	Região Metropolitana	0,5
Aeroporto Internacional Tom Jobim	Transporte/Logística	Rio de Janeiro	Expansão/Modernização	Região Metropolitana	0,4
Porto Maravilha	Desenvolvimento Urbano	Rio de Janeiro	Expansão/Modernização	Região Metropolitana	0,4
MRS Logística	Transporte/Logística	Vários	Expansão/Modernização	Estado	0,4
STX Europe	Indústria Naval	Niterói	Construção de Embarcação	Região Metropolitana	0,4
Coquepar – Companhia de Coque Calcinado de Petróleo	Petroquímica	Seropédica	Implantação	Região Metropolitana	0,3
Michelin	Borracha	Itatiaia	Implantação	Médio Paraíba	0,3
Total dos vinte maiores investimentos anunciados	-	-	-	-	43,3
Total dos investimentos anunciados	-	-	-	-	126,3

Fonte: Firjan. Decisões Rio 2010-2012

Elaboração: DIEESE

Em consonância com as atividades econômicas desenvolvidas na Região Norte (extração de petróleo e gás natural), novos investimentos na produção de energia foram anunciados, principalmente nos municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Neste último, destaca-se o investimento no complexo portuário do Açú, que visa incentivar a instalação de empresas na região podendo reforçar o dinamismo econômico na Região Norte do Estado (Tabela 48).

GRÁFICO 12
Investimentos anunciados segundo setor de atividade
Estado do Rio de Janeiro 2010-2015 (em R\$ bilhões)



Fonte: SEDEIS, RJ. Posição em abril de 2011.

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Exploração e produção de petróleo

(2) Inclui investimentos em indústria naval e náutica

(3) Inclui investimentos em centros de pesquisas

(4) Inclui investimentos em reforma de equipamentos esportivos

Obs.: Investimentos públicos e privados já anunciados ou em negociação

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (SEDEIS, 2011), que detém outra base de dados sobre investimentos no Estado, os valores anunciados para o Rio de Janeiro desde 2010 até 2015 somam R\$ 219 bilhões. O setor de extrativa mineral, notadamente produção e exploração de petróleo, receberá R\$ 83,0 bilhões (37,9% do total), seguido pela indústria de transformação, que promete investir R\$ 52,9 bilhões (24,2%), Logística (R\$ 40,7 bilhões, 18,6%), Energia (R\$ 17,1 bilhões, 7,8%), Serviços (R\$ 16,2 bilhões, 7,4%) e infraestrutura urbana (R\$ 9,0 bilhões, 4,1%) (Gráfico 12).

A Região Norte Fluminense confirma seu protagonismo como destino dos investimentos anunciados no Estado (R\$ 133,5 bilhões). A soma dos investimentos destinados a essa região equivalem a cerca de duas vezes o que será investido na Região Metropolitana (R\$ 68,0 bilhões), dezesseis vezes os investimentos anunciados na

Região da Costa Verde (8,03 bilhões) e trinta e três vezes o volume de investimentos prometidos para a Região do Médio Paraíba (R\$ 4,05 bilhões).

Os investimentos anunciados para a Região Norte se concentram na exploração de petróleo, como esperado para essa região e ocorrerão principalmente no município de Macaé. Contudo, os investimentos na construção de portos, indústria naval e produção de energia prometem diversificar a estrutura produtiva na região. Destaque para a construção do distrito industrial de São João da Barra (complexo portuário do Açú), o segundo maior investimento anunciado para o Estado do Rio de Janeiro (R\$ 15,7 bilhões) (Anexo II, Tabela A6).

Os novos investimentos na Região Metropolitana reforçam o papel de “centro de serviços” do município do Rio de Janeiro e apontam certo espraiamento da indústria de transformação para municípios da periferia metropolitana. Na capital, foram anunciados R\$ 30 bilhões para a melhoria dos transportes públicos, infraestrutura urbana e construção de centros de pesquisa industrial. Outro aspecto importante são os investimentos anunciados para a construção de terminais portuários, estaleiros, energia e outras atividades ligadas à indústria de transformação, que totalizam R\$ 21,6 bilhões e beneficiam principalmente os municípios de Itaguaí e Seropédica (Oeste da Região Metropolitana). Na zona leste da Região Metropolitana, destaque para os investimentos anunciados no Porto de São Gonçalo (Terminal Itaoca), Estaleiro Aliança (Niterói), e no complexo petroquímico COMPERJ, em Itaboraí (Anexo II, Tabelas A7, A8, A9 e A14).

Na Região do Médio Paraíba, concentram-se os investimentos na cadeia automotiva, principalmente nos municípios de Resende e Porto Real. Como vimos anteriormente²⁹, o Médio Paraíba concentra atividades ligadas à produção automotiva e siderurgia, além de abrigar as fábricas da Peugeot-Citroën, em Porto Real, e da Volkswagen Caminhões, em Resende. Nos últimos anos, a região tornou-se polo de atração de fábricas fornecedoras de peças, vidros e suspensão automotiva com vistas a atender a demanda das montadoras instaladas. Os dois maiores investimentos anunciados para a região são as fábricas dos grupos franceses³⁰ Michelin e a expansão

²⁹ Ver seção 2.2.2.

³⁰ Segundo os dados da Renai (Mdic, 2011) os investimentos franceses anunciados no Rio de Janeiro somam US\$ 2,8 bilhões no período 2004 até o 1º semestre de 2011. Os principais setores contemplados foram: borracha e plástico (US\$ 1,0 bilhão); Automotivo (US\$ 838 milhões) e equipamentos de transportes (US\$ 299 milhões). Segundo notícia divulgada na imprensa, (Santos, 2011), na mesma região,

da Peugeot-Citroën, que somam R\$ 2,5 bilhões dos 4,0 bilhões anunciados (Anexo II, Tabela A10).

Na Região da Costa Verde, destaque para os investimentos em estaleiros para a construção de navios e para a construção da usina nuclear Angra 3 (Anexo II, Tabela A11).

Por fim, cabe ressaltar os casos de investimentos nas regiões Centro Sul Fluminense (R\$700 milhões), Noroeste Fluminense (R\$ 600 milhões) e Serrana (100 milhões) (Anexo II, Tabelas A12, A13 e A15). Já os investimentos que abrangem mais de uma região de governo, tal como os gastos destinados à construção e reparação de rodovias e a construção do arco metropolitano, um projeto que envolve a construção de uma rodovia cujo objetivo é interligar todas as vias de acesso por terra à Região Metropolitana, somam 3,5 bilhões (Tabela 49).

TABELA 49
Investimentos anunciados segundo Regiões de Governo
Estado do Rio de Janeiro 2010-2015 (em R\$ bilhões)

Região	Em R\$ Bilhões
Região Norte Fluminense	133,5
Região Metropolitana - Rio de Janeiro	30,3
Região Metropolitana - Oeste	21,7
Região Metropolitana - Leste	15,6
Região da Costa Verde	8,0
Região do Médio Paraíba	4,0
Região Metropolitana - Leste / Região das Baixadas Litorâneas / Região Norte Fluminense	2,3
Região Metropolitana - Baixada Fluminense / Região Metropolitana - Leste / Região Metropolitana - Oeste	1,2
Região Centro-Sul Fluminense	0,7
Região Noroeste Fluminense	0,6
Região Metropolitana - Baixada Fluminense	0,5
Não especificado	0,5
Região Serrana	0,1
Total geral	219,0

Fonte: SEDEIS; RJ. Posição em abril de 2011
Elaboração: DIEESE

Em suma, a década de 2000 é caracterizada pelo crescimento do PIB fluminense, pouco abaixo do PIB brasileiro, e com a participação crescente dos municípios que não compõem o eixo metropolitano estadual. Essa realidade resulta de transformações da atividade econômica ocorridas em nível regional iniciadas ainda nas décadas de 1980 e 1990.

no município de Rezende, a montadora Nissan/Renault anunciou investimento de 2,6 bilhões para construção de nova fábrica com previsão de operação em 2014.

A agricultura continuou a perder importância relativa para a economia fluminense, embora atividades, tais como a pecuária leiteira (Regiões Noroeste e Centro-Sul) e a horticultura (Regiões Centro-Sul e Serrana) ainda fossem importantes formas de geração de emprego às regiões aonde são desempenhadas.

O setor industrial privilegiou a atividade de extração de petróleo e gás na bacia de Campos, trajetória que se verifica desde a década de 1990. Esse movimento contribuiu tanto para a retomada da atividade industrial no estado quanto para a sua reorganização territorial. Na década de 2000, a indústria extrativa de petróleo permitiu à Região Norte Fluminense assumir a liderança regional na participação sobre o valor adicionado industrial do estado, movimento que se deu a partir das perdas relativas da Região Metropolitana nessa atividade. Em termos, a prevalência da extração de petróleo reforça a tendência do setor industrial fluminense a absorver atividades menos diversificadas. Por outro lado, a constituição da indústria metal-mecânica e os investimentos anunciados e que pretendem internalizar setores industriais próximos à ponta da cadeia (ex.: produção de derivados do petróleo – COMPERJ –, investimentos da indústria automobilística etc.) prometem favorecer encadeamentos que podem repercutir positivamente sobre o nível de emprego e renda do estado.

O setor serviços perdeu importância relativa na composição do valor adicionado do Estado do Rio de Janeiro, mas se mantém como o de maior peso relativo. Quanto à sua distribuição pelo território, se concentrou nas regiões de maior densidade demográfica, com exceção da importante contribuição da Região do Médio Paraíba. Destaca-se o crescente peso dos serviços na Região Metropolitana. Em relação à estrutura do setor, destaque para os serviços de alojamento e alimentação, de saúde, de arquitetura e engenharia, para os serviços de comunicação, entretenimento e para os serviços relacionados às especializações industriais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória econômica fluminense, entre 1930 e 1980, foi caracterizada pelo forte crescimento econômico, associado a um longo processo de perdas de participação relativa nos agregados macroeconômicos brasileiros. Essa assertiva chama atenção para dois elementos básicos; 1) a região fluminense mostrou ser beneficiária do processo de industrialização e expansão do mercado nacional; 2) assim sendo, o processo de perdas relativas, comumente denominado “esvaziamento relativo”, conteve forte conteúdo estatístico, visto que foi resultado de um crescimento mais acentuado de outras regiões brasileiras e, principalmente, do Estado de São Paulo durante o processo de industrialização e integração do mercado nacional.

A industrialização nacional resultou, para a região fluminense, em modernização de sua estrutura produtiva, em grande medida de modo complementar à estrutura produtiva “central” (paulista). Chama-se atenção que a industrialização em território fluminense consolidou e fortaleceu a presença dos chamados setores intermediários da indústria, fortemente articulados ao mercado doméstico nacional. Sobre esse período, é preciso destacar que parcela importante da indústria fluminense foi se tornando tecnologicamente defasada ao longo das décadas, notadamente por serem estruturas “mais pesadas” e demandarem maior tempo para sua maturação e para o retorno do capital. Outro ponto a se assinalar diz respeito ao padrão de localização industrial nesse período, que mostra predominância da região referente à atual RMRJ e a porção sul do território estadual, tanto em sua parte litorânea, quanto na região do Vale do Paraíba.

Neste período, a atividade agrícola, baseada na cultura da cana, da banana, do café e na pecuária de leite, continuou em sua trajetória de perda de importância frente à expansão das fronteiras agrícolas nacionais e ao desenvolvimento das atividades industriais fluminenses. O setor serviços, por sua vez, importante por seu estímulo ao mercado consumidor local, sofreu o impacto negativo da mudança da capital federal no princípio da década de 1960 e a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em meados da década de 1970.

A consolidação dessa estrutura econômica é um fator importante para compreender o crescimento da população fluminense e seu padrão de localização. Apesar de menos intenso que em outras regiões, o desempenho econômico favoreceu o papel do Estado do Rio de Janeiro como destino de migrantes vindos de outras unidades

da federação, principalmente das regiões Norte e Nordeste. Somado à desestruturação das atividades agrícolas e a concentração da atividade industrial e dos serviços na Região Metropolitana, a população fluminense não apenas aumentou de tamanho, mas também se concentrou na capital do Estado e em seu entorno, além de residir predominantemente nas zonas urbanas.

A década de 1980 é caracterizada pela ruptura parcial com o padrão de crescimento econômico observado no período anterior. Marcada por surtos inflacionários, desequilíbrios externos e baixo crescimento da renda, no plano nacional, a década caracterizou-se, também, pela estagnação da economia fluminense. Apesar disso, o estado continuou a receber imigrantes, fato que culminou na queda do PIB *per capita* estadual, embora o crescimento da população fluminense tenha sido inferior ao crescimento da população nacional. Dentre outros aspectos, cabe destacar a continuidade do “esvaziamento relativo” e a crescente importância da extração mineral para a composição do produto industrial fluminense, com repercussão positiva sobre a economia de municípios não pertencentes à Região Metropolitana.

A década de 1990 marcou a retomada do crescimento econômico fluminense, em grande parte sustentado pela extração de petróleo e gás natural e pela expectativa gerada por anúncios de investimentos no estado, principalmente em infraestrutura urbana, econômica e novas plantas produtivas.

Assinala-se que nesse período, o crescimento populacional arrefeceu, favorecendo a elevação da diferença entre o PIB *per capita* fluminense e o nacional. Com o peso da indústria extrativa, manteve-se ambiente econômico favorável à Região Norte do estado, bem como a implantação de fábricas automotivas produziu impacto similar na Região do Médio Paraíba. Por outro lado, cabe destacar que nesse período, o setor serviços apresentou grandes dificuldades e sua taxa de crescimento ficou próxima a zero.

Em relação à década de 2000, alguns pontos sobressaem em nossa análise: (i) reforçou-se na economia fluminense a trajetória de retomada iniciada na década de 1990, embora ainda fortemente condicionada ao desempenho da extração de petróleo e gás natural; (ii) o crescimento do valor adicionado da indústria favoreceu as regiões Norte Fluminense e do Médio Paraíba, importantes por reunirem as jazidas de extração

de petróleo e o polo metal-mecânico do estado, respectivamente; (iii) a Região Metropolitana e, principalmente, o município do Rio de Janeiro reduziram sua contribuição para o valor adicionado industrial, embora ainda concentrem o valor adicionado dos serviços (de entretenimento, da administração pública etc.); (iv) quanto as atividades agrícolas, a pecuária de leite, a horticultura e a floricultura persistem nas regiões menos povoadas do estado (Noroeste e Centro-Sul Fluminense) ou condicionadas à demanda da Região Metropolitana (Serrana); (v) além de crescer menos e de ser mais velha que a brasileira, a população fluminense mostra sinais de um lento processo de migração para fora da Região Metropolitana, que ainda se mostra incipiente para ser caracterizado enquanto um processo de “interiorização”. Além das atividades acima mencionadas, podemos apontar como destaques regionais da indústria fluminense, os setores têxtil e de vestuário (Serrana, Centro-Sul e Noroeste Fluminense), papel e celulose, pedras ornamentais (Noroeste), laticínios e frigoríficos (Centro-Sul e Noroeste), cerâmica (Norte), construção civil (Baixadas Litorâneas) e energia (Costa Verde).

No setor terciário, destaque para os serviços financeiros, de comunicação, administração pública, comércio, editoriais e de entretenimento (Região Metropolitana), além de serviços relacionados às atividades industriais desempenhadas em cada região, como, por exemplo, os serviços de navegação, transporte dutoviário, de testes e análises técnicas e de comida preparada, atrelados à extração de petróleo em alto mar na Região Norte Fluminense; e serviços de turismo (Costa Verde e Baixadas Litorâneas).

Assim, de modo geral, pode-se afirmar que o desempenho da economia fluminense nos anos 2000 esteve fortemente associado ao ritmo expansivo da indústria, notadamente da extração de petróleo (Norte). Embora esse desempenho tenha sido influenciado pelo aumento dos preços internacionais do petróleo, o setor extrativo mineral cresce em termos reais, acima do valor adicionado estadual. Portanto no setor industrial há, em termos de geração de valor, predominância da atividade extrativa mineral, cabendo à atividade manufatureira menor papel. No entanto, essa dinâmica do setor industrial fluminense, com a atividade extrativa ultrapassando a atividade manufatureira na geração de valor adicionado, apesar de estar ancorada em investimentos de longo prazo no estado, depende do ciclo internacional de preços do petróleo, e pode se alterar de acordo com tal conjuntura.

Ademais, é preciso salientar que esse conjunto de atividades reflete a constituição de uma estrutura industrial que privilegiou setores com elevado impacto sobre a geração de valor, mas não tão amplos (considerando-se as escalas financeiras envolvidas) sobre o mercado de trabalho. Esse efeito reduzido se explica não apenas pelo caráter capital-intensivo da indústria fluminense, mas também por sua baixa diversificação e integração com o mercado consumidor local. O caso da produção de petróleo é um exemplo: enquanto o Estado do Rio de Janeiro responde pela maioria da extração, a maioria do refino e da produção de derivados (e a maioria dos empregos nessa cadeia) localiza-se em São Paulo.

Por fim, embora fatia considerável dos investimentos anunciados para o período 2010-2012 privilegie a indústria extrativa, os gastos anunciados em infraestrutura logística e urbana, energia e em outras atividades da indústria de transformação, além dos gastos associados aos grandes eventos esportivos a serem sediados pelo estado (Copa do Mundo e Olimpíadas) e ao arco metropolitano, sinalizam a possibilidade de incorporação de setores mais próximos do consumo final e, portanto, com maior capacidade de “arrasto” sobre o mercado de trabalho fluminense.

Entre esses, destacam-se os investimentos no Complexo Petroquímico Rio de Janeiro (COMPERJ), que tende a elevar a capacidade de refino e produção de derivados do petróleo do estado, para a ampliação da fábrica de pneus da Michelin e os esforços para a constituição de um setor de autopeças na Região do Médio Paraíba (com a ampliação da capacidade de produção da PSA e a nova fábrica da Nissan no Brasil) e para a construção do distrito industrial de São João da Barra, no Norte fluminense.

GLOSSÁRIO

Anos de Estudo - Segundo a metodologia do IBGE para a PNAD, a classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do nível ou grau que a pessoa frequentava ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação de forma que cada série concluída com aprovação correspondesse a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior de graduação. As pessoas com informações que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo “não determinados”.

Bens de Capital - Bens utilizados para a produção de outros bens. Sua aquisição caracteriza uma despesa de investimento e não de consumo. São exemplos as máquinas, equipamentos, instalações industriais diversas e materiais de transporte.

Bens de Consumo (Duráveis/Não - Duráveis) - Bens utilizados diretamente pelos consumidores finais, isto é, que não se destinam para a produção de outros bens, seja como bens de capital, seja como bens intermediários. Conforme a maior ou menor duração do período de sua utilização, eles são classificados como bens duráveis ou não-duráveis.

Bens Intermediários - Bens utilizados como insumos para a produção de outros bens. Os bens intermediários são completamente absorvidos no processo de produção, de uma única vez, enquanto os bens de capital são utilizados por um tempo mais longo, de extensão variável.

Carteira de Trabalho Assinada - Corresponde aos vínculos empregatícios do setor público ou privado regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Commodities - O termo significa literalmente "mercadoria" em inglês. Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã do algodão, do petróleo, do cobre etc.

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) - Corresponde ao conjunto de legislações que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho no Brasil. Foi definida pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943.

Corrente de Comércio - É o resultado da soma das exportações com as importações e representa o total de comércio transacionado por um país com o exterior.

Deflator Implícito do PIB - É um índice de correção das flutuações dos valores monetários em moeda corrente.

Densidade Demográfica - Razão entre o tamanho da população residente e a área do território que ocupa.

Emigrantes - Foram consideradas as pessoas que nasceram no Estado do Rio de Janeiro e que residiam em outras unidades da federação a menos de um ano. Essa categoria não capta o volume de pessoas nascidas no Estado do Rio de Janeiro e que emigraram para o exterior.

Emprego Formal - Com base na Rais corresponde aos vínculos empregatícios com carteira, estatutários e militares, do setor público ou privado. Contratos de trabalho regidos pela CLT ou estatutos próprios.

Exportação - Venda para o exterior de mercadorias produzidas em um país.

Família Ocupacional - Grupo da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Reúne ocupações substancialmente iguais quanto a sua natureza, qualificações exigidas, tarefas e operações exercidas.

Grupo Ocupacional - Grupo mais agregado da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Classifica e agrega diferentes tipos de trabalho e ocupações segundo a similaridade e complexidade das atividades executadas

Imigrantes - Foram consideradas as pessoas que nasceram em outras unidades da federação e que, a menos de um ano, residiam no Estado do Rio de Janeiro.

Inativos - Para o DIEESE, é a parcela da PIA (População em Idade Ativa) que não está ocupada ou desempregada. Incluem-se as pessoas sem procura de trabalho que, nos últimos 30 dias, realizaram algum trabalho de forma excepcional porque lhes sobrou tempo de seus afazeres principais.

Mediana - É uma medida estatística de posição. Delimita a primeira metade de uma dada distribuição de valores. Por exemplo, a escolaridade mediana da população ocupada é o valor (em anos de estudo) da primeira metade da distribuição de ocupados.

Pauta de Exportação - Classificação e relação dos produtos exportados segundo sua finalidade (investimento, insumo produtivo ou bem de consumo) ou ainda conforme o grau de transformação que o a mercadoria sofre no processo produtivo (produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados).

Pauta de Importação - Classificação e relação dos produtos importados segundo sua finalidade (investimento, insumo produtivo ou bem de consumo) ou ainda conforme o grau de transformação que a mercadoria sofre no processo produtivo (produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados).

Per Capita - Literalmente, significa “por cabeça”. É utilizado para expressar valores médios de uma determinada grandeza, ou seja, a quantidade dela que, em média, corresponde a cada habitante de um país, região etc.

PIB - Produto Interno Bruto - Valor do total de bens e serviços finais produzidos em um país durante um determinado período. Bens e serviços finais são aqueles que não são utilizados como insumos na produção de outros bens e serviços, pelo menos no período a que se refere o cálculo do PIB.

PIB Per Capita - Divisão do produto interno bruto pelo número de habitantes do país. Indica a contribuição média de cada habitante para a sua formação ou, reciprocamente, a participação média na sua absorção.

População Economicamente Ativa (PEA) - É a parcela da população em idade ativa que está ocupada ou desempregada.

População em Idade Ativa (PIA) - População com idade considerada apta a participar da vida econômica do país. Os limites de idade da PIA variam de acordo com o nível de desenvolvimento de cada país. Em países subdesenvolvidos como o Brasil, nos quais as políticas públicas tiveram alcance mais limitado, consideram-se como integrantes da PIA as pessoas de 10 anos ou mais, não se adotando um critério de idade limite para a participação.

População Ocupada/Ocupados - Definição utilizada pelo IBGE: São as pessoas que têm algum trabalho, remunerado ou não. Incluem-se as pessoas que possuem trabalho, mas não estavam trabalhando por motivo de doença, férias, greves etc. Definição utilizada pelo DIEESE: São os indivíduos que possuem trabalho remunerado exercido regularmente; possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual; possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho; não se incluem as pessoas que de forma bastante excepcional fizeram algum tipo de trabalho.

Populoso - Conceito demográfico que caracteriza um território (País, Estado, Município) conforme o tamanho absoluto de sua população residente. Populoso é aquele território com elevado número de habitantes.

Povoado - Conceito demográfico que caracteriza um território (País, Estado, Município) conforme sua densidade demográfica.

Razão de Dependência - Corresponde à razão entre o segmento etário economicamente dependente (pessoas menores de 15 anos e maiores de 65 anos de idade) e a população potencialmente produtiva (maiores de 15 anos e menores de 65 anos de idade).

Região Centro-Sul Fluminense - Compreende os municípios de Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras, conforme lei nº 1.227/1987.

Região da Costa Verde - Compreende os municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, conforme lei nº 1.227/1987 e alterada pela lei complementar nº 130/2009.

Região das Baixadas Litorâneas - Reúne os municípios de Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim, conforme lei nº 1.227/1987, alterada pela lei complementar nº 133/2009.

Região do Médio Paraíba - Compreende os municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda, conforme lei nº 1.227/1987.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro - Corresponde à região que reúne os municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica, Tanguá e Itaguaí, conforme redação dada pela lei complementar nº 133/2009.

Região Noroeste Fluminense - Corresponde aos municípios Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai, conforme lei nº 1.227/1987.

Região Norte Fluminense - Diz respeito à região que reúne os municípios Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra, conforme lei nº 1.227/1987.

Região Serrana - Reúne os municípios de Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes, conforme lei nº 1.227/1987 e alterada pela lei complementar nº 64/1990.

Regiões de Governo - Corresponde às regiões definidas pela lei nº 1.227/1987 e que embasou o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro no período de 1988 a 1991. Posteriormente, foi alterada pelas leis complementares nº 64/1990, 97/2001, 105/2002, 130/2009 e 133/2009.

Saldo Comercial - Diferença entre o valor da exportação e importação de mercadorias. O seu saldo será positivo (superávit) quando o valor das exportações superar o das importações e negativo (déficit) no caso contrário.

Setor de Atividade - Segundo o IBGE, as atividades foram classificadas na PNAD utilizando-se a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Domiciliar (CNAE-Domiciliar), que é uma adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar se mantém idêntica à CNAE nos níveis mais agregados - seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e o atacado - reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. Desta forma, a PNAD adere às padronizações nacional e internacional de classificação de atividades econômicas, uma vez que a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE tem como referência a *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de Todas las Actividades Económicas - CIIU)*, 3ª revisão, das Nações Unidas.

Taxa de Assalariamento - Refere-se à proporção das ocupações assalariadas (empregados com carteira, militares, estatutários, empregados sem carteira e trabalhadores domésticos com e sem carteira) no total da estrutura ocupacional de uma região.

Taxa de Desemprego - Proporção da população economicamente ativa que se encontrava na condição de desocupação ou desemprego.

Taxa de Desocupação - Proporção da população economicamente ativa que estava desocupada.

Taxa de Participação - Proporção da população em idade ativa que estava ocupada ou desocupada.

Taxa - Demonstra a relação existente entre duas grandezas. Pode expressar a participação de uma parte em relação ao conjunto, como taxa de alfabetização, ou pode medir a variação de um valor em um período em relação ao início desse mesmo período, como taxa de crescimento da população, dos ocupados etc.

Tempo de permanência no último emprego - Tempo transcorrido entre a data de admissão e a data de demissão no último emprego

Valor Adicionado - Valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

Valor da Transformação Industrial - Valor da diferença entre o valor bruto da produção industrial e o custo das operações industriais

Valor Nominal - Distinção aplicada a valores monetários, refere-se a valores expressos em moeda corrente.

Valor Real - Distinção aplicada a valores monetários. O valor real diz respeito ao efetivo poder de compra, comparado com um período base. Para medir esse efetivo poder de compra é necessário excluir das variações nominais ocorridas no período a parte que reflete apenas a inflação nele verificada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MTE. **Relação Anual de Informações Sociais: RAIS: microdados.** Brasília: MTE, 2003-2010. CD-ROM.

BRITTO, J. **Arranjos produtivos locais: Perfil das concentrações de atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro.** Série Estudos. Rio de Janeiro: Sebrae-RJ, 2004.

_____. **Arranjos produtivos no Estado do Rio de Janeiro:** caracterização e desdobramentos de política. In PENALVA, A. M. S., MARAFON, G. J., SANT'ANNA, M. J. G. Rio de Janeiro: um olhar socioespacial. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

CANO, W. Auge e Inflexão da Desconcentração Econômica Regional. In: AFFONSO, R. & SILVA, P. (org.) **Federalismo no Brasil.** São Paulo: FUNDAP – UNESP, 1996.

CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo.** Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998A. (30 Anos de Economia, nº 1)

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-70 e 1970-95.** Campinas, SP: Instituto de Economia – Unicamp, 1998B. (30 Anos de Economia, nº 2)

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional no Brasil 1970-2005.** São Paulo: UNESP, 2008.

DAIN, S. **Rio de todas as Crises – Crise Econômica.** Série Estudos, Rio de Janeiro, IUPERJ, nº 80, dez. 1990.

DAIN, S. **Rio de todas as Crises – Crise Econômica.** Série Estudos, Rio de Janeiro, IUPERJ, nº 80, dez. 1993.

CIDE – Fundação CIDE. **Anuários Estatístico do Rio de Janeiro,** diversos anos.

DIEESE. **Anuário dos Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro,** 2002.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Decisões Rio – investimentos 2010-2012** Disponível em: <http://www.firjan.org.br/main.jsp?lumPageId=2C908CEC2EF7B646012EFDB6FF4B7278>

_____. **Decisões Rio – investimentos 2011-2013** Disponível em: http://www.firjan.org.br/decisaoport/files/decisaorio2011-2013_pt.pdf

FREIRE, D. G., FEIJÓ, C. A., CARVALHO, P. G. M **A economia do Estado do Rio de Janeiro na segunda metade dos anos 90.** Texto apresentado em congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2005 Disponível em <http://www.sep.org.br/artigo/9_congresso_old/ixcongresso05.pdf>. Acesso em 18 out. 2011.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - Instituto Brasileiro de Economia (FGV-IBRE). **Contas Nacionais do Brasil. Centro de Contas Nacionais.** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Guanabara, 1972.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - **Indices of Primary Commodity Prices, 2001-2011.** Washington, DC. Disponível em: <http://www.imf.org/external/np/res/commod/Table1.pdf>. Acesso em dez.2011

GURVITZ, H. **Economia Fluminense.** Revista Conjuntura Econômica, p. 46-52, jun. 1992.

IBGE. **Censo Agropecuário** – (diversos anos)

_____. **Censo demográfico 2000.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default.shtm>. Acesso em 04 ago. 2011.

_____. **Censo demográfico 2010: sinopse.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/default_sinopse.shtm. Acesso em 04 ago. 2011.

_____. **Censos demográficos do Brasil** – (diversos anos)

_____. **Censos Industriais do Brasil** –(diversos anos)

_____. **Sistema de contas nacionais 2004-2008.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/publicacao2004_2008.pdf. Acesso em 09 ago. 2011.

_____. **Contas regionais do Brasil 2004-2008.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2008/publicacao2008.pdf>. Acesso em 09 ago. 2011.

_____. **Contas Regionais do Brasil** – Departamento de Contas Nacionais (diversos anos)

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2009** – PIA EMPRESA: Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2009/default_empresa.shtm. Acesso em 16 mai. 2011.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD: microdados.** Rio de Janeiro: IBGE, 2001-2009. CD-ROM.

_____. **Produto Interno Bruto dos municípios 2000-2008:** banco de dados. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/default.sh [tm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/default.sh). Acesso em 20 mai. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Séries históricas das Contas Regionais Atualizadas.** Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>, acesso em dez. 2011.

MDIC; SECEX. **Balança comercial mensal.** Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&refr=1076>. Acesso em 04 ago. 2011.

_____. **Rede Nacional de Informações sobre o Investimento.** Relatório de Anúncios de Projetos de investimentos Franceses no Brasil – 2004 a 1º Semestre de 2011. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/renai/public/arquivo/arq1315330285.pdf

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de desenvolvimento econômico, energia, indústria e serviços. **Dados dos investimentos** Rio de Janeiro: SEDEIS, 2010-2015 (Banco de dados interno).

_____. **Lei nº 1.227, de 17 de Novembro de 1987:** dispõe sobre o plano de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro, para o período de 1988 a 1991. Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/51a931ecb8fb1079032565440066979c?OpenDocument#_Section4. Acesso em: 08 ago. 2011.

_____. **Lei complementar nº 64, de 21 de Setembro de 1990:** dispõe sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão, define as funções públicas e serviços de interesse comum e dá outras providências. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/1dd40aed4fced2c5032564ff0062e425/2cab890ebb25be95032565d00064342b?OpenDocument>. Acesso em: 08 ago. 2011.

_____. **Lei complementar nº 97, de 02 de Outubro de 2001:** dispõe sobre a composição da região metropolitana. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/a99e317a9cfec383032568620071f5d2/ee5efc2f23237fbe03256af00072dcf5?OpenDocument>. Acesso em: 08 ago. 2011.

_____. **Lei complementar nº 105, de 04 de Julho de 2002:** altera a lei complementar nº 87, de 16 de dezembro de 1997, com a nova redação dada pela lei complementar nº 97, de 02 de outubro de 2001, e a lei complementar nº 89, de 17 de julho de 1998, e dá outras providências, na forma que menciona. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/623fa9ce62b1c36683256ca6005b080d?OpenDocument>. Acesso em: 08 ago. 2011.

_____. **Lei complementar nº 130, de 21 de Outubro de 2009:** altera a lei complementar nº 87, de 16 de dezembro de 1997, com a nova redação dada pela lei complementar nº 97, de 02 de outubro de 2001, a lei complementar nº 89, de 17 de julho de 1998, e a lei complementar nº 105, de 04 de julho de 2002, e dá outras providências, na forma que menciona. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/de5cbf144f4e8db783257669005a0615?OpenDocument&Highlight=0,130>. Acesso em: 08 ago. 2011.

_____. **Lei complementar nº 133, de 15 de Dezembro de 2009:** altera a lei complementar nº 87, de 16 de dezembro de 1997, com a nova redação dada pela lei complementar nº 97, de 02 de outubro de 2001, a lei complementar nº 89, de 17 de julho de 1998, a lei complementar nº 105, de 04 de julho de 2002, e a lei complementar nº

130, de 21 de outubro de 2009, e dá outras providências, na forma que menciona. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/441841587d7bba44832576a1005ebdb4?OpenDocument&Highlight=0,130>. Acesso em: 08 ago. 2011.

SILVA, R. D. **Rio de Janeiro: Crescimento, transformação e sua importância para a economia nacional (1930-2000)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IE-Unicamp, 2004

SILVA, R. D. **Estrutura Industrial e Desenvolvimento Regional no Estado do Rio de Janeiro 1990-2008**. Tese de Doutorado. Campinas IE – Unicamp, 2009

Santos, Chico. **Nissan investirá R\$ 2,6 bi na construção de nova fábrica em Resende**. Valor Econômico on line, 06/10/2011. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/1039342/nissan-investira-r-26-bi-na-construcao-de-nova-fabrica-em-resende>

ANEXOS

ANEXO I – NOTAS METODOLÓGICAS

Coeficiente de Especialização

O Coeficiente de Especialização é uma medida quantitativa da concentração de atividade econômica em uma região em comparação a regiões mais amplas (por exemplo: municípios x estados) a partir de um indicador-síntese de atividade econômica (PIB, emprego, estabelecimentos, remunerações etc.). Neste trabalho, escolheu-se caracterizar as aglomerações de atividades econômicas das regiões de governo fluminenses em comparação ao total do país usando, como indicadores-síntese, o estoque de emprego e a massa de remunerações pagas nessas ocupações em 31/12/2010, ambas constantes na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O princípio dessa medida é comparar a participação de determinada atividade na região de governo e a participação da mesma atividade no total do país. Para uma dada região de governo “i” e grupo de atividade “k”, o coeficiente de especialização em função dos empregos formais (CE_e) pode ser definido como:

$$CE_e = \frac{\frac{E_{ik}}{E_i}}{\frac{E_k}{E}}$$

E, em função da massa de remunerações

$$CE_r = \frac{\frac{R_{ik}}{R_i}}{\frac{R_k}{R}}$$

Onde E_{ik}/R_{ik} = empregos formais/massa de remunerações da atividade k na região de governo i; E_i/R_i = empregos formais/massa de remunerações na região de governo i; E_k/R_k = empregos formais/massa de remunerações da atividade k no país; E/R = total de empregos formais/massa de remunerações no país.

Com base no Coeficiente de Especialização, pode-se classificar e ordenar as atividades conforme estas se concentram nas regiões de governo fluminenses. Se a participação de determinada atividade no total dos empregos formais de uma região de governo for superior à participação dessa mesma atividade no total de empregos do país,

então $CE_e > 1$, sugerindo, em princípio, que essa atividade pode se concentrar nessa região de governo.

A escolha do estoque de empregos e da massa de remunerações como indicadores-síntese da atividade econômica pode implicar em classificações de concentrações divergentes para alguns grupos de atividade em algumas regiões de governo. Trabalhou-se apenas com os grupos de atividade em que o coeficiente era igual ou superior à unidade para as duas variáveis simultaneamente.

Além das classificações divergentes, o coeficiente pode indicar como concentrações atividades com impacto marginal para a economia local. Com vistas a contornar esses problemas na identificação das atividades de interesse, Britto (2004 e 2010) sugere a adoção de critérios de controle, embasados na relevância tanto para a região de governo quanto para a atividade em nível nacional, conforme segue abaixo:

- 1) $100 \times \left(\frac{E_{ik}}{E_k} \right) > 0,1\% ; 100 \times \left(\frac{R_{ik}}{R_k} \right) > 0,1\%$
- 2) $100 \times \left(\frac{E_{ik}}{E} \right) > 0,1\% ; 100 \times \left(\frac{R_{ik}}{R} \right) > 0,1\%$
- 3) N° de estabelecimentos ≥ 3

Neste trabalho, adotaram-se os critérios sugeridos pelo autor, com algumas diferenças. Em primeiro lugar, não se utilizou o critério relativo ao número de estabelecimentos, em razão de propósitos diferenciados dos dois estudos. Em segundo lugar, para o controle da relevância, adotaram-se os seguintes percentuais como corte: 1) para as regiões Metropolitana, Médio Paraíba, Serrana, Baixadas Litorâneas e Norte, 0,5%, tanto do estoque de empregos quanto da massa de remunerações; 2) para as regiões Centro-Sul, Costa Verde e Noroeste, um corte de 0,2%.

ANEXO II – TABELAS

TABELA A1
Número e distribuição da população fluminense segundo regiões de governo
Estado do Rio de Janeiro 1940-2000

Região	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	1940-1980	1980-1991	1991-2000
População (em 1.000 pessoas)								Taxa de variação média anual (% a.a.)		
Metropolitana	2.232	3.182	4.875	6.892	8.772	9.815	10.873	3,5	1,0	1,1
Capital	1.764	2.377	3.307	4.252	5.091	5.481	5.852	2,7	0,7	0,7
Norte	344	366	431	471	515	612	697	1,0	1,6	1,5
Noroeste	305	283	286	246	243	273	298	-0,6	1,1	1,0
Baixas Litorâneas	136	141	181	239	301	390	560	2,0	2,4	4,1
Médio Paraíba	159	218	336	447	600	694	785	3,4	1,3	1,4
Centro-Sul	122	143	167	178	203	228	255	1,3	1,1	1,2
Serrana	286	313	393	467	579	687	751	1,8	1,6	1,0
Baía da Ilha Grande	28	30	41	56	78	109	149	2,6	3,1	3,5
Total ERJ	3.612	4.675	6.710	8.995	11.292	12.808	14.367	2,9	1,2	1,3
BR	41.236	51.944	70.992	94.509	121.151	146.917	169.591	2,7	1,8	1,6
Participação (em %)								Variação (em pontos percentuais)		
Metropolitana	61,8	68,1	72,6	76,6	77,7	76,6	75,7	15,9	-1,1	-1,0
Capital	48,8	50,9	49,3	47,3	45,1	42,8	40,7	-3,8	-2,3	-2,1
Norte	9,5	7,8	6,4	5,2	4,6	4,8	4,9	-5,0	0,2	0,1
Noroeste	8,4	6,1	4,3	2,7	2,1	2,1	2,1	-6,3	0,0	-0,1
Baixas Litorâneas	3,8	3,0	2,7	2,7	2,7	3,0	3,9	-1,1	0,4	0,9
Médio Paraíba	4,4	4,7	5,0	5,0	5,3	5,4	5,5	0,9	0,1	0,0
Centro-Sul	3,4	3,0	2,5	2,0	1,8	1,8	1,8	-1,6	0,0	0,0
Serrana	7,9	6,7	5,9	5,2	5,1	5,4	5,2	-2,8	0,2	-0,1
Baía da Ilha Grande	0,8	0,6	0,6	0,6	0,7	0,9	1,0	-0,1	0,2	0,2
Total ERJ	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-
ERJ	8,8	9,0	9,5	9,5	9,3	8,7	8,5	0,6	-0,6	-0,2
BR	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-

Fonte: IBGE. Censo Demográfico
Elaboração: DIEESE

TABELA A2
Taxa de urbanização, segundo grandes regiões e unidades da federação
Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 1950-2000 (em %)

Região	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Norte	29,6	35,5	42,6	50,2	57,8	69,8
Acre	18,5	21,2	27,8	44,2	61,9	66,4
Amapá	37,1	51,4	54,8	59,1	80,9	89,0
Amazonas	26,8	33,2	42,6	60,0	71,4	74,8
Pará	34,6	40,7	47,2	48,5	50,4	66,5
Rondônia	37,4	43,6	51,9	47,6	58,2	64,1
Roraima	37,4	43,6	51,9	47,6	58,2	76,1
Tocantins	12,9	17,6	25,1	40,1	57,7	74,3
Nordeste	26,4	34,2	41,8	50,7	60,6	69,0
Alagoas	26,2	33,7	40,0	49,5	58,9	68,0
Bahia	25,9	34,8	41,4	49,4	59,1	67,1
Ceará	25,2	33,7	40,3	53,5	65,4	71,5
Maranhão	17,3	18,0	25,4	31,6	40,0	59,5
Paraíba	26,7	35,1	41,7	52,7	64,1	71,1
Pernambuco	34,4	44,9	54,5	61,9	70,9	76,5
Piauí	16,3	23,6	32,3	42,6	52,9	62,9
Rio Grande do Norte	26,2	37,6	46,6	59,0	69,1	73,3
Sergipe	31,8	38,9	46,2	54,4	67,2	71,4
Sudeste	47,5	57,4	72,8	82,8	88,0	90,5
Espírito Santo	20,8	28,4	45,4	64,2	74,0	79,5
Minas Gerais	29,8	39,8	53,0	67,3	74,9	82,0
Rio de Janeiro	72,6	79,0	88,0	91,8	95,3	96,0
São Paulo	52,6	62,8	80,4	88,6	92,8	93,4
Sul	29,5	37,6	44,6	62,7	74,1	80,9
Paraná	25,0	30,9	36,4	58,9	73,3	81,4
Rio Grande do Sul	34,1	44,9	53,6	67,8	76,6	78,7
Santa Catarina	23,2	32,4	43,2	59,7	70,6	81,7
Centro-Oeste	25,9	37,2	50,9	70,7	81,3	86,7
Distrito Federal	-	63,3	96,0	96,8	94,7	95,7
Goiás	21,7	33,3	46,1	67,3	80,8	87,9
Mato Grosso	30,2	36,9	39,1	57,5	73,2	79,4
Mato Grosso do Sul	36,7	41,8	45,5	67,1	79,4	84,1
Brasil	36,2	45,1	56,0	67,7	75,5	81,2

Fonte: IBGE. Censo Demográfico
 Elaboração: DIEESE

TABELA A3
Participação no VAB brasileiro e Crescimento acumulado do VAB, segundo setores
Estado do Rio de Janeiro 1995-2000 (em %)

Ano	Brasil	ERJ
1940	100,0	238,5
1950	100,0	214,5
1960	100,0	176,0
1970	100,0	166,5
1980	100,0	142,8
1991	100,0	123,6

Fonte: IBGE. Contas Nacionais do Brasil
 Elaboração: DIEESE

TABELA A4
Participação no VAB brasileiro e Crescimento acumulado do VAB, segundo setores
Estado do Rio de Janeiro 1995-2000 (em %)

Setores	1995	2000	Crescimento Acumulado 1995/2000 (em %)
Agropecuária	1,6	1,4	1,3
Indústria	8,0	10,1	-3,0
Extrativa Mineral	17,1	41,9	81,3
Transformação	5,9	6,6	-16,8
Serviços	13,4	13,1	7,9
VAB	11,2	11,8	5,6

Fonte: IBGE. Contas Regionais do Brasil
 Elaboração: DIEESE

TABELA A5
Participação das unidades da federação na corrente de comércio brasileira
Brasil 1997-2000 (em %)

Ano	RJ	SP	Demais UF	BR	
				Em %	Em US\$ 1.000 FOB
1997	6,0	41,4	52,6	100,0	112.729.953
1998	5,9	42,4	51,7	100,0	108.903.338
1999	6,2	42,0	51,8	100,0	97.314.348
2000	6,1	40,9	52,9	100,0	110.969.583

Fonte: MDIC. Secex
 Elaboração: DIEESE

TABELA A6
Investimentos anunciados
Região Norte Fluminense 2010-2015

Atividade	Empresa	Município	Valor (R\$ bilhões)
Exploração e Produção de Petróleo	Petrobrás	Macaé	77,1
Exploração e Produção de Petróleo	Chevron	Macaé	4,4
Exploração e Produção de Petróleo	OGX	Macaé	1,5
Energia	Termelétrica do Açú II (gás natural) - 3.300 MW (1)	São João da Barra	4,0
Energia	Termelétrica do Açú I (carvão) - 2.100 MW (1)	São João da Barra	4,3
Indústria Siderúrgica	Wisco	São João da Barra	9,0
Indústria Siderúrgica	Ternium	São João da Barra	9,0
Portos	LLX - Distrito Industrial de São João da Barra	São João da Barra	15,7
Portos	Anglo - Mineroduto e Terminal de Exportação de Minério	São João da Barra	1,9
Portos	LLX Açú - Superporto do Açú terminais de carvão, graneis líquidos e carga sólida	São João da Barra	2,4
Indústria Naval e Náutica	Barra do Furado (Dragagem do Canal das Flexas)	Campos dos Goytacazes e Quissamã	0,2
Indústria Naval e Náutica	STX	Barra do Furado	-
Indústria Naval e Náutica	OSX	São João da Barra	3,3
Indústria Naval e Náutica	Alusa / Galvão em Barra do Furado	C. dos Goytacazes	0,7
Total			133,5

Fonte: SEDEIS, RJ; Posição de abril de 2011

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Dados não disponíveis

TABELA A7
Investimentos anunciados
Município do Rio de Janeiro 2010-2015

Atividade	Empresa	Valor (R\$ bilhões)
Centros de Pesquisa	BG Group (Centro Tecnológico Global)	2,7
Centros de Pesquisa	Bio Manguinhos	0,5
Centros de Pesquisa	FMC	0,1
Centros de Pesquisa	Usiminas	0,0
Indústria Siderúrgica	Gerdau (expansão)	2,5
Centros de Pesquisa	Baker Hughes	0,0
Centros de Pesquisa	GE	0,2
Indústria de Cimento	Votorantim Cimentos (TKCSA)	0,4
Infraestrutura Urbana	Morar Carioca (Urbanização de todas as Favelas do município até 2020)	4,8
Indústria Naval e Náutica	Estaleiro Inhaúma	0,2
Infraestrutura Urbana	Porto Maravilha	3,5
Equipamentos Esportivos	Reforma do Maracanã	0,7
Transporte Público	BRT - TransOeste (Túnel da Grotta Funda entre Barra de Guaratiba e Recreio dos Bandeirantes)	0,8
	BRT - Transolímpica (Antiga Ligação C Jacarepaguá-Bangu)	1,8
Transporte Público	BRT - Transcarioca (Barra-Madureira)	1,4
Transporte Público	Supervia: Aquisição de 30 novos trens Metrô Rio: Linha 4 (Gal. Osório - Jardim Oceânico)	0,3
Transporte Público	Metrô Rio: Linha 1 (Estações Gal. Osório e Uruguai)	7,2
Transporte Público		0,4
Aeroportos	Aeroporto Internacional Tom Jobim	0,7
Telecomunicações	SKY	0,8
Telecomunicações	Atento	0,0
Indústria de Alimentos e Bebidas	Ambev Rio de Janeiro (expansão)	0,1
Indústria de Alimentos e Bebidas	Bunge (beneficiamento de trigo e Centro de Distribuição)	0,4
Outros Ind. Transformação	Hermés	0,8
Outros Ind. Transformação	Ambev (Fábrica de Vidros)	0,2
Total		30,3

Fonte: SEDEIS, RJ; Posição de abril de 2011
Elaboração: DIEESE

TABELA A8
Investimentos anunciados
Oeste Metropolitano 2010-2015

Atividade	Empresa	Município	Valor (R\$ bilhões)
Energia	Termelétrica de Itaguaí (gás natural)	Itaguaí	1,0
Portos	LLX - Porto do Sudeste	Itaguaí	1,1
Portos	Usiminas - Terminal Portuário em Itaguaí	Itaguaí	1,0
Portos	Gerdau - Terminal Portuário	Itaguaí	0,6
Portos	CSN - Plataforma Logística em Itaguaí	Itaguaí	3,7
Portos	Petrobras - Terminal de Supply em Itaguaí	Itaguaí	8,3
Outros Ind. Transformação	Alpargatas	Seropédica	0,2
Outros Ind. Transformação	Coquepar	Seropédica	0,7
Indústria Naval e Náutica	Estaleiro da Marinha e Base Naval em Itaguaí	Itaguaí	5,0
Cosméticos e Higiene Pessoal	Procter & Gamble	Seropédica	0,1
Total			21,7

Fonte: SEDEIS, RJ; Posição de abril de 2011
Elaboração: DIEESE

TABELA A9
Investimentos anunciados
Leste Metropolitano 2010-2015

Atividade	Empresa	Município	Valor (R\$ bilhões)
Portos	Porto de São Gonçalo (Terminal de Itaoca)	São Gonçalo	0,9
Indústria Naval e Náutica	Estaleiro Aliança	Niterói	0,1
Refino de Petróleo	Comperj	Itaboraí	14,6
Total			15,6

Fonte: SEDEIS, RJ; Posição de abril de 2011
Elaboração: DIEESE

TABELA A10
Investimentos anunciados
Região do Médio Paraíba 2010-2015

Atividade	Empresa	Município	Valor (R\$ bilhões)
Aeroportos	Aeroporto do Vale do Aço (Governos Federal e Estadual e Prefeituras de Volta Redonda e Piraí)	Volta Redonda	0,1
Indústria de Alimentos e Bebidas	Ambev Piraí (expansão)	Piraí	0,2
Outros Ind. Transformação	LS Cable	Resende	0,5
Máquinas e Equipamentos	Hyundai Equipamentos	Itatiaia	0,2
Automotiva e Fornecedores	Suspensys (MAN)	Resende	(a)
Automotiva e Fornecedores	Maxion (MAN)	Resende	(a)
Automotiva e Fornecedores	Arvinmeritor (MAN)	Resende	(a)
Automotiva e Fornecedores	AGC Glass (fabricante de vidros)	Resende	0,7
Automotiva e Fornecedores	Michelin	Itatiaia	1,1
Automotiva e Fornecedores	Pegeout Citroen (expansão)	Porto Real	1,4
Total			4,0

Fonte: SEDEIS, RJ; Posição de abril de 2011

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Dados não disponíveis

TABELA A11
Investimentos anunciados
Região da Costa Verde 2010-2015

Atividade	Empresa	Município	Valor (R\$ bilhões)
Energia	Angra 3	Angra dos Reis	7,2
Portos	Technip (expansão do porto)	Angra dos Reis	0,4
Outros Ind. Transformação	Technip (fabrica de tubos)	Angra dos Reis	0,3
Indústria Naval e Náutica	Intermarine	Angra dos Reis	(a)
Indústria Naval e Náutica	Benetau	Angra dos Reis	0,1
Total			8,0

Fonte: SEDEIS, RJ; Posição de abril de 2011

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Dados não disponíveis

TABELA A12
Investimentos anunciados
Região Centro-Sul Fluminense 2010-2015

Atividade	Empresa	Município	Valor (R\$ bilhões)
Ferrovias	MRS Logística	Paraíba do Sul	0,5
Indústria de Alimentos e Bebidas	Nestlé (bebidas lácteas)	Três Rios	0,2
Total			0,7

Fonte: SEDEIS, RJ; Posição de abril de 2011

Elaboração: DIEESE

TABELA A13
Investimentos anunciados
Região Noroeste Fluminense 2010-2015

Atividade	Empresa	Município	Valor (R\$ bilhões)
Energia	Light S/A – UHE Itaocara	Itaocara	0,6

Fonte: SEDEIS, RJ; Posição de abril de 2011

Elaboração: DIEESE

TABELA A14
Investimentos anunciados
Baixada Fluminense 2010-2015

Atividade	Empresa	Município	Valor (R\$ bilhões)
Indústria de Alimentos e Bebidas	Ajebrás (Fábrica de Bebidas)	Queimados	0,07
Indústria de Alimentos e Bebidas	Lavazza	Queimados	0,36
Cosméticos e Higiene Pessoal	Embeleze	Duque de Caxias	0,08
Total			0,51

Fonte: SEDEIS, RJ; Posição de abril de 2011

Elaboração: DIEESE

TABELA A15
Investimentos anunciados
Região Serrana 2010-2015

Atividade	Empresa	Município	Valor (R\$ bilhões)
Indústria de Alimentos e Bebidas	Ambev (Projeto Orleans)	Petrópolis	0,1
	Tecril (tintas e impermeabilizantes)	Santa Maria	
Outros Ind. Transformação		Madalena	(a)

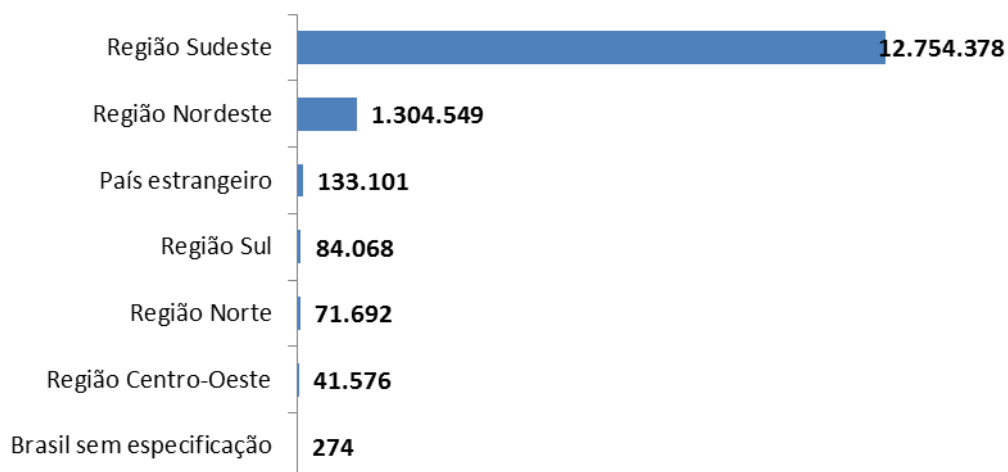
Fonte: SEDEIS, RJ; Posição de abril de 2011

Elaboração: DIEESE

Obs.: (a) Dados não disponíveis

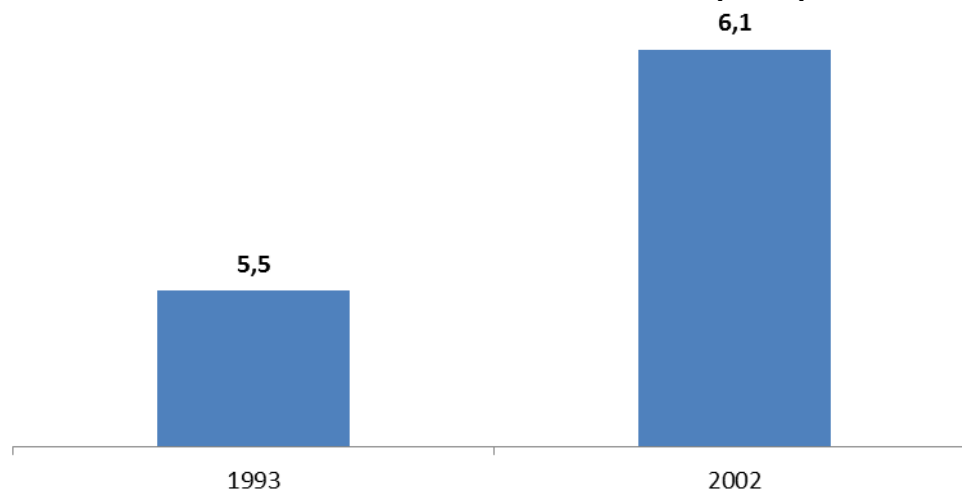
ANEXO III - GRÁFICOS

GRÁFICO A1
Número da população fluminense segundo região de nascimento
Estado do Rio de Janeiro 2000 (em n^{os} absolutos)



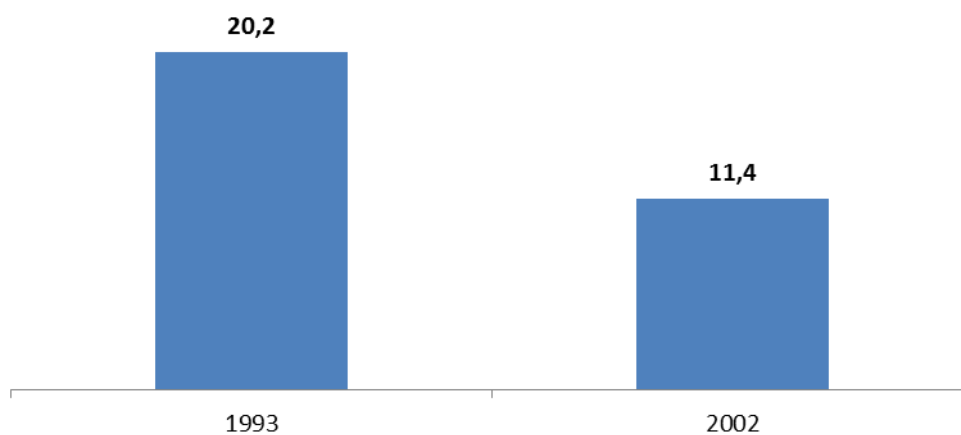
Fonte: IBGE. Censo demográfico
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO A2
Participação do Estado do Rio de Janeiro nas exportações brasileiras
Estado do Rio de Janeiro 1993 e 2002 (em %)



Fonte: MDIC. Secex
Elaboração: DIEESE

GRÁFICO A3
Participação do Estado do Rio de Janeiro nas importações Brasileiras
Estado do Rio de Janeiro 1993 e 2002 (em %)



Fonte: MDIC. Secex
Elaboração: DIEESE